



 *Projetos*
para o Brasil

O imperialismo, o sistema internacional e o Brasil: Reflexões sobre a política internacional

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2013





FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Iliada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Artur Henrique e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Iole Iliada

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Equipe de produção: Reiko Miura (org.) e Miguel Yoshida

Projeto gráfico: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Diagramação: Márcia Helena Ramos

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G963c Guimarães, Samuel Pinheiro. Contexto global e o novo posicionamento brasileiro / Samuel Pinheiro Guimarães. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

144 p. ; 23 cm – (Projetos para o Brasil ; 1)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7643-164-0

1. Imperialismo. 2. Política internacional - Brasil. 3. Globalização. I. Título. II. Série.

CDU 327.2(81)
CDD 325.32

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)





SUMÁRIO

- 5 APRESENTAÇÃO
- 7 PREFÁCIO
Iole Ilíada
- 11 O IMPERIALISMO, O SISTEMA INTERNACIONAL E O BRASIL
- 17 EXISTÊNCIA DO SISTEMA INTERNACIONAL
- 23 ESTRUTURA DO SISTEMA INTERNACIONAL
 - 23 Os Estados
 - 24 As grandes potências
 - 26 Os Estados médios
 - 27 Pequenos, mini e micro Estados
 - 27 Os blocos de Estados
 - 29 Organismos internacionais
 - 31 As organizações não governamentais (ONGs)
 - 33 Megaempresas multinacionais
 - 37 As organizações ilegais
 - 39 As redes que interligam os atores
- 43 A DINÂMICA DO SISTEMA INTERNACIONAL
 - 45 O novo Império
 - 51 As esferas da política internacional
 - 51 A esfera político-jurídica
 - 56 A esfera militar
 - 60 A esfera econômica
 - 65 A esfera tecnológica
 - 68 A esfera social e ideológica
 - 71 A esfera cultural e das comunicações
 - 73 A esfera religiosa



75 ALGUNS TEMAS ATUAIS

75 A globalização

81 Reflexões sobre a crise econômica: raízes e causas

94 Notas esparsas sobre a China, a nova fronteira do capitalismo

102 Reflexões sobre a América do Sul e sua Integração

114 A política externa brasileira

135 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

141 SOBRE O AUTOR





APRESENTAÇÃO

Próximo de completar a terceira década do regime democrático iniciado em 1985 – o mais longo de toda sua História –, o Brasil vem se afirmando como uma das principais nações a vivenciar mudanças significativas no tradicional modo de fazer política. Com três mandatos consecutivos de convergência programática, os governos Lula e Dilma consolidam o reposicionamento do país no mundo, bem como realizam parte fundamental da agenda popular e democrática, aguardada depois de muito tempo.

Lembremos, a última vez que o Brasil havia assistido oportunidade comparável, remonta o início da década de 1960, quando o regime democrático ainda estava incompleto, com limites à liberdade partidária, intervenções em sindicatos e ameaças dos golpes de Estado. O país que transitava – à época – para a sociedade urbana e industrial conheceu lideranças intelectuais engajados como Darcy Ribeiro e Celso Furtado, para citar apenas alguns ícones de gerações que foram, inclusive, ministros do governo progressista de João Goulart (1961-1964).

A efervescência política transbordou para diversas áreas, engajadas e impulsionadas pelas mobilizações em torno das reformas de base. A emergência de lideranças estudantis, sindicais, culturais e políticas apontavam para a concretização da agenda popular e democrática.

A ruptura na ordem democrática pela ditadura militar (1964-1985), contudo, decretou a vitória das forças antirreformistas. O Brasil seguiu crescendo a partir da concentração da renda, impondo padrão de infraestrutura (aeropostos, portos, escolas, hospitais, teatros, cinemas, entre outros) para apenas parcela privilegiada do país. A exclusão social se tornou a marca da modernização conservadora.



Em 1980, a economia nacional encontrava-se entre as oito mais importantes do mundo capitalista, porém quase a metade da população ainda encontrava-se na condição de pobreza e um quarto no analfabetismo. Nas duas últimas décadas do século passado, mesmo com a transição democrática, a economia permaneceu praticamente travada, num quadro de semiestagnação da renda *per capita* e regressão social. O desemprego chegou a 15% da força de trabalho no ano 2000, acompanhado de elevada pobreza e desigualdade da renda, riqueza e poder.

6

Para enfrentar os próximos desafios pela continuidade da via popular e democrática, a Fundação Perseu Abramo reuniu e associou-se a uma nova geração de intelectuais engajados na continuidade das lutas pelas transformações do Brasil. Após mais de oito meses de trabalho intenso, profundo e sistêmico, com debates, oficinas e seminários, tornou-se possível oferecer a presente contribuição sobre problemas e soluções dos temas mais cruciais desta segunda década do século XXI.

Na sequência, espera-se que a amplitude dos debates entre distintos segmentos da sociedade brasileira possa conduzir ao aprimoramento do entendimento acerca da realidade, bem como das possibilidades e exigências necessárias à continuidade das mudanças nacionais e internacionais. A leitura atenta e o debate estimulante constituem o desejo sincero e coletivo da Fundação Perseu Abramo.

A Diretoria

Fundação Perseu Abramo





PREFÁCIO

Que país é esse?, perguntava o poeta no refrão da famosa canção¹, na qual a expressão com ares de interjeição servia para manifestar a inconformidade com os problemas nacionais, fazendo eco, então, a um sentimento generalizado de que o país era inviável.

O país que inspirou aquela canção, no entanto, não é mais o mesmo. Nos últimos dez anos, mudanças significativas ocorreram no Brasil. Números e fatos apontam para um país economicamente maior, menos desigual, com mais empregos e maiores salários, com mais participação social, maior autoestima e mais respeito internacional.

Dizer que o Brasil mudou – e mudou para melhor – está longe de significar, contudo, que nossos problemas históricos tenham sido resolvidos. Não podemos nos esquecer de que o passado colonial, a inserção subordinada e dependente na economia mundial, os anos de conservadorismo, ditaduras e autoritarismo e a ação das elites econômicas liberais e neoliberais marcaram estruturalmente o país por cerca de 500 anos, produzindo desigualdades e iniquidades sociais, econômicas, culturais e políticas, com impactos importantes na distribuição de direitos básicos como saúde, educação, habitação, mobilidade espacial e proteção contra as distintas formas de violência e de preconceitos, inclusive aquelas perpetradas por agentes do próprio Estado.

Tendo características estruturais, as questões acima apontadas não podem ser adequadamente enfrentadas sem um estudo mais aprofundado de suas características intrínsecas, seus contextos históricos, das relações sociais que as engendram e das propostas e possibilidades efetivas de superação.

1. "*Que país é este*" é uma canção da banda de rock brasileira Legião Urbana, criada no Distrito Federal. Foi escrita em 1978 por Renato Russo (1960-1996), em plena ditadura civil-militar, mas lançada somente nove anos depois, em 1987, dando título ao álbum. No ano do lançamento, foi a música mais executada em emissoras de rádio do país.





Foi partindo de tais constatações que a Fundação Perseu Abramo concebeu, em janeiro de 2013, os *Projetos para o Brasil*, conjunto de estudos temáticos sobre os principais problemas brasileiros. A ideia era reunir e mobilizar o pensamento crítico de um grupo de especialistas em cada tema, tanto provenientes do âmbito acadêmico quanto com atuação nos movimentos sociais ou órgãos governamentais.

Tais especialistas deveriam ser capazes de identificar obstáculos e entraves para a consecução de políticas visando a superação daqueles problemas, a partir de um diagnóstico da situação e de uma avaliação crítica das propostas existentes para enfrentá-los. Deveriam, pois, recuperar aspectos do passado e analisar o presente, mas visando a contribuir para pensar o futuro.

Isso implicava desafios de grande monta. O primeiro era a definição dos temas. A cada debate, uma nova questão relevante era apontada como merecedora de um estudo específico. Fomos levados assim a fazer uma seleção, que como qualquer escolha desta natureza é imperfeita. Imperfeita porque incompleta, mas também porque reflete o estabelecimento de divisões e recortes em uma realidade que, em sua manifestação concreta, constitui um todo, intrincado e multifacetado.

A realização de recortes no todo também implicou outra questão desafiadora, relativa ao tratamento das interfaces e superposições temáticas. O debate com os colaboradores, no entanto, e sobretudo o processo de elaboração dos estudos, demonstrou-nos afinal que isto não deveria ser visto como um problema. Era, antes, uma das riquezas deste trabalho, na medida em que poderíamos ter textos de especialistas distintos debruçando-se, com seus olhares particulares, sobre as mesmas questões, o que evidenciaria sua complexidade e suas contradições intrínsecas e estabeleceria uma espécie de diálogo também entre os temas do projeto.

Considerando tais desafios, é com grande entusiasmo que vemos nesse momento a concretização do trabalho, com a publicação dos livros da série *Projetos para o Brasil*. A lista² de temas, coordenadores e colaboradores, em si, dá uma dimensão da complexidade do trabalho realizado, mas também da capacidade dos autores para desvelar a realidade e traduzi-la em instigantes obras, que tanto podem ser lidas individualmente como em sua condição de parte de um todo, expresso pelo conjunto dos *Projetos para o Brasil*.

Os livros, assim, representam a materialização de uma etapa dos *Projetos*. A expectativa é que, agora publicados, eles ganhem vida a partir do momento em que sejam lidos e apropriados por novos sujeitos, capazes de introduzir

2. Ver a lista completa dos volumes ao final deste livro.





questionamentos e propostas à discussão. E é no impulso desse movimento que envolve os que pretendem prosseguir pensando e mudando o Brasil que a FPA enxerga, neste trabalho, a possibilidade de uma contribuição política importante, para além da contribuição intelectual dos autores.

Impossível não citar que o projeto, ainda que tenha sido concebido muito antes, parece se coadunar com o sentimento expresso em junho e julho de 2013 – quando milhares de pessoas ocuparam as ruas do país –, no que se refere ao desejo de que os problemas estruturais do Brasil sigam sendo, de forma cada vez mais incisiva e profunda, enfrentados.

Retomamos, pois, a indagação da canção, mas agora em seu sentido literal: que país, afinal, é esse?

É, pois, no avanço dessa compreensão, fundamental para a superação das perversas heranças estruturais, que os *Projetos para o Brasil* pretendem contribuir. Importante dizer que, tratando-se de textos absolutamente autorais, cada pensador-colaborador o fará a sua maneira.

Neste volume, Samuel Pinheiro Guimarães oferecerá uma ampla análise da estrutura e da dinâmica do sistema internacional, suas assimetrias e sua aguda concentração de poder econômico, político, tecnológico e militar, visando debater a maneira como nele o Brasil se insere e atua.

O estudo abordará, desse modo, o papel que Estados, blocos econômicos e políticos, organismos internacionais e mesmo organizações criminosas possuem neste sistema, a partir do estabelecimento de relações de cooperação, competição e conflito, em geral instrumentalizadas pelas classes hegemônicas das grandes potências. Serão ainda destacados aqueles temas que, na opinião do autor, devem merecer uma atenção especial por seus impactos significativos sobre a sociedade e o Estado brasileiros, com ênfase no processo histórico de globalização, na atual crise econômica mundial e nos desafios e importância da integração latino-americana. Finalmente, em face desses aspectos, serão discutidas as principais características da política externa brasileira.

Como a leitora e o leitor verão, o livro apontará medidas e direções visando superar os obstáculos que uma ordem internacional marcada pela desigualdade econômica, pelo uso da força e pela dominação cultural pode implicar para um projeto de desenvolvimento soberano, democrático e popular.

Iole Ilíada

Coordenadora da coleção *Projetos para o Brasil*

Vice-presidenta da Fundação Perseu Abramo







O IMPERIALISMO, O SISTEMA INTERNACIONAL E O BRASIL

Imperialismo é o exercício do poder, da capacidade de ação de um Estado para impor, pela persuasão, pela pressão, pela ameaça ou pela força, a outros Estados compromissos e comportamentos que beneficiam o Estado imperialista do ponto de vista econômico, militar ou político.

O objetivo da ação imperialista pode se referir à modificação do comportamento externo do Estado, alvo da ação imperialista, ou à modificação da organização política, militar ou econômica desse Estado ou de seus programas de ação.

A simples influência de um Estado sobre outro, sem uso de pressão, de ameaça ou de força de qualquer natureza, não configura uma política ou um comportamento imperialista.

O imperialismo é uma atividade contínua que visa aumentar o poder político e militar de um Estado e o bem-estar econômico das classes hegemônicas de sua sociedade.

A convicção dos Estados Unidos da América de sua superioridade em relação aos demais Estados, de sua missão de garantir a paz e a segurança internacional e sua contínua ação no sentido de procurar impor a outros Estados determinadas formas de comportamento político e acordos econômicos; a atividade de subversão e de promoção de golpes de Estado pelas suas agências; ou de comportamento militar, através da ameaça de agressão bélica a países que não aceitem se desarmar, configura, com clareza, uma política imperialista e os Estados Unidos, devido à amplitude geográfica, à variedade temática de sua ação cotidiana e ao volume de recursos econômicos, ideológicos e militares que mobilizam para seus fins podem ser denominados, com justiça, de o novo Império, ainda que proclamem, cotidianamente, até como parte de sua estratégia de hegemonia, não agirem jamais como imperialistas mas sim



como uma nação democrata, respeitadora do Direito e dedicada ao bem da humanidade.

No sistema internacional, deve-se distinguir, de um lado, a sua estrutura, na qual se encontram os Estados, os blocos de Estados, os organismos regionais e mundiais, as megaempresas e as ONGs, as legislações nacionais e os acordos internacionais que articulam os atores desse sistema, e de outro, a dinâmica do sistema.

No sistema internacional moderno, existe um condomínio de grandes potências, sob a hegemonia imperial americana consagrada no sistema das Nações Unidas.

Há três grandes grupos de Estados no sistema internacional. O primeiro é formado pelos Estados Unidos, pelos Estados altamente industrializados e capitalistas da Europa Ocidental, algumas metrópoles de antigos impérios, os Estados ex-socialistas da Europa Oriental, os Estados que tem sua origem nos domínios brancos da Grã-Bretanha – o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia –, o Japão e a Coreia, asiáticos que lograram se industrializar. Estes Estados estavam entre os integrantes originais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Um segundo grupo é integrado pelos Estados subdesenvolvidos, periféricos, ex-colônias na América Latina, na África e na Ásia, pouco industrializados, de escasso dinamismo tecnológico, com grandes recursos naturais, e desarmados militarmente.

Um terceiro grupo é formado por três grandes Estados, sendo dois ex-socialistas, a China e a Rússia; dois deles em desenvolvimento acelerado, quais sejam a Índia e a China; os três armados nuclearmente; dois deles são membros do Conselho de Segurança da ONU, tendo os três grande projeção política regional; além de a China e a Índia, juntas, compreenderem um terço da população mundial.

Há alguns Estados, em especial na Ásia, que não se enquadram bem nesta sumária classificação, tais como Cingapura, Malásia e outros que lograram se desenvolver industrial ou comercialmente, mas que têm pequena expressão econômica e política e tendem a gravitar em torno de Estados maiores.

A dinâmica do sistema internacional, ou política internacional, não tem como objetivos a paz, a cooperação e a segurança da humanidade como um todo. Esta dinâmica, atual herdeira da evolução do sistema internacional nos últimos cinco séculos, se encontra ainda organizada de forma imperial.

A política internacional consiste nas relações de persuasão, de pressão, de cooperação, de antagonismo, de tensão, de ameaça e eventualmente de agressão em que se envolvem os Estados, principais integrantes do sistema internacional, coadjuvados pelos demais atores, com objetivos diferentes.



O primeiro grupo de Estados, sob a liderança americana, tem como objetivo manter as posições de privilégio político, militar e econômico de que desfrutaram e que se encontram, em grande medida, incorporadas à Carta das Nações Unidas e às agências a elas vinculadas, tais como o FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), e a acordos e regimes militares/políticos, tais como o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), o Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e os acordos militares bilaterais de defesa. Na perseguição deste objetivo, esses Estados procuram cristalizar, em acordos internacionais, normas que os beneficiem e fortaleçam suas posições de privilégio, apresentando suas propostas como as mais equilibradas e melhores para a comunidade internacional.

O segundo grupo de Estados, ex-colônias, periféricos, subdesenvolvidos, não industriais, desarmados, procuram na dinâmica da política internacional ou promover seu desenvolvimento de forma autônoma, e assim melhorar sua posição relativa no cenário internacional, resistindo às pressões permanentes para adoção de normas que beneficiam os países altamente desenvolvidos, e para se integrar a eles através de acordos de livre comércio e para que se alinhem politicamente; ou decidem se integrar em blocos de Estados, liderados por grandes potências, como a União Europeia, os Estados Unidos e a China.

O terceiro grupo de Estados, integrado pela Rússia, pela China e pela Índia, desafia a hegemonia exercida pelos Estados Unidos (com o auxílio de seus aliados), procura acelerar seu desenvolvimento econômico, tecnológico e militar, reformar normas do sistema internacional em seu benefício ou impedir que se adotem normas desequilibradas, resistir à ação americana para cooptar Estados em sua periferia mais próxima e, neste processo, procurar ampliar sua influência internacional e capturar uma maior parcela do produto mundial bruto.

Na política internacional, têm posição hegemônica os Estados Unidos, o novo Império, que ditam a agenda internacional, enquadram seus aliados, procuram cooptar os Estados periféricos para suas iniciativas e seu confronto com os grandes Estados. Sua influência é predominante em todos os Estados e sociedades, inclusive naqueles grandes Estados, devido à importância dos vínculos em especial comerciais e financeiros entre eles e a China e a Índia, e mesmo com a Rússia.

Apesar da importância crescente que adquiriu no cenário mundial, e dos esforços de desenvolvimento social, político e econômico desde 2003, com a vitória democrática do Partido dos Trabalhadores (PT) e a ascensão



do presidente Lula ao poder, o Brasil permanece um Estado subdesenvolvido economicamente, militarmente vulnerável, socialmente díspar, dependente tecnologicamente e periférico politicamente.

A principal circunstância geopolítica do Brasil é sua localização geográfica no continente americano, o mesmo em que se encontra a potência imperial, os Estados Unidos, que consideram o Continente sua área de influência exclusiva, o que as demais Potências implicitamente aceitam, enquanto a dimensão territorial, demográfica e econômica torna o Brasil o único possível rival dos Estados Unidos em sua zona geográfica de influência mais vital.

A segunda circunstância geopolítica é a extraordinária assimetria de território, de população e de produção do Brasil em relação a cada Estado da América do Sul.

A terceira circunstância geopolítica é o fato de o Brasil ter fronteira com nove dos onze outros Estados da região, e com a Guiana Francesa, antiga dependência colonial que hoje sobrevive sob a ficção de fazer parte integralmente do território da França.

A quarta circunstância geopolítica do Brasil é sua posição em frente a 23 países da África Ocidental, com os quais compartilha o Atlântico Sul.

A essas circunstâncias geopolíticas se agregam cinco características, que são desafios, da sociedade brasileira: as disparidades sociais; as vulnerabilidades externas; o potencial de recursos naturais e de mercado; o nível de desenvolvimento econômico alcançado; o regime político plutocrático/democrático e seu desarmamento. Essas características da sociedade brasileira são compartilhadas, em maior ou menor medida, por todos os Estados da América do Sul.

Devido às circunstâncias geopolíticas e às características nacionais, o Brasil não poderia deixar de participar da política internacional, inclusive na medida em que as grandes potências, e, em especial, a potência imperial, os Estados Unidos, procuram sem cessar agir na esfera internacional para manter, ampliar e “normatizar” seus privilégios e para “conter” os três grandes Estados e as novas potências emergentes. Nesse seu esforço político, “convocam” todos os Estados para legitimar suas atividades e suas ações políticas, em especial os Estados de maior dimensão e influência regional como o Brasil.

Nesse cenário e nessa dinâmica internacional, conceitos como “primeiro é necessário promover o desenvolvimento interno para depois participar da política internacional” ou “o Brasil tem escassez de Poder” ou “o Brasil não deve se imiscuir em questões distantes de seus interesses” não correspondem nem às circunstâncias e às características do Brasil, nem à necessidade de defender seus interesses nem à própria natureza da dinâmica internacional para a qual o Brasil é permanentemente convocado.



A noção de que o Brasil poderia vir a ser a primeira potência pacífica da história, graças às características de sua sociedade, à sua situação de país desarmado, a seu potencial de recursos naturais, à sua sociedade harmônica, à ausência de contenciosos com países vizinhos ou com quaisquer outros, requer algumas observações.

As características da sociedade brasileira não podem ser traduzidas diretamente em instrumentos de ação de política externa. O potencial de recursos naturais ainda não explorados somente seria um instrumento caso tais recursos viessem a ser transformados industrialmente, e sua exploração disciplinada por uma política de desenvolvimento ativa, com objetivos estratégicos. As características de harmonia interna e de convivência pacífica com países vizinhos podem auxiliar na formação de um bloco regional de Estado, mas não são suficientes *per se* para atingir tal fim, nem para tornar tal bloco relevante. O fato de ser um país desarmado não habilita o Brasil a participar de negociações relativas às grandes questões mundiais, como as que se referem ao Irã, ao Iraque, à Coreia do Norte, e a se articular em pé de igualdade com a Rússia e a China.

Somente a gradual superação dos desafios que caracterizam a sociedade brasileira – em especial as suas vulnerabilidades externas de caráter político, militar, econômico e tecnológico – que permita aumentar sua autonomia e reduzir a distância que o separa das grandes potências permitirá ao Brasil um papel cada vez mais ativo e cada vez mais amplo no sistema internacional.

A organização de uma capacidade de defesa dissuasória; a formação de um mercado interno de dimensões significativas; a diversificação das exportações e importações em termos de produtos e mercados; a disciplina do capital multinacional para alinhá-lo com os objetivos do desenvolvimento nacional; a democratização da mídia para construir a autoestima nacional e a mobilização para o desenvolvimento; a transformação de um regime cada vez mais plutocrático em um regime verdadeiramente democrático; a participação nos organismos internacionais de decisão, somente um conjunto coerente e persistente de políticas para alcançar estes objetivos permitirão ao Brasil se afirmar como uma grande potência, que poderá ser pacífica mas que, para tal, deverá ter plena capacidade de defesa.

A globalização, o desenvolvimento das comunicações e a política imperialista fazem com que os indivíduos, nos mais próximos ou nos mais distantes rincões da Terra, tomem conhecimento e sejam afetados por eventos decisivos para suas vidas e seu destino, nos quais não tiveram nenhuma participação nem influência e cuja natureza real desconhecem.

Os Estados continentais e seus habitantes, como é o caso do Brasil, tendem a dar maior atenção aos eventos nacionais e até mesmo aos fatos locais,





paroquiais, e a não reconhecer, ou a não identificar com clareza o impacto dos eventos internacionais sobre seu presente e seu futuro.

Por outro lado, muitos dos temas que, no passado, eram debatidos e decididos no âmbito da política interna dos países passaram a ser objeto de negociações opacas, confidenciais e complexas entre Estados e de celebração de tratados cujas normas são eventualmente incorporadas ao ordenamento jurídico interno dos países sem que a sociedade em geral, e nem sequer o Legislativo, tenham a oportunidade de participar de forma adequada de debates prévios à sua adoção.

Daí a importância de se analisar o sistema e a política internacionais para conhecer melhor como afetam o presente e o futuro do Brasil e para que os movimentos sociais, as classes trabalhadoras, que constituem a maioria da população, possam atuar sobre o Estado e seus agentes para defenderem com vigor os interesses do Brasil, isto é, os interesses da maioria da população que integra uma grande sociedade periférica.

As classes hegemônicas têm a possibilidade, e a exercem com vigor, de atuar sobre o Estado e seus agentes e de participar da elaboração da política externa para defender seus interesses no âmbito da política internacional. Agora, trata-se de assegurar a participação adequada da maioria do povo brasileiro no processo de formulação e execução da política externa.

As reflexões deste ensaio talvez possam contribuir para alcançar este objetivo.



EXISTÊNCIA DO SISTEMA INTERNACIONAL

O sistema internacional existe como decorrência das características dos Estados nacionais, mas em especial de uma característica jurídica específica, qual seja, a igualdade soberana dos Estados.

Ao contrário do que ocorre nas sociedades nacionais, em que há um poder, o Estado, que se encontra acima dos indivíduos e das entidades por eles criadas – poder que disciplina as relações sociais e assegura a “ordem” e a “paz” entre os indivíduos –, acima dos Estados nacionais não há nenhuma autoridade superior que possa manter a ordem e a paz entre os Estados.

Por essa razão, alguns estudiosos costumam afirmar que a sociedade internacional é “anárquica”, e consideram esta situação a causa da insegurança, das tensões, dos conflitos e das guerras entre os Estados que podem, em especial os mais poderosos, agir de modo individual e arbitrário para promover e defender o que julgam ser seus direitos.

Alguns autores – acadêmicos, ensaístas, políticos e analistas – a partir do fenômeno da crescente globalização econômica, advogam, o que consideram ser uma necessidade lógica, a urgência em estabelecer uma estrutura de governabilidade (ou governança) política mundial e para isto insistem na necessidade de criar instituições que assegurem tal governabilidade.

De fato, ao contrário do que pensam esses autores, já existe uma estrutura informal de governo mundial, que tem como seu centro as Nações Unidas (ONU), sob o comando dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, com o auxílio de organismos regionais, tais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), e de outros organismos internacionais, tais como as agências da ONU e, na área militar, da Otan.



Essa estrutura é incapaz, todavia, de assegurar a paz entre os Estados em benefício dos Estados menores devido à existência de uma acirrada competição pelos recursos do produto bruto mundial entre as grandes potências e da persistência do fenômeno do imperialismo, que caracteriza a dinâmica internacional.

Um governo democrático mundial, em que cada Estado tivesse um voto ou em que o número de votos fosse ponderado pela população ou pela riqueza de cada Estado, seria impossível devido às enormes assimetrias que existem entre os Estados. A ideia de uma governança mundial é uma utopia a partir de um entendimento idílico do que ocorre nas sociedades nacionais, mas que mascara o objetivo das grandes potências e da potência imperial de submeter os Estados nacionais periféricos, descendentes das antigas colônias, inclusive pela difusão de teorias sobre o fim das fronteiras [dos Estados periféricos], sobre o fim da história, sobre “Estado mínimo”, e de recuperar plenamente o poder que detinham sobre eles no passado. Os acontecimentos que estão se desenrolando na União Europeia a partir da crise econômica que se iniciou em 2007 e das políticas que vem sendo impostas pela “troika” – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu (BCE) e Comissão Europeia (CE) – com o apoio dos grandes Estados europeus mostram claramente que o abandono das prerrogativas da soberania nacional, em especial a capacidade de implementar políticas econômicas adequadas, em favor de instituições supranacionais pode ser prejudicial para os Estados menores e neles para suas classes trabalhadoras, pois que suas classes hegemônicas nada perderam com a crise, pois foram salvas pelos próprios Estados que controlam.

Os Estados nacionais de hoje surgiram como resultado da evolução dos “sistemas” de controle de populações, em certos territórios, impostos pela força das respectivas classes hegemônicas.

Essas classes hegemônicas foram criando e aperfeiçoando ideologias, normas, instituições, organismos, agências para disciplinar as relações sociais e de produção entre os diferentes grupos daquelas populações, e delimitaram, em conflito com outras comunidades, o espaço em que seu poder, suas normas e suas instituições prevaleceriam, o seu território. Definiram, assim, os Estados que, em sua origem, eram estruturas muito rudimentares e muito menos sofisticadas do que as que hoje constituem os Estados modernos.

Os Estados atuais, emanções e instrumentos das respectivas classes hegemônicas, são soberanos em seus territórios, isto é, elaboram e executam as normas que se aplicam a indivíduos e entidades que se encontram em seu território e que “aceitam” essas normas, ainda que muitas vezes insatisfeitos, mas que as aceitam por se reconhecerem incapazes de modificá-las naquele



momento ou por estarem “convencidos” de serem essas normas as “melhores” possíveis para a organização de sua sociedade.

Na medida em que os indivíduos, e as entidades criadas por indivíduos, de diferentes Estados entram em contato, pacífico ou bélico, mais intenso e frequente surge a necessidade de disciplinar essas relações, esses contatos. Essas relações foram se tornando cada vez mais intensas e frequentes devido à ação de diversos fatores.

Com o desenvolvimento dessas relações, os Estados passaram a entrar em negociações entre si para definir as normas que deveriam regular as transações e contatos entre seus nacionais, indivíduos ou entidades, e entre os próprios Estados, em especial no que diz respeito à guerra e à delimitação de seus territórios. Assim surge a diplomacia como a atividade de indivíduos, representantes dos Estados, encarregados de negociar as normas entre seus Estados e os demais.

À medida que a manufatura e a indústria foram tornando cada vez mais complexas as atividades econômicas e mais diversificada a produção de bens, e à medida que evoluíram os meios de transporte, a partir da invenção da bússola, do aperfeiçoamento da cartografia e da construção de navios que permitiram as Grandes Navegações, os contatos entre sociedades e Estados diversos se expandiram e se tornaram cada vez mais frequentes e intensos, em relações, de início militares e depois comerciais, entre indivíduos e entidades de todo tipo.

A invenção da imprensa com tipos móveis, em 1439, por Gutemberg, permitiu a difusão, em grande escala e âmbito geográfico, do conhecimento científico e tecnológico europeu, reanimado pelo movimento cultural, científico e político da Renascença; teve importante papel na expansão da Reforma e na formação dos Estados protestantes que viriam a enfrentar a Igreja e encerrar sua pretensão de manter um Império de justificativa religiosa, mas de natureza temporal.

Os conceitos de soberania nacional e de Estado-nação foram definidos nos tratados de Osnabruck e de Münster, a chamada Paz de Westfália, de 1648, que encerrou a Guerra dos Trinta Anos pela liberdade religiosa na Alemanha.

O sistema internacional da Idade Média, na Europa – composto por centenas de feudos mais ou menos autárquicos e autossuficientes, sob a hegemonia religiosa e política de Roma, sem uma dinâmica de desenvolvimento econômico e relações comerciais regulares, organizadas e frequentes – viria, assim, a ser substituído por um sistema de Estados nacionais os quais se constituíram pela agregação – pela força, pelo casamento e por herança – de feudos e cidades livres.



A invenção da máquina a vapor por James Watt, em 1748, levaria à Revolução Industrial na produção de bens e a uma revolução nos transportes terrestre e marítimo, reduzindo os tempos e as distâncias, permitindo maior regularidade nas viagens marítimas e a formação de mercados cada vez mais amplos.

Com a descoberta das Américas e do caminho marítimo para as Índias alguns desses Estados nacionais criariam impérios ultramarinos. Foi a utilização militar eficiente da pólvora em armas de fogo que permitiria a esses Estados europeus a conquista, pela força, de territórios nas Américas, na Ásia e na África, a inclusão, em geral violenta, das populações desses territórios a seus sistemas econômicos e políticos e, assim, a construção desses impérios.

Esses Impérios viriam a estar permanentemente em luta. Inicialmente, a Inglaterra, a França e os Países Baixos desafiaram o condomínio concedido pelo Papa Alexandre, espanhol, a Portugal e Espanha; em seguida, a Grã Bretanha disputou e conquistou, em três guerras aos Países Baixos, a supremacia comercial marítima; e mais tarde a Inglaterra lutou contra a França até que, com a derrota de Napoleão e a destruição da Armada Francesa, se instaura a *Pax Britannica*, garantida pela sua superioridade industrial e pelo domínio dos mares, assegurado por sua Armada, hegemonia que se encerraria em 1914.

Durante um longo período, desde a Descoberta das Américas, o sistema internacional estaria organizado sob a forma de impérios, sendo os mais poderosos os sucessivos e simultâneos impérios ultramarinos, sem que se deva esquecer a formação e o papel crescente dos impérios continentais russo e americano.

A unificação, sob a hegemonia prussiana em 1871, da Alemanha, que não tinha colônias significativas, e o seu rápido desenvolvimento industrial levaria ao desafio, em 1914, do Império alemão à França e à Grã-Bretanha, as duas grandes potências europeias e mundiais.

Derrotada em 1919, a Alemanha, em decorrência dos dispositivos draconianos do Tratado de Versalhes e das impagáveis indenizações que estipulava, da Grande Depressão de 1929 e da emergência do nazismo, a partir de 1933, procura, novamente, em 1939, estabelecer sua hegemonia na Europa.

Derrotada a Alemanha nazista, em 1945, pelos Aliados, mais especificamente pelos Estados Unidos e a União Soviética, surgiram as condições para a reorganização do sistema internacional. Com a vitória americana, em 1945, o sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial veio a ter uma nova organização com a consolidação do poder, quase hegemônico, dos Estados Unidos, única potência nuclear até 1949, definidas as suas regras básicas nas Conferências de São Francisco e de Bretton Woods.

As circunstâncias da luta contra as Potências do Eixo, seus aliados e vassallos, estabeleceram tais relações de força entre os Estados Unidos, seus



principais aliados – a Grã-Bretanha e a URSS –, os países liberados do jugo nazista e as potências derrotadas que permitiram aos Estados Unidos determinar as regras desse novo sistema internacional.

Do ponto de vista da estratégia americana, os objetivos desse novo sistema internacional eram:

- evitar uma nova Guerra Mundial;
- evitar uma nova Grande Depressão;
- manter a hegemonia americana; e
- estabelecer o capitalismo como sistema econômico global.

Os instrumentos para atingir os objetivos desse sistema internacional eram:

- desarmar militar e juridicamente as potências do Eixo;
- estabelecer, definitivamente, a hegemonia militar e política das cinco potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial;
- adotar, formal e legalmente, os princípios de não intervenção, de autodeterminação e de respeito às fronteiras nacionais, essenciais para obter a adesão de todos os Estados ao novo sistema mundial e à nova organização;
- estabelecer um novo sistema financeiro mundial, com base no padrão ouro-dólar, administrado por uma agência internacional, sob controle dos Estados Unidos;
- estabelecer um novo sistema comercial multilateral, baseado na cláusula de nação mais favorecida e no tratamento nacional, sob controle americano;
- estruturar um novo sistema político mundial que incluísse todos os Estados.

Os objetivos do novo sistema internacional não são a paz, a segurança e a cooperação internacional a não ser na medida em que contribuem para a consecução dos objetivos mencionados acima, os quais, nem os seus instrumentos, foram definidos pela “comunidade” internacional, como se verá na seção sobre a dinâmica do sistema internacional. Antes, porém, será necessário descrever sua estrutura.





A ESTRUTURA DO SISTEMA INTERNACIONAL

OS ESTADOS

Os principais atores do sistema internacional são os Estados nacionais, iguais e soberanos, do ponto de vista jurídico. Os Estados nacionais são o conjunto de normas e de instituições, criado pelas classes hegemônicas e “aceito” pelas demais classes, que disciplinam as relações sociais de toda ordem – econômicas, políticas, sociais, religiosas, militares – e que detêm em seus territórios o monopólio legal do uso da força para elaborar e fazer cumprir normas e dirimir conflitos.

Os Estados nacionais não se confundem com nações, nem com governos, nem têm, necessariamente, continuidade territorial.

Há nações, como os curdos, que se encontram dispersas pelos territórios de diferentes Estados; há Estados, como a Espanha, onde se encontram comunidades de indivíduos de diferentes origens nacionais, com ou sem reivindicações separatistas; há Estados com elevado grau de homogeneidade étnica, como o Japão, enquanto varia a intensidade da miscigenação em diferentes sociedades. Os governos que ocupam, comandam e utilizam o aparelho do Estado em determinado momento podem estar integrados por representantes de diferentes frações das classes hegemônicas ou podem até incluir, além de representantes das classes hegemônicas, representantes de outras classes. Há Estados com grande continuidade territorial, como o Brasil e outros compostos por centenas e até milhares de unidades territoriais distintas, como a Indonésia.

Os Estados têm em comum a característica de que, em seu território, reconhecido pelos demais Estados (ainda que possa haver divergências quanto



à fixação de fronteiras) somente vigoram suas normas ou as que resultam de acordos internacionais que aceitem, *i.e.*, que incorporam a seus ordenamentos jurídicos.

Há 194 Estados nacionais que, ao serem admitidos como membros das Nações Unidas, são reconhecidos por todos os Estados e que, ao aceitarem as normas da Carta da Organização, passam a poder gozar de sua “proteção” e se sujeitam ao sistema de condomínio do Conselho de Segurança, sob a hegemonia imperial dos Estados Unidos.

Há entidades que possuem muitos dos atributos dos Estados nacionais e que não são membros das Nações Unidas, mas cuja existência até como Estados é reconhecida por alguns Estados, sendo Taiwan um caso importante.

Se, de um lado, a característica dos Estados é sua igualdade soberana do ponto de vista jurídico, de outro os Estados nacionais se caracterizam pelas suas extraordinárias assimetrias no que diz respeito à dimensão de seus territórios, de suas populações, de suas economias e de sua força política, ideológica e militar.

São 193 os Estados membros da Organização das Nações Unidas. Em termos de dimensão territorial, há 29 Estados com mais de um milhão de Km² enquanto 90 Estados têm menos de 100 mil Km². Há 11 Estados com população superior a 100 milhões de habitantes e há 82 Estados com população inferior a 5 milhões de habitantes. Há 15 Estados com PIB superior a US\$ 1 trilhão de dólares e cem Estados com PIB inferior a US\$ 50 bilhões. Dez Estados registram 90% das patentes concedidas no mundo a cada ano enquanto cem Estados, em conjunto, registram 0,5% das patentes concedidas. Quinze Estados são responsáveis por 83% das despesas militares anuais, e os demais, em conjunto, realizam menos de 17% das despesas militares anuais. A concentração de recursos minerais é notável. Dez Estados concentram 90% das reservas de petróleo mundiais enquanto cem Estados não têm jazidas de petróleo. Cinco Estados detêm 88% das reservas de urânio do mundo. Em dez Estados estão 80% das sedes das 225 maiores empresas do mundo.

AS GRANDES POTÊNCIAS

As grandes potências têm um status internacional radicalmente distinto em relação aos demais Estados, qualquer que seja a dimensão destes em qualquer campo.

As grandes potências políticas têm um status superior e privilegiado em relação aos demais Estados ao serem membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, por esta razão, terem o “direito” de autorizar, se tiverem o apoio de quatro membros não permanentes do Conselho, o uso





da força contra qualquer membro da ONU, enquanto se encontram fora do alcance de qualquer sanção de parte das Nações Unidas devido ao poder de veto que detêm legalmente.

As grandes potências políticas têm um *status* militar privilegiado ao serem os únicos Estados com o direito legal, outorgado pelo Tratado de Não Proliferação Nuclear, de produzir e de aperfeiçoar, sem limites, armas nucleares sem estarem sujeitas às inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Há pelo menos quatro outros Estados que detêm armas nucleares, quais sejam a Índia, o Paquistão, Israel e a Coreia do Norte. Além de seus direitos nucleares, as grandes potências têm o direito de produzir outras armas, químicas e biológicas, de destruição em massa sem nenhum controle e se arrogam o direito de impedir, inclusive pela força, os demais Estados de produzi-las. O argumento que defende a “necessidade” de as grandes potências manterem suas armas e dos demais Estados deverem se desarmar (ou serem desarmados) era e é de que elas seriam Estados responsáveis e que jamais usariam aquelas armas. Os demais seriam Estados turbulentos, incapazes de deter essas armas de forma responsável sem utilizá-las. Hoje, o argumento principal é de que, nestes Estados, elas poderiam cair em mãos de organizações terroristas que poderiam utilizá-las contra as grandes potências.

As cinco maiores potências econômicas (EUA, China, Índia, Japão e Alemanha) têm um *status* particular na medida que seu PIB conjunto (e, portanto, seus mercados e a capacidade de controlar o acesso de outros países a seus mercados) corresponde a cerca de 50% do PIB mundial. Dentre as 200 maiores empresas do mundo, as que podem ser chamadas de megaempresas multinacionais, cerca de 60% têm sua sede, seu controle e seus acionistas, nessas cinco potências econômicas.

As cinco maiores potências comerciais do mundo (China, EUA, Alemanha, Japão e França), em conjunto, respondem por 35% das exportações mundiais; e suas importações, em conjunto, correspondem a 36% das importações mundiais.

A cinco maiores potências tecnológicas do mundo (Japão, EUA, China, Coreia e Alemanha) são responsáveis, em conjunto, pelo registro de cerca de 88% das patentes concedidas anualmente e, portanto, se encontram na vanguarda dinâmica do processo de expansão e modernização da produção industrial civil e militar.

As cinco principais potências científicas do mundo (EUA, China, Alemanha, Japão e Reino Unido) são responsáveis pela autoria de 55% dos artigos científicos publicados anualmente no planeta; além de a maioria dos prêmios Nobel em ciências exatas serem conferidos a cientistas desses países.





Assim, é possível identificar os Estados que se destacam em termos políticos, militares, econômicos, tecnológicos e científicos e considerar que aqueles que se encontram nesses grupos, basicamente os cinco membros permanentes do Conselho, potências nucleares, e mais a Alemanha e o Japão, poderiam ser classificados como grandes potências. Há uma enorme concentração de poder no sistema internacional, com graves consequências para os Estados que não se encontram no grupo das grandes potências, como é o caso do Brasil.

Entre as grandes potências, com enorme poder de organizar e implementar a agenda da política internacional, se encontra a potência imperial, os Estados Unidos, que assim se reconhecem e que se apresentam como tal, ditando aos demais Estados como devem agir no cenário internacional, como se devem organizar politicamente, e chegando a se outorgar o direito de puni-los.

OS ESTADOS MÉDIOS

Ao percorrer as principais regiões, é possível identificar Estados com maior capacidade potencial para atingir níveis de desenvolvimento político e econômico superior, a partir de uma avaliação de fatores econômicos, de ocorrência e distribuição de recursos naturais, de situação geopolítica, de dimensão de território e população, de características de política econômica, de compromissos assumidos e de fatores políticos.

Na América Latina, esses Estados seriam a Argentina e o Brasil; na África subsaariana seriam a Nigéria e a África do Sul; no Magrebe, Oriente Próximo e Médio, esses Estados seriam a Turquia e o Irã; na Ásia seriam a Indonésia e a Coreia, em especial se viesse a ocorrer a reunificação.

É possível indagar as razões pelas quais não foram incluídos nesta lista Estados como o México, o Canadá e a Colômbia; a Espanha e a Itália; a Argélia e o Egito; a Austrália e a Tailândia. No caso de alguns, como o Canadá, o México e a Colômbia, sua decisão de se vincular de forma extrema à política e à economia norte-americana impedem políticas autônomas; outros, como a Espanha e a Itália, abdicaram ao decidirem se integrar à União Europeia; outros, ainda, devido a seus vínculos especiais com os Estados Unidos.

Há outros Estados aos quais falta o mínimo de território, e, portanto, de recursos naturais ou de população, e, logo, de mercado potencial, para poderem ser incluídos nesta categoria de Estados médios, ainda que, historicamente, a situação do Japão mostre que a determinação política pode superar os mais difíceis obstáculos em termos de recursos naturais e de localização geográfica.

O verdadeiro desenvolvimento, a redução da distância que separa estes Estados médios das grandes potências é um empreendimento extraordinário que exige enorme persistência e vontade política, pois enfrenta a oposição



destas. Não interessa às grandes potências, até pelo contrário, promover a ascensão de Estados concorrentes, pois em todas as esferas do sistema mundial, a questão relativa à competição define o poder, a capacidade de cada Estado de influir no processo político de definição de normas internacionais e, em consequência, sua possibilidade de se apropriar de maior parcela da renda mundial para sua população.

PEQUENOS, MINI E MICRO-ESTADOS

Dentre os 193 Estados membros das Nações Unidas cerca de 90 têm território inferior a 100 mil km²; cerca de 60 têm população inferior a 3 milhões de habitantes; cerca de 90 têm PIB inferior a 20 bilhões de dólares. Os Estados que se encontram simultaneamente nessas três categorias podem ser classificados como mini e micro-Estados, e sua influência sobre a política internacional pode ser considerada diminuta e às vezes até mesmo irrelevante, não fosse a sua característica de Estados soberanos, com direito a voto nas negociações e nas deliberações dos organismos internacionais.

Há exceções notáveis, entre elas o Vaticano, devido à influência que exerce como sede ideológica e política de uma religião organizada e hierárquica, com mais de 700 milhões de fiéis, presentes em mais de 170 países. Outros Estados têm relevância devido à sua condição de “clientes” de grandes potências que os auxiliam política e economicamente e sem cujo apoio dificilmente poderiam sobreviver. Taiwan e Israel se encontram neste caso.

Ainda outros Estados – como Cuba, que a despeito da hostilidade permanente dos Estados Unidos e, durante muitas décadas, dos principais países capitalistas – conseguiram exercer um papel importante na política internacional, em especial na América Latina e na África, o que foi possível graças ao apoio econômico e político da União Soviética.

Os Estados que não se encontram no grupo das grandes potências, no grupo dos Estados médios e no grupo dos mini e micro-Estados podem ser considerados como pequenos Estados e sua influência sobre a dinâmica internacional tende a se limitar a questões regionais e sub-regionais. Esta é a situação em que se encontram grande número de Estados da América Central, da África subsaariana, da Ásia e da Oceania.

OS BLOCOS DE ESTADOS

Os blocos de Estados são importantes atores da política internacional e sua formação têm causas e objetivos econômicos, políticos e militares.

Segundo a teoria econômica clássica, a maior dimensão do mercado é de grande importância ao permitir a maior especialização, i.e., a divisão do



trabalho a qual é fundamental para o aumento da produção. Quanto maior o mercado – não a população – maior a possibilidade de surgirem empresas especializadas e mais eficientes na produção de bens e serviços. Segundo essa teoria, a economia mais eficiente possível englobaria todos os países do mundo, o que permitiria maior especialização e divisão do trabalho e, assim, a alocação mais eficiente de recursos, sem as distorções causadas pelas políticas de proteção dos Estados nacionais.

A Grã-Bretanha, que liderou a Revolução Industrial, mas que tinha um mercado interno relativamente pequeno, lançou-se à construção de uma economia mundial, usando como instrumentos seu império colonial e a imposição de acordos de abertura de mercados. Através da ação de seus principais ideólogos, como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill e de seus seguidores no continente como J. B. Say, e de sua política econômica, a Grã-Bretanha, mantendo durante longo período, práticas protecionistas as mais diversas, implantou e convenceu o mundo das vantagens do sistema “tradicional” e “natural” do livre comércio e da divisão internacional do trabalho, com base em vantagens comparativas, entre economias produtoras de manufaturas e economias produtoras de produtos primários. O objetivo dos países europeus à frente do processo de industrialização passou a ser a liberalização do comércio para propiciar a expansão de suas exportações e assim foram contribuindo para a formação de uma economia cada vez mais global.

Na época moderna, o Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (Gatt), após o período de fragmentação da economia global, de 1914 a 1945, previa, ao lado do objetivo de redução geral (não de eliminação) dos obstáculos ao comércio, a possibilidade de as partes contratantes do Gatt celebrarem acordos para liberalizar o comércio entre si enquanto poderiam discriminar contra terceiros países, em contradição com o princípio da cláusula de nação mais favorecida, sob a justificativa de que estes acordos preferenciais contribuiriam, eventualmente, para a liberalização geral do comércio mundial.

A primeira motivação econômica para a formação de blocos de Estados é estimular o seu processo de desenvolvimento, de acumulação de capital e de progresso tecnológico e, para tal, dar preferência no seu mercado regional (do bloco) às empresas instaladas nos Estados integrantes do bloco em relação às empresas instaladas fora dele. Esta situação de preferência ocorre tanto em zonas de livre comércio, como em uniões aduaneiras quando se estabelece a eliminação de tarifas e de outras barreiras ao comércio intrabloco e, no caso das uniões aduaneiras, ao estabelecer uma tarifa externa comum, como ocorre na União Europeia e no Mercosul.





Os blocos de Estados podem ter como objetivo não apenas ampliar o comércio, mas a integração total de suas economias. Neste caso, além de implantar e administrar uma tarifa externa comum, os Estados passam a elaborar legislação e executar políticas comuns em distintas áreas como a agricultura, os transportes, a mão de obra, a ciência e a tecnologia, a tributária, a financeira, a monetária até chegar, eventualmente, à criação de uma moeda única comum.

A principal motivação política para a formação de blocos (econômicos ou políticos) de Estados é fortalecer a posição de cada um de seus integrantes nas negociações e nas disputas políticas e militares internacionais com outros Estados e blocos de Estados. Outra motivação política é o objetivo das grandes potências de “organizar” suas esferas de influência e colocar sob seu “controle” determinados Estados menores, como ocorre no âmbito geográfico dos Estados Unidos, da União Europeia, da Rússia.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Os organismos internacionais, integrados por Estados soberanos, foram criados com o objetivo principal de serem foros para o debate e a solução pacífica de disputas entre eles; com o segundo objetivo de promover a negociação de acordos multilaterais para disciplinar relações de todo o tipo – econômicas, comerciais, financeiras, tecnológicas, migratórias, militares etc. – entre os Estados membros e mesmo para definir normas sobre as relações sociais dentro deles, como é o caso das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esses organismos internacionais cumprem também a tarefa de coletar, sistematizar e publicar dados sobre os Estados membros, o que permite compará-los, determinar sua situação relativa no contexto internacional e estabelecer padrões médios e metas a serem atingidas, como é o caso da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da fixação das Metas do Milênio.

O mais antigo dos organismos internacionais foi o Bureau Internacional do Trabalho (BIT) criado em 1919, que viria a se transformar em agência especializada da ONU, a Organização Internacional do Trabalho, com o objetivo de negociar convenções internacionais sobre as relações entre trabalho, capital e Estado cujas normas deveriam ser cumpridas pelos Estados que as subscrevessem.

O mais importante organismo internacional é a Organização das Nações Unidas (ONU), criada na Conferência de São Francisco, em 1945, por 51 Estados, com seu sistema de Agências Especializadas, criadas gradualmente e que são 26 ao todo, cuja competência se estende aos mais diversos campos de atividade.

Os objetivos das Nações Unidas se encontram definidos no Artigo 1, do capítulo I, de sua Carta:



- manter a paz e a segurança internacionais;
- promover a amizade entre as Nações, com base no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos;
- promover a cooperação para resolver problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural e humanitário;
- promover o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais;
- ser um centro para harmonizar as ações dos Estados para atingir esses objetivos.

No artigo 2, do capítulo I, a Carta estabelece que a ONU e seus membros, ao perseguir os objetivos do artigo 1, devem agir de acordo com os seguintes princípios:

- a organização é baseada no princípio de igualdade soberana de todos os seus membros;
- todos os Estados devem cumprir de boa-fé as obrigações assumidas por eles de acordo com a Carta;
- todos os membros devem resolver suas disputas internacionais por meios pacíficos;
- todos os Estados devem se abster de ameaças ou do uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado;
- a ONU deve assegurar que Estados que não são membros das Nações Unidas ajam de acordo com esses princípios na medida em que for necessário para manter a paz e a segurança internacionais;
- nada contido na Carta pode autorizar as Nações Unidas a intervir em questões que se encontram essencialmente na jurisdição doméstica de qualquer Estado, ou pode exigir que seus membros submetam essas questões para solução dentro da Carta.

A ONU (e as grandes potências que a criaram) consideram que todos os Estados se encontram sujeitos a suas normas o que constituiu, desde o início, forte estímulo a que todos os Estados dela desejassem participar até para proteger seu território. É interessante lembrar que no momento da criação das Nações Unidas, a Alemanha, o Japão e a Itália não só não eram membros, como eram designados na Carta como Estados inimigos.

Nos organismos internacionais, devido a suas normas e à influência política que neles exercem, as grandes potências (e seus Estados clientes), agindo de forma coordenada, procuram fazer com que sejam negociados acordos a serem aceitos por todos os membros e que correspondam a seus interesses econômicos e políticos, apresentados como interesses da “comunidade inter-





nacional”. Nessas negociações, os pequenos, mini e micro-Estados têm reduzida participação e influência, mas ao serem “induzidos” a aceitar as normas negociadas tornam possível uma pressão maior sobre os Estados médios para que estes últimos sejam constrangidos a aceitá-las.

Além das grandes Agências internacionais que fazem parte do sistema das Nações Unidas – cada uma delas com centenas, e às vezes milhares, de técnicos e funcionários, e com orçamentos próprios, sustentadas pelas contribuições de seus membros – existem centenas de organismos de âmbito regional, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), cuja existência está prevista na Carta da ONU, e de importância às vezes apenas sub-regional, como a Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano (Ecowas); a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean); e a União de Nações Sul-Americanas (Unasur). Às vezes, tais organismos contam com a participação de grandes potências, às vezes têm como participantes apenas Estados que não são grandes potências, como é o caso do Mercosul e da Unasur.

É relevante notar que as grandes potências fazem questão e se esforçam para que as normas negociadas internacionalmente sejam aceitas pelo maior número possível de Estados. Esta aceitação confere a elas legitimidade e, ao serem incorporadas ao ordenamento jurídico do maior número de Estados, deixam aqueles Estados que não as aceitem na situação de Estados não cooperativos com a “comunidade internacional”, isto é, com a vontade das potências hegemônicas.

Não há necessidade de examinar a ação de cada uma das agências internacionais, mas sim de comentar alguns fenômenos que afetam a todas elas. Levando em conta que são financiadas principalmente pelas grandes potências, estas exercem grande influência sobre aquelas, inclusive na seleção de seu secretariado e da sua direção.

Quando o secretariado de alguma agência passa a executar políticas e programas que contrariam os interesses de alguma grande potência e em especial dos Estados Unidos passa a sofrer forte ataque ideológico através da mídia; e, eventualmente, corte de recursos para forçar a substituição de seus dirigentes. Tal situação ocorreu em casos como o da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco), e o da Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq), de cujo cargo de diretor geral o embaixador José Bustani, por contrariar os interesses dos EUA e de seus associados, foi destituído ilegalmente.

AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs)

Atores importantes do sistema internacional sem terem, todavia, a capacidade de elaborar normas e negociar acordos que disciplinem as relações





entre os Estados, e nem mesmo entre si, são as organizações não governamentais (ONGs).

As organizações não governamentais, com ação e influência internacional, surgiram nos países desenvolvidos para organizar a luta política em relação a temas tais como a abolição do tráfico de escravos e da escravidão; o direito de voto para as mulheres; a organização da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e maior participação política; e, finalmente, as próprias organizações religiosas podem ser reconhecidas como organizações não governamentais. Em última análise, o objetivo das ONGs era, e é, fazer com que os Estados reconheçam direitos, disciplinem de certa forma determinados temas ou aloquem recursos para enfrentar certas questões.

A partir de certo momento, em especial após a Segunda Guerra Mundial, nos governos dos países desenvolvidos formou-se a convicção de que poderiam ser criadas, estimuladas e mesmo financiadas organizações não governamentais para defender temas de interesse das grandes potências e para promover a adoção de legislação no território de terceiros Estados, recrutando funcionários locais, isto é, criando organizações “nacionais” para defender a visão e os pontos de vista de Estados estrangeiros, contornando os princípios de não intervenção e de autodeterminação.

Entre as ONGs têm especial interesse aquelas fundações de países desenvolvidos que se dedicam ao estudo de certos temas, à elaboração de sugestões de políticas para esses temas, ao treinamento e cooptação de cidadãos de países periféricos através da oferta de bolsas de estudo em universidades de países desenvolvidos. Recentemente, algumas dessas fundações tiveram papel ativo nas chamadas “revoluções de veludo” na Europa Oriental e agora nas “primaveras árabes” do Oriente Próximo e do Magrebe, orquestrando ampla e enviesada cobertura da imprensa mundial, financiando e treinando militarmente grupos de dissidentes nestes países para promover a “mudança de governo”.

Há centenas de milhares de ONGs que atuam em centenas de países, algumas de inspiração, base e ação puramente nacional, e outras com objetivos, ação e ramificações internacionais. Algumas dessas ONGs, com o tempo, passaram a reivindicar o “direito” de participar de órgãos do Estado como “representantes” da sociedade civil, sem que seus membros tenham sido eleitos ou tenham recebido mandato atribuído por algum segmento da sociedade.

A pretensão política das ONGs de participar de organismos do Estado atinge o sistema político legal, representativo e democrático e pode se tornar, caso venha a ser aceito sem cautelas, instrumento direto de influência dos países altamente desenvolvidos no governo e na administração pública dos Estados periféricos.



Os países desenvolvidos, as grandes potências, ao mesmo tempo que limitam a ação das ONGs estrangeiras em seus territórios, como fazem os Estados Unidos, estimulam, financiam e protegem a ação de ONGs que defendem seus interesses nos Estados periféricos, e protestam violentamente quando algum destes pretende impor qualquer controle sobre a ação das ONGs internacionais que pretendem representar interesses da humanidade, da “comunidade internacional” em seu território.

MEGAEMPRESAS MULTINACIONAIS

As antecessoras das megaempresas multinacionais eram empresas de capital estrangeiro de atuação limitada a poucos territórios coloniais e a alguns países semicoloniais que se dedicavam principalmente a atividades de mineração e de comércio exterior de produtos agrícolas. Essas empresas de capital estrangeiro deram importante contribuição ao desenvolvimento econômico de países então periféricos como os Estados Unidos, em especial na construção de suas infraestruturas econômicas (ferrovias e portos) para permitir e organizar a exploração de recursos naturais do solo e do subsolo desses países. Por outro lado, os países desenvolvidos, para onde se dirigiam esses produtos primários periféricos, tinham interesse e procuravam manter baixas e até fixas, por acordo, as tarifas de importação desses países para exportar suas manufaturas para eles e dificultar o surgimento de produção industrial local concorrente.

As megaempresas multinacionais, que desenvolvem atividades produtivas, comerciais, de serviços e financeiras no território de vários Estados, não são, como alguns pretendem, entidades sem vínculo nacional, que se encontram acima dos Estados, e que têm maior “poder” do que os Estados onde atuam.

As megaempresas multinacionais tem nacionalidade definida, sua sede nacional é conhecida, e se valem da proteção dos Estados de que são nacionais para defender seus interesses empresariais nos Estados estrangeiros onde atuam e na negociação de acordos internacionais para consagrar normas de seu interesse.

As megaempresas multinacionais têm, muitas vezes, faturamento superior ao Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países e, com isso, alguns autores concluem serem elas mais importantes no sistema internacional do que muitos Estados nacionais.

Todavia, essas megaempresas multinacionais não têm competência jurídica para elaborar normas e nem mesmo regular os setores em que atuam, e tem de se subordinar ao cumprimento das normas elaboradas pelos Estados em cujo território agem, por menores e menos poderosos que estes sejam.

Quando algumas destas empresas resolvem “organizar” o seu setor de atuação ocorre a formação de trustes e cartéis que são, em geral, considerados ile-





gais e perniciosos à “livre” concorrência nos mercados; razão pela qual são legalmente punidas, com maior ou menor vigor, pela legislação de muitos Estados.

Não podendo nem criar suas próprias normas, nem impor normas aos Estados onde atuam, as megaempresas multinacionais, com o apoio político de seus Estados de origem, procuram promover a modificação dessas normas nacionais e a uniformização, em nível mundial, das normas, em especial tributárias e ambientais, que regulamentam as atividades das empresas.

As megaempresas multinacionais são as principais impulsionadoras do processo de globalização econômica, e pressionam seus governos para que evitem e dificultem, através de acordos internacionais, toda possibilidade de os Estados estabelecerem regras nacionais que limitem a liberdade de ação das megaempresas, em especial nos Estados periféricos.

A Rodada Uruguai de Negociações Comerciais do Gatt, que se iniciou em 1988 e se encerrou em 1994, foi um momento de vitória para as megaempresas multinacionais que viram ser incorporadas a um organismo internacional, a OMC, as regras de liberalização do comércio de bens e serviços; as regras sobre investimento e sobre propriedade intelectual que viriam a tolher a possibilidade de políticas nacionais de desenvolvimento, forçariam a desregulamentação econômica e a privatização, restringiriam o desenvolvimento tecnológico dos Estados periféricos e estabeleceriam as regras de retaliação, inclusive cruzada, contra os Estados que infringissem tais normas.

Ficou claro, com o tempo, que as grandes potências que viessem a ser “condenadas” na OMC por infringirem as normas de seus acordos, dificilmente seriam punidas e obrigadas a obedecer às decisões do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização. Depois da crise que se iniciou em 2007, as grandes potências vêm infringindo diversas normas desses acordos sem que sejam denunciadas, como foi o caso do socorro financeiro a seus bancos para impedir sua falência e sua aquisição por bancos estrangeiros.

Outro instrumento internacional são os acordos de promoção e proteção de investimentos que permitem às empresas multinacionais processar em foros e comissões internacionais de arbitragem os Estados – quando estes adotam legislação, que a juízo delas, reduzem seus lucros – e obter grandes “indenizações” financeiras. Dezenas de Estados assinaram centenas de acordos de proteção e promoção recíproca (*sic*) de investimentos e vieram a ser processados e obrigados a pagar milionárias indenizações.

As megaempresas multinacionais podem ser classificadas em produtivas, financeiras, de serviços e de comunicações.

As megaempresas multinacionais produtivas tendem a fazer seus investimentos, *i.e.*, a instalar suas unidades físicas de produção, em países onde





encontram mercados de dimensão adequada e mão de obra barata, com legislação trabalhista e ambiental lenientes.

A partir de 1979, com o início das reformas liberalizantes de Deng Xiao Ping, as megaempresas multinacionais produtivas, sempre disciplinadas pela política e a legislação chinesas, encontraram na China sua principal área para investimentos, sendo responsáveis por grande parte do crescimento da economia chinesa, das suas exportações e pela transferência de tecnologia para aquele país.

Com as políticas de liberalização dos fluxos de capitais e de desregulamentação do setor financeiro, promovidas inicialmente pelos governos de Ronald Reagan (EUA) e de Margaret Thatcher (Grã-Bretanha), nas décadas de 1970 e 1980, as megaempresas multinacionais financeiras, isto é, os grandes bancos multinacionais, passaram a poder atuar nos mais diferentes setores, desde as atividades de varejo bancário às de investimento em diferentes países, desenvolvidos ou não.

De um lado, esses bancos multinacionais coletam as poupanças da população das sociedades subdesenvolvidas, financiam as multinacionais de seus países e servem de veículo à evasão de recursos para paraísos fiscais, remetendo lucros extraordinários para suas matrizes. Além disso, esses bancos multinacionais se dedicam à especulação cambial em escala global e com títulos de toda natureza, em especial os derivativos e participam, por vezes, de ataques especulativos contra as moedas nacionais em desequilíbrio.

As megaempresas multinacionais de serviços, setor da economia em que permanecem maiores restrições legais à atuação do capital multinacional, atuam principalmente nas áreas de engenharia de construção, do grande comércio de varejo, do comércio exterior e dos transportes de longo curso.

A engenharia de construção de grandes projetos de infraestrutura (tais como hidroelétricas, rodovias, ferrovias e portos) é uma área em que há grande influência política, profundamente vinculada aos governos locais. Os vultosos recursos para as obras de infraestrutura provêm em geral de empréstimos internacionais e, muitas vezes, a corrupção praticada pelas megaempresas para vencer supostas “licitações” ou mesmo para terem “assinadas” as obras, é notável.

No comércio de varejo, as megaempresas multinacionais se especializam na construção de supermercados e na importação de produtos, atingindo fortemente o comércio nacional varejista de pequenas lojas familiares, provocando desemprego e gerando receitas extraordinárias e remessas de lucros sem contribuir de forma significativa para a industrialização e a exportação de produtos dos países onde atuam.



No comércio exterior dos países periféricos, operam as grandes *tradings* de produtos agrícolas que controlam a exportação dos países produtores e absorvem a maior parte dos lucros decorrentes das variações dos preços desses produtos nos mercados internacionais de *commodities*.

Outro setor da economia mundial dominado pelas megamultacionais de serviços são os transportes marítimos. Nenhum Estado periférico possui indústria naval importante nem companhias de navegação, enquanto sua capacidade competitiva e a possibilidade de diversificação de seu comércio exterior, que depende da penetração em novos mercados, são influenciadas pelos preços de transporte marítimo, definidos pelas conferências de frete.

Politicamente, as mais importantes megaempresas multinacionais são aquelas que operam no campo das comunicações, em especial na comunicação audiovisual, *i.e.*, no cinema, na televisão e na internet.

Esta importância decorre do fato de que os produtos audiovisuais formam o imaginário não só das grandes massas da população, mas também de suas elites, tanto nos países desenvolvidos como nos periféricos.

Tal formação do imaginário tem a ver, por um lado, com a formação e a transmissão de valores sociais e comportamentais – o que é de grande importância comercial –, e, de outro, com a interpretação da realidade, ou seja, com a “descrição” e a interpretação de eventos. Os mecanismos e processos de difusão dessas interpretações para as grandes massas (e também para as elites) é especialmente relevante para os países periféricos que não têm capacidade de gerar informações próprias para subsidiar o seu processo de decisão política, que deveria se realizar à luz de suas circunstâncias e interesses nacionais.

As megaempresas multinacionais de comunicação defendem vigorosamente a mais ampla liberdade de ação para suas atividades e as de seus empregados, os jornalistas, com base no ideal da liberdade de expressão do indivíduo como direito essencial à democracia.

Essas megaempresas são produtoras de filmes, de seriados para televisão, de noticiário internacional e têm elas, através de suas relações comerciais com as empresas físicas de comunicação – as emissoras de televisão, de rádio e os provedores da internet – a possibilidade de fazer “alianças” para influir sobre os sistemas políticos e econômicos dos diferentes países, em especial aqueles periféricos. As atividades da National Security Agency (NSA), de vigilância geral e irrestrita de comunicações públicas e privadas, de natureza política, militar e econômica, em todos os países revelam como se organiza a cooperação dos organismos de vigilância e espionagem dos Estados Unidos, em cooperação com os de seus aliados, com as empresas de comunicação e da internet, defensoras da liberdade de expressão.





ORGANIZAÇÕES ILEGAIS

As principais organizações ilegais que atuam no sistema internacional são as organizações terroristas e as organizações criminosas.

Com a derrocada política da União Soviética e sua adesão ao capitalismo, sob a regência do FMI, o terrorismo veio substituir o comunismo como o inimigo da civilização ocidental, dos valores cristãos, democráticos e capitalistas. Sua existência, e o perigo permanente de sua ação difusa, misteriosa e imprevisível viriam a justificar a continuidade e até a expansão dos gastos do Estado americano em seu complexo industrial-militar; a adoção de uma série de leis restritivas dos direitos civis nos países desenvolvidos, como o *Patriot Act*¹ nos Estados Unidos, e a violação dos direitos à privacidade, como ficou revelado pelo programa Prism²; e a ação militar unilateral dos Estados Unidos e seus acólitos contra Estados que acusam de promover ou de abrigar organizações terroristas, como foi o caso do Afeganistão, do Iraque e do Paquistão.

No período posterior a 1945, as organizações terroristas têm sua origem na implantação do Estado de Israel no Oriente Próximo, em 1948, no centro de uma região árabe e muçulmana; na política israelense de absorção dos Territórios Palestinos, ocupados ilegalmente desde 1968; e na repressão violenta às populações palestinas. Em segundo lugar, uma origem recente que decorreu da invasão do Afeganistão pela União Soviética, em 1979, e da política americana de financiar e armar grupos religiosos fundamentalistas muçulmanos de vários países contra os invasores soviéticos.

É interessante notar que, após o atentado às Torres Gêmeas em Nova York e ao Pentágono, não ocorreu nenhum outro atentado terrorista em território americano, apesar da facilidade com que se pode adquirir nos Estados Unidos armas de grande poder de fogo, como metralhadoras e fuzis-metralhadoras. Os atentados com esses tipos de arma praticados por cidadãos americanos demonstram a facilidade com que terroristas-suicidas poderiam organizar atentados nos EUA.

1. Lei antiterrorista criada pelo governo George W. Bush e promulgada em 26 de outubro de 2001, logo após os atentados de 11 de setembro daquele ano. O seu objetivo foi restringir uma série de direitos constitucionais, a fim de expandir o poder repressivo do Estado sem a intervenção do poder judicial, a fim de "garantir a segurança nacional e a luta contra o terrorismo". [N. E.]

2. Programa de vigilância eletrônica secreto mantido pela agência de segurança nacional (NSA) dos Estados Unidos desde 2007. Tem como objetivo o monitoramento e a avaliação de mídias eletrônicas, de maneira a possibilitar não apenas a recuperação de informações armazenadas sobre um alvo em específico, mas também a vigilância de comunicações em tempo real. O programa permite a escolha de qualquer cliente das empresas participantes, independentemente de estes serem cidadãos norte-americanos e de estarem ou não nos Estados Unidos. O programa seria capaz de fornecer à NSA diversos tipos de mídia sobre os alvos escolhidos, como correio eletrônico, conversas por áudio e por vídeo, vídeos, fotos, conversações usando voz sobre IP, transferências de arquivos, notificações de login e outros detalhes pertinentes a redes sociais. [N. E.]



As organizações criminosas que têm um papel na política internacional se dedicam principalmente ao tráfico de drogas e de armas.

A produção e o tráfico de drogas decorrem da demanda por narcóticos nas sociedades capitalistas altamente desenvolvidas devido à insegurança econômica e psíquica que afeta grande parte da população nessas sociedades competitivas e consumistas. As políticas de combate e punição severa dos consumidores de drogas nos Estados Unidos não foram e não serão jamais capazes de eliminar tal demanda. Seu único efeito é elevar os preços das drogas e as populações encarceradas, cujo número alcança mais de dois milhões de pessoas nos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo em que se pretende combater o consumo, a produção e o tráfico de certas drogas, a produção e o comércio de substâncias como o álcool e as anfetaminas são permitidas e largamente consumidas pela população, com efeitos tão ou mais destruidores para os indivíduos e suas famílias, e agem como precursores do uso de outras drogas.

O número de óbitos causados direta ou indiretamente pelo consumo de bebidas alcoólicas e pelo abuso no consumo de anfetaminas é muito maior do que o número de óbitos causados pela maconha, a cocaína e a heroína.

Existe, ademais, nos países produtores e, certamente também nos países consumidores de drogas, a infiltração do aparelho do Estado por representantes de organizações criminosas que resistem de toda forma a qualquer iniciativa política de legalização e controle da produção e consumo de drogas.

A importância das organizações criminosas na política internacional decorre da tática dos países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, de procurar associar ao narcotráfico qualquer organização que se opõe a ele ou a governos seus aliados, e que desenvolve ou não atividades de guerrilha, e a identificá-las como organizações criminosas.

A produção e a exportação de armamentos é um dos setores mais importantes da economia e da política de certos países desenvolvidos, em especial dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França, da Rússia e da China, responsáveis em conjunto por mais de 80% do comércio mundial de armas.

Esses países, apesar de se apresentarem como defensores da paz e da segurança internacional, exportam armas para todos os seus aliados, contribuindo para aumentar a tensão política e militar em todas as regiões e auferindo lucros significativos com este comércio.

As organizações criminosas que se dedicam ao tráfico de armas afetam a política internacional, pois, ainda que não tenham objetivos políticos em si, servem, por vezes, de veículo para o fornecimento de armas a grupos dissidentes em países periféricos.





AS REDES QUE INTERLIGAM OS ATORES DO SISTEMA

As redes que interligam os atores do sistema internacional, no seio das quais se verifica a dinâmica deste sistema e se exerce a hegemonia imperial americana, são acordos jurídicos de toda natureza, o sistema de bases militares, em especial norte-americanas, a rede de satélites e os sistemas de comunicação, entre eles a internet.

São milhões de acordos sob as mais diversas designações – tratados, convenções, protocolos etc. – que criam, com maior ou menor grau de obrigatoriedade, compromissos de toda a natureza para os Estados que os subscrevem.

Grande parte da dinâmica internacional decorre do esforço político – que se exerce através de pressões e ameaças, de campanhas de mídia, de ações encobertas, de aliciamento de agentes estrangeiros, de sistemas de vigilância da informação – para forçar os Estados, em especial aqueles da periferia, para que assumam compromissos de interesse das grandes potências, em especial dos Estados Unidos.

No campo comercial, há o esforço persistente e intenso dos Estados Unidos e de outras potências, como a União Europeia, de promoverem a negociação e a assinatura de acordos de livre comércio bilaterais, regionais e multilaterais, e de acordos que permitam a mais livre atuação das empresas multinacionais.

No campo militar, há o esforço permanente dos Estados Unidos de promover a negociação de acordos de todo o tipo desde aqueles de desarmamento completo, relativos a armas de destruição em massa e a armas convencionais, àqueles sobre a instalação de bases militares, sistemas de radares e assistência militar.

No campo financeiro, há o esforço persistente dos Estados Unidos e das grandes potências de negociação de acordos que assegurem a livre circulação de capitais de investimento, de empréstimo e de natureza especulativa.

Nessa dinâmica, os Estados periféricos, novas “colônias”, têm pequeno poder de iniciativa e de defender seus interesses, em especial se atuam individualmente. Daí a necessidade de articular blocos de países para enfrentar essas investidas nos mais diversos campos e daí também o esforço político das grandes potências para impedir que esses blocos se formem ou, depois de formados, para promover seu enfraquecimento e eventual dissolução, como ocorre no caso do Mercosul e da campanha de descrédito contra ele empreendida.

A rede norte-americana de bases militares, remanescente da Segunda Guerra Mundial, que se expandiu com a Guerra Fria e mais recentemente com a desintegração da União Soviética, tem um papel político e militar. Do lado militar, permite a rápida intervenção das forças americanas nos mais distantes



rincões do globo no que são auxiliadas pelas frotas americanas, bases militares flutuantes, circulando sem cessar em águas internacionais, e pelos sistemas de permanente patrulhamento da Força Aérea americana. Do lado político, as bases americanas fornecem as instalações e a segurança necessária para as operações da NSA, e são instrumentos de ação política e militar para operações encobertas nos países onde estão situadas para influir sobre a política, inclusive através dos setores militares das sociedades locais.

Os satélites que permanentemente circundam a terra são de natureza civil, em especial de comunicações, de observação meteorológica, de pesquisa científica e de natureza militar para a coleta de informações que permitem a observação e a ação militar, inclusive de aviões não tripulados, os drones e estão articulados com as redes de bases militares e integram o sistema de vigilância global, monitoramento e coleta de informações.

A internet surgiu como um sistema de comunicação militar nos Estados Unidos, e mais tarde civil a partir da década de 1960, quando se realizou a primeira transmissão de mensagens de computador para computador. A internet permite a comunicação de assuntos cotidianos, triviais e banais, entre indivíduos em todos os países – quando somente o idioma se torna um obstáculo; permite a transmissão de informações científicas e tecnológicas entre pesquisadores e empresas; permite o acesso a informações de toda a ordem sobre todos os temas, como uma gigantesca e veloz biblioteca; revoluciona a imprensa e os métodos de difusão da informação; permite a mobilização de indivíduos para campanhas políticas de toda ordem. A internet tem sido utilizada como instrumento de política internacional para divulgar “imagens”, favoráveis ou desfavoráveis, de Estados e de dirigentes, e “imagens” fabricadas ou não de eventos políticos, como ocorreu durante a “primavera árabe”.

Os sistemas de comunicação, as redes de televisão, as emissoras de rádio, as agências de notícias, os jornais, as editoras de livros e revistas, os sites e os blogs desempenham importante papel na dinâmica internacional. São esses sistemas de comunicação que geram e difundem as interpretações do mundo e dos eventos; os códigos de valores e de comportamento individual; a pauta prioritária da política internacional.

Com o progresso tecnológico dos microprocessadores que permite uma velocidade cada vez maior e uma capacidade crescente de processamento e armazenagem de informações e com a miniaturização dos aparelhos receptores e a convergência digital, cada indivíduo está (ou pode estar, em princípio) conectado de forma constante ao sistema de circulação geral de informação.

Outra consequência da internet e do uso de correio eletrônico, em suas diversas modalidades, e de celulares é a capacidade cada vez maior das empre-





sas estenderem informalmente o horário de trabalho de seus empregados até que este venha a abranger 24 horas por dia, sete dias por semana, com todas as consequências para a saúde física e mental dos trabalhadores. O uso disseminado, na esfera pública e privada, da internet e do correio eletrônico facilita a espionagem industrial, política e militar, assim como implica em importantes efeitos sobre a socialização de jovens, o comportamento de adultos e sobre sua capacidade de reflexão e de raciocínio.

Essas redes de acordos, de bases, de satélites, de computadores da internet operam e afetam todas as esferas da política internacional.







A DINÂMICA DO SISTEMA INTERNACIONAL

A dinâmica do sistema internacional consiste na ampla gama de relações de cooperação, de competição, de pressão, de ameaça, de persuasão, de subversão, de “retaliação” e de conflito armado, em que se envolvem as agências civis e militares dos diferentes Estados, organismos multilaterais e regionais, megaempresas multinacionais, organizações não governamentais, agências de inteligência e subversão, no quadro do amplo sistema de redes que interligam os atores internacionais.

Essa dinâmica internacional não tem como objetivo promover os interesses do conjunto dos Estados, que formariam a “comunidade internacional”, para alcançar níveis cada vez mais elevados de bem-estar econômico em cada um deles, de redução das desigualdades sociais, da promoção da paz e da segurança internacional, de redução e eliminação dos armamentos, do respeito à soberania e à autodeterminação.

Os resultados dessa dinâmica tem sido justamente o contrário. As desigualdades de renda entre os Estados se acentuaram nas últimas décadas e mesmo nos países altamente desenvolvidos vem aumentando a concentração de riqueza; o número de conflitos internacionais, de natureza local, aumentou enquanto o conflito global foi impedido pela dispersão nuclear; os estoques de armamentos, em vez de serem reduzidos e eliminados, tornam-se cada vez mais sofisticados, automatizados e acumulados pelas grandes potências; as teorias da intervenção preventiva e da intervenção humanitária erodem os princípios de autodeterminação e de não intervenção na periferia enquanto as campanhas de desinformação, articuladas pela mídia internacional, demoni-





zam Estados, sociedades, culturas e religiões além de propagar notícias falsas e colaborar nas operações de “mudança de regime”, hoje considerado objetivo legítimo da política externa e militar dos Estados Unidos e seus aliados, em desrespeito ostensivo aos princípios da Carta das Nações Unidas.

Nessa dinâmica internacional, as grandes potências, e em especial a potência imperial, os Estados Unidos da América, procuram de todas as formas manter – e se possível aumentar – a sua parcela na distribuição do Produto Mundial em benefício de sua população. Os Estados médios, que não podem escapar dessa dinâmica, procuram melhorar sua posição relativa e resistir às pressões de alinhamento, absorção e cooptação exercidas pelas grandes potências enquanto os pequenos, mini e micro-Estados pouco podem fazer para defender seus interesses. Considerando a posição e a pretensão hegemônica dos Estados Unidos na política internacional, para compreender a dinâmica do sistema internacional é preciso partir do conceito de império e de sua natureza.

Historicamente, as relações entre os Estados se caracterizaram pelo uso da força para definir e defender seu território, e eventualmente ampliá-lo incorporando novas populações vinculadas aos territórios conquistados. Esse fenômeno foi importante em todo o longo período da história em que a fonte da riqueza e do poder se encontravam na propriedade da terra, na agricultura e na pecuária e na dimensão da população mobilizável para a guerra, o que permitia alcançar vantagens econômicas, e vantagens políticas com as econômicas relacionadas.

Ao longo da história, os impérios foram regionais e coexistiram com outros Estados e impérios ainda que alguns deles tenham adquirido excepcional poder e relevância em seu apogeu. O império romano coexistiu com Estados independentes em sua periferia e, à distância, com o grande império chinês.

Assim ocorreu com os impérios português e espanhol que conviveram, e mais tarde com o britânico, que coexistiu com os resquícios coloniais dos impérios anteriores e os assimilou informalmente.

O período que decorre entre a derrota da França, em 1870, para a Prússia até 1945 é um período de grande turbulência, de disputa entre potências capitalistas e de emergência da União Soviética, primeiro Estado socialista, em conflito fundamental com as grandes potências capitalistas.

Neste período, ocorre também a partilha da África entre as grandes potências europeias, em especial o Reino Unido e a França, com sobras para a Bélgica e os antigos impérios português e espanhol, dela não participando nem os Estados Unidos nem a Rússia e apenas marginalmente, a Alemanha.

A partir da decadência do império britânico, que somente sobrevive à Primeira e à Segunda Guerra Mundial graças à cooperação econômica e à ação





militar dos Estados Unidos, afirma-se a hegemonia norte-americana, como centro de um novo império, com novas características.

O NOVO IMPÉRIO

Para compreender a dinâmica internacional na época do império americano é importante, mas não suficiente, examinar os mecanismos do capitalismo e de suas crises, a natureza do sistema chinês, as causas e as consequências da degradação ambiental e assim por diante. A compreensão dos eventos do sistema internacional somente é possível a partir da análise das características do novo sistema imperial e dos interesses das classes hegemônicas da metrópole e dos Estados nacionais. Sem procurar entender as relações das classes hegemônicas dos Estados nacionais com suas próprias sociedades e com as classes hegemônicas da metrópole imperial, os Estados Unidos da América, tudo pode parecer contraditório e inexplicável.

A análise das características deste império, dos sistemas nacionais e internacionais e de sua dinâmica contribuirá para compreender a natureza dos eventos internacionais, como surgem e do que se aproveitam, passo inicial indispensável para que a política externa de um país médio como o Brasil possa deles tirar o melhor proveito na promoção e defesa de seus interesses.

O império americano, no seio do qual atuam os Estados, as megasempresas e os grandes conglomerados de informação, começou a ser estruturado após a vitória dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Desde então, os Estados Unidos da América empenham-se na estratégia de construção de seu império, com o objetivo de manter e consolidar a posição hegemônica que alcançaram no sistema militar, político e econômico mundial.

Essa estratégia tinha como objetivos iniciais, necessários e prioritários, o combate e a vitória sobre o modelo social alternativo ao capitalismo representado pela União Soviética, e a desconstrução dos impérios tradicionais, em especial o britânico e o francês, que exerciam seu domínio político e econômico sobre a maior parte da superfície terrestre.

Para ter êxito nessa estratégia, os Estados Unidos tinham de apresentar suas políticas como anti-imperialistas e democráticas. No campo político apresentavam-se como defensores da igualdade soberana dos Estados, do respeito às fronteiras, da não intervenção, da autodeterminação, da paz e da segurança e do regime democrático liberal como forma ideal de governo. No campo econômico, como paladinos da propriedade privada, da livre iniciativa, do livre jogo das forças de mercado e do individualismo como valor supremo.



A premissa da classe hegemônica americana ao adotar essa estratégia era de que a esmagadora superioridade militar, decorrente da base industrial e tecnológica de sua economia naquele momento, permitiria subjugar qualquer Estado que a desafiasse, em especial se fosse possível desarmá-los previamente.

A segunda premissa das elites dirigentes e hegemônicas americanas era de que sua hegemonia econômica ao final da Segunda Guerra e a dimensão e o dinamismo de suas empresas permitiria, em igualdade de condições, vencer a competição com qualquer empresa de qualquer outro país, em qualquer mercado.

A estratégia de desconstrução dos impérios tradicionais foi facilitada pela debilidade política, econômica e militar em que encontravam-se Inglaterra e França ao final da Segunda Guerra Mundial, e foi implementada pelo apoio a certos movimentos de libertação nacional na África e na Ásia.

A verdadeira situação econômica e militar da União Soviética e sua real capacidade de competir em qualquer campo com os Estados Unidos era necessariamente conhecida dos serviços de informação dos Estados Unidos. Era importante para os interesses da indústria militar norte-americana manter a ilusão de iminente e terrível ameaça soviética para justificar a manutenção dos elevados volumes de recursos, extraídos como tributos da sociedade, destinados à defesa, após o fim do conflito mundial.

Para organizar o processo de construção gradual do império americano foi necessário criar um arcabouço jurídico internacional adequado que, a pretexto de garantir a segurança coletiva, permitisse a expansão do poder americano e a consolidação de seu império. Um dos instrumentos de construção do império foi a criação de estruturas hegemônicas internacionais de poder, em cujo centro colocaram-se os Estados Unidos.

O sistema internacional, composto por Estados, blocos, organismos, ONGs, megaempresas e conglomerados de informação, encontra-se organizado e funciona sob uma nova forma de império que engloba sob seu poder e sua influência todos os Estados. Este império tem seu centro nos Estados Unidos, assim como o romano tinha seu centro em Roma e o britânico em Londres. Os Estados Unidos estão no centro do sistema mundial, são a metrópole do novo império, são a metrópole imperial e sobre a necessidade e legitimidade desse fato as elites e os cidadãos norte-americanos não têm dúvida.

Desde que o mundo adquiriu sua configuração geográfica atual coexistem impérios e Estados nacionais. Nenhum império, mesmo em seu momento de maior poder, conseguiu submeter a seu domínio os impérios que lhe eram concorrentes e todos os Estados nacionais. O império Britânico, mesmo em seu





apogeu, coexistiu com os impérios francês, português e holandês e com Estados nacionais poderosos, tais como a Alemanha, a Rússia e os Estados Unidos.

A diferença entre os antigos impérios e o império americano é dupla. Os primeiros abrangiam parte do universo conhecido, coexistindo com outros impérios e Estados. Após a derrota e submissão da União Soviética, e a adesão da República Popular da China ao capitalismo, o império americano é global e seu poder e influência se exercem de forma maior ou menor sobre todos os Estados, mesmo sobre aqueles que se opõem aberta ou veladamente a sua hegemonia imperial. Em segundo lugar, a diferença de poder entre as metrópoles dos antigos impérios e suas colônias se verificava em escala semelhante. A diferença de poder econômico e militar entre a Grã-Bretanha e qualquer Estado era muito menor do que a diferença atual entre os Estados Unidos e qualquer Estado, é distinta a natureza desta assimetria.

A natureza das relações entre as metrópoles imperiais e suas colônias era semelhante e permaneceu a mesma enquanto sobreviveram aqueles impérios. As colônias tinham surgido como resultado da expansão militar, política e econômica do capitalismo mercantil dos Estados europeus em busca de metais preciosos e de bens para comercializá-los na Europa. A partir de 1780, com a Revolução Industrial, a expansão imperial europeia, em especial a inglesa, passou a visar obter matérias-primas para processamento das novas indústrias, criar mercados para suas manufaturas e garantir as rotas de navegação e de comunicação entre a metrópole britânica e suas colônias. Muitas vezes a expansão colonial se beneficiava da ação de missionários, empenhados em conquistar para a fé cristã os povos “primitivos”.

Nas regiões em que os Estados europeus em expansão colonial encontraram organizações sociais mais frágeis, economias menos sofisticadas e menor capacidade militar, eles estabeleceram seu domínio de forma direta através de administrações político-militares coloniais, impuseram sua legislação e organizaram a mão de obra das colônias para o trabalho, para a produção, em benefício dos sistemas comerciais e industriais das metrópoles.

Em regiões onde os europeus encontraram civilizações antigas e Estados mais fortes e estruturados, como foi o caso da Índia e da China, a estratégia de inclusão dessas áreas em seus domínios coloniais foi distinta. Na Índia, os ingleses se associaram a potentados locais e através deles exerceram seu domínio. Na China, extraíram concessões comerciais e políticas através da política de portos livres e de tratados desiguais, sempre encontrando a resistência das autoridades do império e da população que se rebelava periodicamente.



Nas regiões esparsamente habitadas, para onde acorreram fluxos significativos de imigrantes europeus, tais como a costa leste americana, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, as populações originais foram dizimadas e o exercício do poder pela metrópole era de natureza distinta, em sistemas em que as populações de imigrantes tinham maior participação na administração de seus territórios.

As metrópoles europeias moldaram culturalmente as sociedades coloniais e os Estados que viriam a surgir com a sua independência. A dominação colonial não se efetivaria apenas pelo exercício da força; ela somente seria possível se os povos coloniais estivessem convencidos da superioridade cultural e civilizacional das metrópoles. O idioma e a religião do colonizador que se sobrepuseram aos idiomas e cultos locais trouxeram com eles hábitos e valores, todo um complexo acervo cultural que se sobrepôs à cultura local, que foi desconstruída e depreciada.

Desde 1492, os impérios da era moderna se sucedem, mas permanece a natureza profunda das relações entre as metrópoles e as colônias. As colônias existem para benefício de suas respectivas metrópoles. A influência dos impérios, que foram derrotados sucessivamente por novos impérios, sobreviveu em resquícios coloniais, políticos, econômicos, culturais e militares, que se encontram presentes nas sociedades ex-metropolitanas e nas ex-colônias.

No império americano, há várias categorias de “colônias”. Em um primeiro grupo, estão os Estados da Europa ocidental, desenvolvidos e alinhados com os Estados Unidos nos organismos internacionais e na Otan, aliados a quem os Estados Unidos não consultam na execução de sua política externa. Um segundo grupo é constituído pelas ex-colônias da periferia na América Latina, na África e na Ásia. A Índia, a Rússia e a China devido a suas dimensões e circunstâncias se encontram em uma categoria especial, à parte, em posição de certa autonomia em relação à metrópole mas permanentemente assediadas para que modifiquem suas políticas econômicas e militares e sua organização política interna para atenderem aos objetivos estratégicos da potência imperial.

A diferença entre as colônias dos antigos impérios e os Estados nacionais atuais, as novas “colônias” deste novo império, é tríplice. As colônias dos antigos impérios não podiam emitir moeda, enquanto os Estados nacionais de hoje podem fazê-lo; as colônias antigas não possuíam capacidade para legislar e para se administrar, enquanto os Estados atuais podem fazê-lo; as colônias não podiam ter forças armadas e os Estados nacionais de hoje podem. Essas diferenças tendem a obscurecer a verdadeira natureza das atuais relações de poder entre os Estados Unidos e os Estados nacionais e fazer com que não





pareçam, em princípio, como relações imperiais, mas sim como relações entre Estados iguais e soberanos.

De mil formas, e a cada momento, na execução da estratégia de consolidar seu poder imperial, os Estados Unidos procuram corroer e restringir estas competências políticas, econômicas e militares dos Estados nacionais da periferia de hoje, isto é, sua soberania, e procuram tornar sua situação cada vez mais semelhante à situação das antigas colônias.

Os impérios sempre tiveram e o novo império continua tendo como objetivo a melhoria permanente do bem-estar das classes hegemônicas de suas metrópoles. Este é seu objetivo central, mas, sempre que possível, procuraram cooptar, através de benefícios marginais – para os quais os romanos cunharam a expressão “pão e circo” –, os demais setores de sua população para apoiarem as políticas imperialistas, conduzidas por suas classes hegemônicas.

Nesse aspecto, o império americano não é diferente. Porém, admite por conveniência que certas colônias suas se desviem, em determinadas ocasiões, de algumas das normas básicas da dinâmica do império e que por vezes contrariem, em situações específicas, mas desde que marginalmente, as normas, os interesses e a orientação estratégica da metrópole.

As relações entre a metrópole e os Estados nacionais não são relações entre entidades iguais, relações democráticas. São relações em que se alternam, em diferentes períodos e temas, a cooperação, a persuasão, a disputa, a competição, o alinhamento, o conflito, mas essencialmente a força. São relações de força que se materializam através da persuasão, de pressões, de punições, eventualmente, armadas. Há um permanente conflito multifacetado entre a metrópole do atual império hegemônico, os Estados Unidos, e os Estados nacionais, as novas “colônias”.

A nova metrópole exerce sua hegemonia através de um complexo e sofisticado sistema de acordos e de organismos internacionais que regulam não só as relações de toda ordem entre a metrópole e as “colônias”, mas também as relações entre as “colônias”. O exercício da relação de poder imperial se faz de preferência através da exigência de cumprimento dos compromissos assumidos pelas “colônias” ao aceitarem participar dessa rede de acordos, organismos e regimes nos mais diferentes âmbitos, e obedece a alguns princípios básicos.

O primeiro dos princípios da relação de poder entre a metrópole americana e os Estados nacionais é que estes devem permitir e assegurar o livre acesso das megaempresas norte-americanas e de outros Estados, em especial aqueles aliados aos Estados Unidos, à exploração dos recursos naturais de seus



territórios; e devem permitir a essas megaempresas atuar nos seus mercados nacionais, sem criar embaraços significativos à sua ação.

O livre fluxo de capitais financeiros, isto é, seu livre ingresso e saída assim como de seus rendimentos (lucros, juros) sem impostos ou restrições quantitativas, constitui também um compromisso que os Estados nacionais são levados a assumir, se possível formalmente por acordos.

Todos aqueles Estados que não são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e detentores de armas nucleares, devem aceitar “voluntariamente” sua situação de subordinação militar por meio da adesão aos acordos de não proliferação e têm de assegurar o seu estrito cumprimento, através da sujeição às inspeções e controle da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), às quais os Estados nucleares não estão sujeitos. Sua adesão a outros acordos de desarmamento convencional é constantemente solicitada sob os mais variados argumentos, desde a alegação de ausência de ameaças, a teoria do “guarda-chuva” americano, a necessidade de darem prioridade em seus gastos ao desenvolvimento e ao combate à pobreza. Enquanto isto, os gastos militares da metrópole imperial se multiplicam, seus armamentos se sofisticam e a assimetria de poder se aprofunda.

As classes hegemônicas das sociedades dos Estados nacionais que obedecem a esses princípios devem ser capazes, qualquer que seja a forma de organização de seus regimes políticos, a garantir o controle sobre a população da “colônia”, sempre que possível, mas não necessariamente, de forma democrática, para impedir que a insatisfação e eventual rebelião das massas possa vir a colocar ameaças àquelas normas e, portanto à dominação imperial. As classes hegemônicas dos distintos Estados nacionais, através de seus governos devem reconhecer a liderança e a hegemonia de Washington e sua “excepcionalidade”, ou seja, o direito dos Estados Unidos de não obedecer às normas internacionais e, ao mesmo tempo, o seu direito de exigir das “colônias” seu estrito cumprimento. Esse reconhecimento não necessita ser explícito, público, notório, inclusive para não ferir o mito da igualdade soberana dos Estados que assim aparentam agir, somente por sua “livre vontade” e em seu próprio benefício.

Assim, a dinâmica internacional caracteriza-se pelas iniciativas da metrópole do novo império para alcançar seu objetivo supremo que é manter sua hegemonia, imposta a partir de 1945, sobre os Estados nacionais, em especial mas não somente da periferia, na realidade novas “colônias”.

De outro lado, esporadicamente, alguns Estados nacionais procuram se libertar tanto quanto possível dessa teia de compromissos jurídicos, acordos





e organismos de toda a natureza tecida ao longo de décadas e que beneficia a metrópole imperial e seus aliados mais próximos. Buscam esses Estados alcançar maior autonomia de ação para desenvolver suas economias em benefício de suas sociedades. A luta desigual é travada todos os dias, em todas as regiões, em todos os foros de negociação internacional. Eventualmente, determinados Estados nacionais, por diversas circunstâncias e por decisão de suas classes hegemônicas, decidem se incorporar a Estados nacionais maiores e até aos próprios Estados Unidos por meio de acordos amplos de associação econômica e política.

AS ESFERAS DA POLÍTICA INTERNACIONAL

A esfera político-jurídica

Não há sociedade sem Estado, nem Estado sem sociedade. A diversificação de atividades dentro de uma comunidade humana, por mais primitiva que seja, e a disputa armada por território entre comunidades tornam necessária a elaboração – pelas classes hegemônicas de uma sociedade para regular as relações entre os grupos sociais, em seu proveito – de normas de convivência social. Em seus primórdios, elas eram apresentadas pelas classes hegemônicas como de origem divina, assim como o poder daqueles que as elaboravam e as impunham à sociedade. Os Estados, na Antiguidade, na Idade Média e na Idade Moderna têm características semelhantes. Foram as técnicas de produção e de transporte, a capacidade de guerrear e os instrumentos à disposição das classes hegemônicas para controlar as demais classes sociais que variaram no tempo.

Na era da informática, os meios de comunicação e de entretenimento e os sistemas de informação e controle social permitem às classes hegemônicas um controle mais estrito e ao mesmo tempo mais sutil dos demais segmentos sociais.

O objetivo das classes hegemônicas é sempre o mesmo: organizar o trabalho das demais classes em seu proveito. Há nuances e há circunstâncias, mas o objetivo permanece o mesmo.

As técnicas de produção foram alterando os meios de guerrear e tornaram cada vez maior a capacidade dos Estados mais poderosos de submeter pela força, pela intimidação, pela pressão, pela persuasão, os Estados menos poderosos de modo a fazer com que se enquadrem em seu sistema de exploração.

A localização geográfica das sociedades, sua dotação de recursos naturais, do solo e do subsolo, seu clima, a topografia de seu território, sua vizi-





nhança foram fatores de grande importância para sua evolução histórica e para o desenvolvimento de seus Estados. O isolamento de uma sociedade ou sua proximidade com outras sociedades terá sido crucial para a intensidade do intercâmbio de informações sobre métodos de produção. A dotação maior ou menor de recursos naturais, do solo e do subsolo, pode ter sido decisiva para o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, da mineração e também pode ter sido importante para determinar a busca de recursos fora de seu território ou para atrair a cobiça de outras comunidades. O clima, mais ou menos inóspito, em caso de grande adversidade pode ter afetado o próprio desenvolvimento das atividades produtivas, mas levado também, em casos mais moderados, à prática de aprovisionamento para períodos de escassez. A topografia de seu território pode ter sido mais ou menos favorável ao desenvolvimento dos transportes, ao contato entre diversos grupos de uma mesma sociedade e à formação de mercados e de entidades políticas de maior âmbito territorial. A vizinhança de sociedades maiores e mais poderosas pode ter dificultado ou até impedido o seu desenvolvimento econômico e político.

As análises tendem a tratar os Estados como iguais em suas características econômicas, políticas e sociais e, portanto, implicitamente, em sua evolução histórica. Mesmo quando reconhecem que são desiguais, assim o consideram por se desviarem de um padrão de excelência, que seria a sociedade norte-americana, com seus valores políticos, econômicos e sociais. Daí a dificuldade dessas análises em explicar o significado, as causas, e as consequências dos eventos internacionais e sua dinâmica. A reiteração cotidiana das virtudes dos Estados Unidos como sociedade ideal se torna uma das forças ideológicas mais poderosas do império americano para impor e manter o seu domínio, fazendo com que os demais países, isto é, suas classes hegemônicas e seus povos, se sintam inferiores por estarem, por definição, sempre aquém do padrão ótimo de civilização, representado pelos Estados Unidos.

As circunstâncias históricas levaram à formação de Estados nacionais hoje profundamente assimétricos. Este é um dado essencial para compreender o sistema mundial.

As assimetrias atuais entre os Estados decorrem de diferentes circunstâncias físicas, de sua evolução histórica e da ação das potências imperialistas. O sistema internacional foi, desde que surgiu em sua fase moderna, com a descoberta das Américas, organizado de forma imperial; portanto, as relações entre grande parte dos Estados nunca foi democrática. A maioria dos Estados nacionais atuais, em algum momento, foi colônia ou sujeito a algum tipo de relação colonial (protetorado, tratados desiguais etc.).





A criação e a expansão dos impérios coloniais corresponderam à expansão do capitalismo mercantil e mais tarde industrial que visava obter acesso a matérias-primas e a mercados para os produtos das metrópoles. A superioridade militar europeia permitiu ocupar territórios, dizimar ou subjugar populações locais sob o manto ideológico da evangelização e de cumprir uma missão civilizatória de povos “primitivos”. A organização da produção e do comércio nestes territórios exigia normas e administração política, com eventual cooperação com grupos hegemônicos locais.

As relações entre metrópoles e colônias eram caracterizadas por uma ideologia de superioridade cultural da raça branca, em termos civilizacionais, culturais, tecnológicos, religiosos e militares para justificar a dominação política e a exploração econômica. As relações entre metrópoles e colônias variaram no âmbito de cada império, dependendo do grau de desenvolvimento econômico da metrópole. Nos impérios português e espanhol, o precário desenvolvimento industrial, cultural, científico e tecnológico das metrópoles levou a uma relação de entreposto e ao atraso cultural e tecnológico das colônias. O império francês, apesar do avanço cultural, econômico e tecnológico da metrópole, levou apenas a uma exploração de recursos naturais das colônias, sem promover seu desenvolvimento. O império britânico, cuja metrópole era hegemônica no sistema mundial, adotou formas flexíveis de dominação e exploração. As colônias de emigração anglo-saxônica, como as 13 colônias na América do Norte, o Canadá, a Austrália tinham uma relação privilegiada com a metrópole. Países onde as potências imperiais encontravam civilizações avançadas, como a Índia e a China, de grande população e território, levaram a sistemas de dominação através da articulação política com as classes hegemônicas locais. Regiões onde encontravam sociedades menos desenvolvidas econômica e politicamente as metrópoles organizaram sistemas de administração direta, com as características de supremacismo. O império americano que substituiu o britânico se organiza de forma inédita, a partir da ideia e da convicção reiteradamente proclamada de não se reconhecer como império.

A partir da Segunda Guerra Mundial, as ideologias de igualdade racial, de autodeterminação dos povos, do socialismo e os objetivos do novo império, estimularam o processo de descolonização, de desintegração dos impérios tradicionais. A descolonização ocorreu dentro do quadro jurídico e político das Nações Unidas. A independência da Índia e do Paquistão (1947), o triunfo da Revolução Comunista na China (1949) a revolução nasserista (1954) a independência da Indonésia (1949) criaram uma articulação política importante para estimular a descolonização dos demais países africanos e asiáticos,





a partir da Conferência de Bandung em 1955. A independência dos países africanos correspondeu à transferência de poder político para as lideranças e classes hegemônicas locais, mantidos os vínculos econômicos tradicionais com as metrópoles, França e Reino Unido. O neocolonialismo, passada a fase inicial dos líderes socialistas e nacionalistas, contribuiu para a ascensão de regimes ditatoriais, vinculados e submissos às antigas metrópoles e aos interesses do novo império.

No continente americano, a América Central seria absorvida, submetida e incluída na área de influência mais direta dos Estados Unidos como resultado de repetidas e longas intervenções e ocupações militares. Surgiria um grande número de Estados insulares no Caribe, de pequena dimensão territorial, populacional e econômica, com escassez de recursos naturais, decorrentes da desintegração do império britânico. Na América do Sul – um arquipélago de Estados de grande assimetria econômica, com grande dependência financeira e comercial em relação à Grã-Bretanha e depois aos Estados Unidos – se encontram as ex-colônias mais antigas, ainda sob o jugo imperial moderno.

No pacífico, surgiram Estados insulares, de pequena dimensão e potencial, resultado de uma onda tardia de descolonização.

São 193 Estados membros das Nações Unidas. Há entidades, semelhantes a Estados, tais como Taiwan e a Autoridade Palestina, que não são membros da ONU. Todos eles, em maior ou menor grau, se encontram sob a égide e a influência dos Estados Unidos, a metrópole do novo império. Este sistema imperial é, em extremo, flexível. Sua base é uma rede de acordos internacionais, de organismos internacionais, de acordos regionais entre Estados, a partir dos princípios e dos mecanismos da Carta das Nações Unidas.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos eram a grande potência vitoriosa. Seu território ficara incólume; perdera apenas 259 mil homens em combate; não tinha populações deslocadas; seu PIB crescera 60% em cinco anos; tinha dez milhões de soldados estacionados nos países vencidos e nos países aliados; tinha a maior força naval e aérea do mundo; detinha o monopólio nuclear e demonstrara sua vontade e capacidade de utilizar a arma atômica; seus inimigos estavam arrasados economicamente e ocupados política e militarmente; os impérios tradicionais se encontravam abalados em seu prestígio político e militar; os Estados Unidos detinham 50% das reservas mundiais de ouro; eram beneficiários de um prestígio político, econômico e cultural inéditos; eram detentores de uma enorme autoestima e sua elite e seu povo estavam convencidos de seu direito à liderança mundial e da superioridade de seu Estado, de sua sociedade, de sua economia, do *American Way of Life*.





Tinham os Estados Unidos magnos desafios: reorganizar o sistema político mundial; reorganizar o sistema econômico mundial; enfrentar a União Soviética. A sua primeira tarefa era reorganizar o sistema político mundial e preservar sua hegemonia. Reorganizaram diretamente os sistemas políticos dos Estados derrotados, como a Alemanha, a Itália e o Japão, e os proibiram de ter armas. Promoveram a criação da Organização das Nações Unidas, a quem atribuíram a função de preservar a paz e a segurança coletiva.

Na ONU, deram aos Estados a ilusão de igualdade soberana na Assembleia Geral, sem poderes decisórios, enquanto conferiram ao Conselho de Segurança o monopólio do uso da força, com o direito a veto de seus cinco membros permanentes sobre qualquer projeto de decisão. Três desses membros eram seus aliados e o quarto seu competidor, de capacidade real de fato inferior.

O sistema de agências especializadas da ONU, sobre o qual os Estados Unidos tinham no início pleno controle, ficaria encarregado de promover a negociação de acordos entre os Estados nos mais diversos campos. O fim dos impérios tradicionais se prenunciava na IV Comissão da Assembleia Geral, denominada de Tutela.

Os Estados Unidos nunca consideraram a ONU como uma criatura da “comunidade internacional”, mas sim uma organização por eles criada e útil enquanto serve a seus fins e colocada à margem, sempre que necessário. As decisões do Conselho de Segurança, que deveriam ser obedecidas por todos os Estados, são muitas vezes ignoradas pelos membros permanentes, quando conveniente. O caso mais notável a desobediência ostensiva de Israel à Resolução 242, de 1968, do Conselho de Segurança, que determina a desocupação dos territórios palestinos ocupados militarmente e em processo de absorção política.

Em cada nova etapa da evolução do sistema internacional, o novo convive com o que ainda não morreu. A Segunda Guerra Mundial e o triunfo americano foram uma clara ruptura e o início de uma nova era, de uma nova hegemonia, de um novo império. Sobreviveram resquícios dos antigos impérios enquanto o novo impunha gradualmente sua hegemonia e criava os instrumentos de seu exercício.

O novo império vem impor suas regras de dominação e de controle. Os novos Estados soberanos, províncias, colônias, do novo império, podem ter qualquer tipo de organização política: monarquias constitucionais ou absolutas, repúblicas, presidencialistas ou parlamentares, ditaduras ou democracias. Devem, porém, todos obedecer a algumas normas fundamentais para não se tornarem possíveis alvos de sanções imperiais.



A primeira delas é serem os governos capazes de controlar a população de seus territórios, sob sua soberania, o que é indispensável para garantir o cumprimento das demais normas. A segunda norma essencial para a metrópole é que esses Estados não procurem desenvolver armas capazes de dissuadir ou de se opor à ação militar da metrópole imperial. A terceira é permitir o acesso a seus recursos naturais, em especial minerais, pelas megaempresas multinacionais americanas e permitir o acesso a seus mercados domésticos, em termos de produção e de comércio. Finalmente, a quarta norma é permitir a remessa de lucros dessas megaempresas para suas sedes. Em vez de procurar impô-las de forma unilateral, pela força, ao estilo dos impérios que o antecederam, e desta forma enquadrar os Estados nacionais, o novo império americano decidiu criar um sistema de acordos internacionais, políticos, econômicos e militares de toda a ordem, alguns sob a vigilância de organismos internacionais, tais como o FMI, a OMC, o TNP, a AIEA, e acordos regionais ou bilaterais, aos quais os Estados nacionais, teoricamente soberanos, se submeteriam voluntariamente.

Desta forma é questão vital e de honra para a metrópole, que não hesita em promover políticas e ações de “mudança de regime” (*regime change*) – derubada dos governos que não estejam dispostos a cumprir tais normas ou que se aliem a governos nestas condições –, fazer cumprir esses acordos que consolidam e tornam legais, em nome da “comunidade internacional”.

Ao se examinar as questões internacionais atuais como as da Síria, do Irã, da Coreia do Norte, da Venezuela, da China, da Rússia vemos, de um lado os detalhes, suas complexas inter-relações, suas peripécias, sua evolução por vezes inesperada, mas, de outro, podemos constatar que, de uma forma ou de outra, aquelas normas se encontram subjacentes nessas questões.

A esfera militar

Ao fim da Segunda Guerra Mundial havia uma enorme assimetria de poder militar, cujo símbolo maior era o monopólio nuclear americano. A política americana, desde então, visou a preservar sua hegemonia militar, e esses esforços viriam a definir as características militares do sistema mundial de hoje.

O monopólio nuclear durou até a explosão da primeira bomba atômica soviética (1949) e mais tarde das bombas inglesa (1957), chinesa (1964) e francesa (1968).

O fim da aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética desencadeou a Guerra Fria e as políticas de contenção desenvolvidas por Washington. Os acordos entre os Estados Unidos e os países na periferia da União Soviética





permitiriam a construção de bases e o estacionamento permanente de tropas, de navios, de aviões e de mísseis. São cerca de 900 bases militares no próprio território americano e 700 (conhecidas, sem contar as secretas) fora do território americano, mais de uma centena de navios de guerra, com armas nucleares, singrando todos os oceanos permanentemente, milhares de aeronaves militares, sem contar os veículos militares não tripulados, centenas de satélites bélicos e de espionagem.

A assimetria do poder militar é a característica central da esfera militar do sistema mundial. Os EUA realizam cerca de 40 a 50% das despesas militares mundiais anuais, que são maiores do que a soma das despesas dos dez maiores países seguintes. Esta assimetria é consagrada pelo Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) pelo qual cinco Estados, os membros permanentes do Conselho de Segurança, podem desenvolver, produzir e comercializar equipamentos, artefatos, munição e combustíveis nucleares enquanto os demais signatários se comprometem a não fazê-lo. A supremacia militar americana se estende ao campo dos mísseis, no qual os Estados membros, periféricos, do Missile Technology Control Regime (MTCR) se comprometem a não desenvolver mísseis com alcance superior a 300 quilômetros. Os mesmos Estados que podem, legalmente, desenvolver armas nucleares podem desenvolver mísseis de qualquer alcance.

Os acordos sobre armamentos convencionais levam ao desarmamento dos Estados menores cujas forças armadas se tornam ainda mais impotentes diante de eventuais ações militares dos grandes Estados, em especial dos Estados Unidos.

O argumento ideológico militar central é que as grandes potências, por serem sociedades mais avançadas e terem uma responsabilidade primordial com a manutenção da paz, podem ter armas; os demais Estados, em estágio de desenvolvimento civilizacional inferior e turbulentos “por natureza” devem renunciar ao uso das armas de todo tipo e se concentrar na questão do crescimento econômico e da luta contra a pobreza, para não ameaçar, com sua imaturidade, a paz. Tal argumento justifica a negociação de acordos que vêm a acentuar a assimetria de poder militar, em especial entre os EUA, as outras grandes potências e os demais Estados.

Os Estados periféricos que se aventuram a desenvolver armas nucleares ou mesmo a desenvolver tecnologia ou conhecimento nuclear são imediatamente alvo de pressões e de ameaças e punidos, caso venham a persistir em seus propósitos “desestabilizadores”. Apesar da assimetria de poder militar e nuclear entre os Estados Unidos e qualquer outro Estado, um só artefato



nuclear pode exercer enorme poder de dissuasão e impedir a ação punitiva da metrópole. A criação da *force de frappe* nuclear francesa se fundava neste fato, pois a arma nuclear pode impedir a concentração de tropas que deve acorrer antes de se realizar uma invasão militar. A tentativa de desenvolver armas nucleares contraria uma norma básica do império americano e será severamente punida, em especial se aquele Estado contraria simultaneamente outras normas de caráter econômico. A atitude da metrópole imperial americana em relação ao Irã, à Coreia do Norte, à Venezuela, a Israel e à Índia revela o tratamento diferenciado dado pelo império aos Estados, dependendo de sua conveniência e interesse.

Após o TNP, o principal acordo na esfera militar é a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Este e os demais acordos militares, regionais e bilaterais foram celebrados pelos Estados Unidos como parte de uma estratégia antissoviética de impedir a expansão territorial do socialismo e justificar a intervenção americana, a pedido dos governos signatários ou de Estados vizinhos que alegam estar ameaçados, mantendo formalmente o respeito aos princípios das Nações Unidas. Recentemente, foram celebrados acordos militares para a instalação de bases americanas em Estados da Ásia Central e da Europa Oriental próximas às fronteiras da Rússia; ausente o pretexto de ameaça soviética, utilizou-se para justificá-las o argumento da luta contra o terrorismo e a ameaça de ataques de mísseis iranianos. A Otan, restrita pelo tratado que a criou para atuar no Atlântico Norte, hoje atua em qualquer área próxima ou distante, como o Afeganistão. De especial importância são os acordos militares dos Estados Unidos com o Japão, a Coreia do Sul, Taiwan, a Austrália e a Nova Zelândia que permitem a presença militar e política americana na Ásia, em uma primeira linha de confrontação com a China.

A automação da guerra – objetivo central da estratégia militar dos Estados Unidos – permite reduzir os efetivos, e combinada com a mercenarização, isto é, o exército de soldados remunerados com suas características étnicas e sociais, e o uso de tropas de Estados aliados, reduz a reação emocional da população americana às baixas em combate. A miniaturização das armas está relacionada à sua automação e à sua colocação no espaço exterior. A guerra passa a ser de máquinas contra seres humanos “inferiores”, demonizados previamente por intensas campanhas de propaganda através dos meios de comunicação, para as quais são aliciados acadêmicos, jornalistas, funcionários internacionais e nacionais.

Os veículos aéreos não tripulados, as armas a laser, os *robots* terrestres, todos facilitam o conflito com exércitos já desarmados pelos acordos de não





proliferação e de redução de armamentos convencionais, e armados com armas obsoletas pelo próprio império e dele dependentes para munição. Esta é a razão dos programas de venda de equipamentos usados, a preços generosos, aos Estados periféricos, que facilitam a oposição, externa e interna, ao desenvolvimento de indústrias bélicas nacionais e de indústrias na área da tecnologia da informação, base para as armas automatizadas.

A guerra cibernética é e será um aspecto importante de qualquer modalidade de guerra do futuro. A dependência dos sistemas produtivos civis de computadores e servidores faz com que seja possível paralisar a economia de um país à distância, a partir da “invasão” dos sistemas de computação e informação, públicos e privados. Os sistemas de energia elétrica e de transportes são altamente dependentes dos sistemas de informação, e a sua interrupção leva à paralisia dos sistemas produtivos modernos. Por outro lado, os sistemas de comunicação tanto públicos como privados, civis ou militares também dependem de computadores para seu funcionamento.

Elemento essencial da política internacional é a ação das agências de informação, contrainformação e subversão. As análises de política internacional não costumam considerar a ação dessas agências pois que, devido a sua própria natureza, as informações sobre suas atividades são secretas e as que vêm a ser reveladas são desmoralizadas como “conspiratórias” pelos próprios governos a que pertencem essas agências. Elas realizam operações encobertas, desde a obtenção de informações por agentes e informantes, remunerados ou ideológicos, até a coleta sistemática de dados por meios eletrônicos e interferência nas comunicações, à infiltração de agentes provocadores e à realização de atentados e assassinatos seletivos. Através dessas agências, as grandes potências interferem nos assuntos internos dos países menores, mais fracos, em clara violação dos princípios de não intervenção e de autodeterminação da Carta da ONU. Os países menores, com raras exceções, como Cuba e Israel, não dispõem de agências de informação. O episódio denominado *wikileaks*, em que foram tornados públicos, sem serem contestados, milhares de documentos do governo americano revelou a extensão da rede de informantes e de colaboradores nativos, em cada Estado, das embaixadas e das agências da metrópole americana. A revelação do modo de operar da NSA mostrou o alcance global das atividades de espionagem sobre alvos civis, comerciais e militares, organizada pelos Estados Unidos e seus aliados anglo-saxões que integram o grupo dos chamados *Five Eyes*, inclusive contra seus aliados mais próximos como a Alemanha e a França.

Há enorme vantagem militar da metrópole imperial em relação aos demais Estados desenvolvidos ou não, inclusive em termos de armamento nu-



clear. Estados menores, sujeitos à agressão dos Estados Unidos, podem desenvolver atividades de guerra assimétrica contra tropas de ocupação. Os Estados Unidos e as outras potências nucleares não podem exercer seu poder nuclear em cada situação de conflito e por esta razão, tem de usar seu poder militar convencional, inclusive a ocupação do território inimigo. A destruição da infraestrutura do país atacado não garante a imposição permanente da vontade do agressor. É necessária a ocupação que (ainda) não pode ser feita por equipamentos automáticos controlados à distância, mas por seus soldados. A guerra assimétrica, ou guerra de guerrilhas, pode inviabilizar a ocupação militar direta.

As operações de assassinato seletivo de supostos líderes terroristas, com danos “colaterais” isto é, vítimas civis inocentes, podem ser mais eficientes e mais “aceitáveis” ao serem feitas por máquinas, de forma asséptica como são os drones.

Por outro lado a desorganização do sistema produtivo, das comunicações civis e militares de uma sociedade pode ser alcançada através de operações de guerra cibernética.

Os Estados Unidos, após a destruição da infraestrutura e do parque produtivo do país atacado, tem interesse em sua reconstrução e em sua integração ao sistema econômico mundial, isto é, ao império.

A esfera econômica

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se defrontaram com o desafio soviético pois que a União Soviética apresentava-se como o modelo alternativo de sociedade, de economia e de Estado ao modelo econômico capitalista e ao modelo político da democracia liberal. A economia com base na propriedade coletiva dos bens de produção e no planejamento econômico *versus* a propriedade privada, a livre iniciativa e o livre mercado. A sociedade com base na ideia de coletividade *versus* o individualismo como princípio fundamental. O Estado, com base na ditadura do proletariado *versus* a democracia (plutocracia).

De aliados contra o nazismo, os Estados Unidos e a União Soviética se tornaram competidores acerbos pelos corações e as mentes do proletariado em cada país, e dos governos dos novos Estados que surgiam com o processo de descolonização. A União Soviética procurava rivalizar com os Estados Unidos em programas de ajuda ao desenvolvimento econômico, em empréstimos, em cooperação técnica, no apoio político e financeiro aos movimentos de libertação. O império finalmente venceu o mais sério desafio econômico e político por parte de um Estado nacional e o triunfo final do capitalismo ocorreu com





a adesão da China ao capitalismo, mas não à democracia liberal, o que continua a ser um objetivo da política exterior americana, reiterado e perseguido.

O sistema econômico mundial é caracterizado pela forma de produção conhecida como capitalismo, que prevalece na esmagadora maioria dos Estados, com duas ou três exceções, ainda que, em plena hegemonia do capitalismo, se observem resquícios de instituições e de práticas de sistemas anteriores, e de convivência de diferentes etapas do próprio capitalismo.

O capitalismo, que se caracteriza pela filosofia e pela prática do individualismo, pela propriedade privada dos meios de produção, pelo livre jogo das forças de mercado e pela especulação, tem como objetivo o lucro. Em busca do lucro, as unidades produtivas, em que os empresários reúnem e organizam trabalho, insumos e máquinas, procuram permanentemente reduzir seus custos e aumentar o preço de venda do que produzem. Neste esforço, procuram reduzir salários, economizar nos insumos, utilizar melhores máquinas, pagar menos impostos. Na agricultura, na mineração, no comércio e nos serviços ocorre o mesmo fenômeno de busca incessante de redução de custos. Nos serviços financeiros, em que não há produção de bens, mas sim a intermediação e a especulação com o capital financeiro, os bancos e outras instituições coletam a poupança individual da população em geral e a remuneram a taxas fixas e baixas e a emprestam a empresários, com garantias e a taxas mais altas. As instituições financeiras coletam igualmente o capital excedente dos capitalistas e o aplicam em operações especulativas nos diversos mercados de ações, de câmbio, de *commodities* etc.

Os Estados constroem a moldura jurídica dos mercados nacionais e internacionais. Daí a importância dos mecanismos políticos e jurídicos de elaboração de normas nacionais e internacionais que organizam e legitimam a ação dos Estados na implementação e no funcionamento do sistema econômico capitalista em suas jurisdições nacionais.

O capitalismo se caracteriza por assimetrias entre unidades de produção, entre mercados, entre Estados que permitem a concentração de capital cada vez mais nas mãos de poucos capitalistas, em poucas empresas, em poucos Estados. Essas assimetrias não são permanentes em termos de atores individuais, porque a própria especulação que caracteriza o capitalismo faz com que certos empreendimentos fracassem enquanto outros surgem e outros se expandem. As assimetrias básicas permanecem e se acentuam entre, de um lado, as megasempresas, os megacapitalistas e os mega Estados e, de outro lado, as pequenas empresas, os pequenos capitalistas e os pequenos Estados. Mas a massa dos trabalhadores em cada Estado se encontra em situação semelhante, ainda que





seu nível absoluto de renda varie de uma economia para outra, na medida em que o objetivo central de toda a dinâmica capitalista é a exploração da mão de obra para a maximização do lucro. Por outro lado, enquanto em muito difere a situação das massas de trabalhadores em economias desenvolvidas e periféricas, o nível de renda e os padrões de consumo de suas classes hegemônicas em países ricos e pobres são muito semelhantes assim como suas práticas de evasão de impostos e de utilização de paraísos fiscais.

Na busca do lucro, as empresas, em especial a megaempresas, buscam incessantemente o aperfeiçoamento das técnicas de produção, o acesso a novas fontes de insumos mais baratos e o acesso a mercados mais lucrativos. O capitalismo procura alcançar todos os aspectos da vida social, todas as atividades, em todas as regiões, em todos os mercados, para torná-los objeto de apropriação. É a mercantilização da sociedade, sua monetarização, sua financeirização de tudo, antigo e novo, como a droga, o entretenimento, o trabalho feminino, as penitenciárias. O capitalismo, com o auxílio de seus Estados, isto é, as empresas com o auxílio militar e político de seus respectivos Estados, se expande dentro de suas próprias sociedades, para os setores ainda não capitalistas e em direção a outras sociedades. O desenvolvimento do capital é verificado em todas as direções.

O capital, através das megaempresas e das grandes potências, procura derrubar todas as barreiras colocadas à circulação do capital financeiro, ao movimento de bens e à sua operação em qualquer local. A globalização é a utopia da formação de uma economia global, a ser regida pelas mesmas normas, sob a égide do grande capital. As ideias de fim das fronteiras, de Estado mínimo, de desregulamentação, de privatização, de abertura comercial, de livre circulação do capital financeiro, de redução de impostos, de flexibilização dos mercados de trabalho são a essência da estratégia de globalização, executada pelos grandes Estados em proveito de suas megaempresas multinacionais, dos indivíduos que as controlam, os megacapitalistas, e das classes hegemônicas de suas sociedades. As pequenas e médias empresas nada têm a ver com a dinâmica desse processo, sofrem suas consequências e sobre ele não têm influência.

O elogio, através da propaganda, presente na pequena e média empresa, decorre da ideia utópica do capitalismo que o apresenta como um sistema democrático em que todos os indivíduos poderiam ou deveriam se tornar empresários, como se isto fosse possível e dependesse apenas da vontade individual de cada um.

A regionalização, a formação de grandes blocos de países, desenvolvidos ou não, é uma estratégia dos Estados nacionais para conter a ação da metrópole





imperial americana, para proteger seus capitalistas nacionais e suas classes hegemônicas nacionais. Todavia, estas se encontram intimamente vinculadas às classes hegemônicas no centro do império, em especial em sua estratégia em relação aos Estados periféricos.

Os Estados que foram sede de impérios procuram recuperar sua influência, em especial nos que foram suas antigas colônias. O esquema de integração regional da União Europeia e suas ramificações dependentes, como os acordos África-Caribe-Pacífico (ACP), correspondem a este objetivo.

Os esquemas de integração dos países periféricos, de “colônias”, tais como o Mercosul, são objeto de permanentes tentativas de desintegração e de absorção em esquemas maiores, através de acordos de livre comércio como o acordo União Europeia-Mercosul, a partir de uma formulação ideológica denominada “regionalismo aberto”.

O setor produtivo mundial foi organizado após a Segunda Guerra Mundial pelos Estados Unidos de acordo com sua visão estratégica de liberalização total dos mercados de bens industriais, dos fluxos de bens e de capital, de flexibilização dos mercados de trabalho, de proteção monopolista das patentes, de eliminação dos sistemas anteriores de preferências imperiais, e de proteção de sua agricultura. Essa visão estratégica baseia-se na teoria econômica clássica, mas cuja aplicação não prejudique a dominação imperial. Ao considerar que as circunstâncias o exigem, o império suspende unilateral, informalmente, sem explicações, sua vigência.

Os Estados Unidos, o novo império que surge da Segunda Guerra Mundial, decidiu organizar os sistemas econômicos mundiais de acordo com uma visão de controle indireto das economias nacionais, das novas “colônias”, com base na convicção da superioridade competitiva, tecnológica e financeira de suas empresas em um cenário de destruição das economias europeias e de grande atraso econômico dos territórios ex-coloniais e coloniais da África, da Ásia e da América Latina. Organizaram o sistema financeiro mundial com base em paridades fixas, mas ajustáveis, do valor das moedas nacionais em relação ao padrão ouro-dólar. O FMI tinha competência para impor programas de ajuste e supervisionar as economias periféricas produtoras de matérias-primas, sujeitas à instabilidade de preços e à deterioração dos termos de intercâmbio que levavam periodicamente ao endividamento, promovido por suas classes hegemônicas em convivência com os bancos internacionais. O voto ponderado – através de um sistema de cotas relacionado à produção, garantia a hegemonia americana nas decisões do FMI – permitia aos Estados Unidos impor sua estratégia de dominação financeira de forma indireta por um organismo da



“comunidade internacional”. O desequilíbrio externo recorrente das “províncias” provocava moratórias, a necessidade de novos recursos e a subordinação aos programas de ajuste estrutural do FMI, condição para obter novos empréstimos e evitar represálias econômicas da metrópole imperial. A hegemonia do império americano se revelou com toda sua força no episódio da declaração unilateral de inconvertibilidade do dólar em ouro a uma taxa fixa, que havia sido inscrita como regra de ouro no acordo de constituição do FMI.

Os Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial, reorganizaram o sistema mundial de comércio. O Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (Gatt) estabeleceu, sob o patrocínio americano e com a concordância das potências derrotadas e dos aliados enfraquecidos, as regras básicas do sistema: a cláusula de nação mais favorecida; o tratamento nacional; o uso preferencial de tarifas e não de medidas não tarifárias; as negociações periódicas para reduzir tarifas. O novo sistema de comércio mundial permitiria ao império a proteção de seu setor mais vulnerável, a agricultura, e não permitiria aos países periféricos a proteção de seu setor mais vulnerável, a indústria. Permitiu formalmente aos antigos impérios em decadência manter os vínculos econômicos preferenciais com suas (ainda) colônias. A visão fundamental era de que, devido à enorme superioridade das megaempresas americanas seriam elas vitoriosas em um regime de livre concorrência se os Estados, as “províncias”, não pudessem proteger e estimular suas indústrias, seu capital nacional e nem mesmo o capital estrangeiro em seus territórios.

O Gatt transformou-se em Organização Mundial do Comércio, esta com competência expandida para incluir a regulamentação básica de toda a atividade econômica. Seu princípio básico é evitar qualquer discriminação dos Estados nacionais em favor dos capitais nacionais que permita promover seu desenvolvimento autônomo quer na área industrial, na agrícola, em serviços, em investimentos, em propriedade intelectual, em compras governamentais.

A crise de 2008 revelou claramente a aplicação seletiva das normas da OMC, quando o império as contrariou frontalmente para proteger suas empresas e seu setor financeiro.

A financeirização é um fenômeno recente da economia mundial. O volume de transações cambiais diárias supera um trilhão de dólares; o valor total dos ativos financeiros é superior a 400 trilhões de dólares, enquanto a economia mundial tem um PIB anual de 70 trilhões de dólares. A especulação financeira em todos os mercados, inclusive cambiais, é a marca da economia moderna. A desregulamentação dos setores financeiros nacionais e mundial e o sistema de câmbio flutuante tornam as operações financeiras “descoladas”





do sistema produtivo e faz com que as próprias empresas produtivas se envolvam na especulação financeira na qual os lucros, mas também os prejuízos, são mais rápidos e gigantescos. A crise que se inicia em 2008 tem sua origem, em parte, na especulação financeira fraudulenta.

Há milhões de pequenas e médias empresas; sua importância para a dinâmica econômica mundial é mínima. O processo de concentração do capital, gerado pela competição, leva à criação de empresas cada vez maiores, cada vez mais globais em sua operação, cada vez com maior poder de mercado e, portanto de fixar preços e de extrair mais-valia. Cerca de 500 megasempresas são multinacionais com faturamento superior ao PIB anual de muitos Estados, e a maioria delas tem sua sede nos países altamente desenvolvidos, em especial nos Estados Unidos; elas exercem enorme poder econômico, pelas suas decisões, e enorme poder político para fazer com que os Estados implementem normas e políticas favoráveis a seus interesses, isto é, dos megacapitalistas que as controlam e dos executivos que as administram. As megasempresas planejam suas operações, sua produção, seus investimentos, suas exportações em nível global enquanto denunciam, em coro com seus Estados nacionais de origem e sede, os males do planejamento; enquanto a livre concorrência entre megasempresas não existe; enquanto dois terços do comércio mundial é intrafirma.

A esfera tecnológica

A pesquisa tecnológica tem como objetivo aumentar o lucro através da introdução de novos métodos de produção e de novas máquinas mais eficientes. A ciência visa o conhecimento das leis da natureza, das propriedades do reino vegetal e mineral e do ser humano. Ciência e tecnologia se encontram entrelaçadas pelos interesses das megasempresas e dos Estados que financiam as pesquisas, tanto práticas, em busca do maior lucro, quanto teóricas em busca de maior conhecimento das leis da natureza. A adoção de novas tecnologias, incorporadas a novas máquinas, está diretamente ligada à competitividade das empresas e aos resultados da pesquisa tecnológica; sua própria realização é cercada, protegida, inclusive por normas de proteção à propriedade intelectual do Estado, em especial às patentes. A difusão do conhecimento tecnológico, mas também do conhecimento científico é restrita para dificultar a emergência de competidores, tanto no campo da produção civil como da produção militar.

A produção de tecnologia medida pelo número de patentes registradas revela a hegemonia do império americano. Nas últimas décadas, a cada ano, os





Estados Unidos registraram de 40 a 50% do total de patentes em nível mundial. A produção de conhecimento, medido pelo número de artigos científicos publicados em revistas especializadas, revela a hegemonia do império. Os Estados Unidos, os acadêmicos que residem neste país, são autores de cerca de 50% dos artigos publicados anualmente, enquanto o número de cientistas agraciados com o Prêmio Nobel em ciências exatas demonstra também sua hegemonia. Os Estados Unidos exercem enorme poder de atração, através de programas de pesquisa, de bolsas etc. sobre indivíduos altamente qualificados ou que revelam grande potencial em qualquer etapa de suas carreiras. O esquema de recrutamento de talentos científicos se organiza a partir dos centros de estudo de língua inglesa em todo o mundo, até ao recrutamento para as universidades e à oferta de contratos de pesquisa e ensino aos estudantes que se destacam.

A pesquisa tecnológica nada tem de amadora no presente, e é organizada em bases “industriais” visando resultados previamente definidos. As megasempresas recrutam milhares de pesquisadores, constroem laboratórios, instalações e plantas piloto – construídas com recursos próprios –, os protótipos e os novos equipamentos necessários à introdução de novos métodos de produção e novas máquinas. Não há espaço aí para pequenas e médias empresas; as inovações – que por acaso nelas surgem –, as novas ideias são absorvidas pela aquisição dessas empresas menores pelas megasempresas.

O desenvolvimento tecnológico está vinculado ao desenvolvimento industrial e dos transportes; estes ao desenvolvimento da produção de energia e esta à emissão de gases de efeito estufa, causadores do aquecimento global e este, por sua vez, das mudanças climáticas graduais e de eventos catastróficos. A origem e a solução das questões ambientais estão vinculadas à questão tecnológica.

A utilização de combustíveis fósseis para a produção de energia elétrica e para o transporte de pessoas e de bens decorre de seu menor custo para as empresas e da não contabilização de seu custo social. As demais fontes de energia ou são restritas a certas circunstâncias, como a hidroeletricidade que depende do relevo, ou são intermitentes (solar e eólica), ou seu uso está sujeito a grande resistência social como é o caso da energia nuclear. As fontes de energia renovável ou alternativas são todas mais caras que as fontes de origem fóssil.

A solução do desafio da progressiva degradação ambiental depende de uma modificação radical da matriz energética dos países industrializados e, marginalmente, da matriz energética dos países subdesenvolvidos. A adoção por um país isolado de uma matriz energética com base em fontes renováveis tornaria





suas empresas menos competitivas em nível internacional; por essa razão a solução do aquecimento global somente poderá ser de natureza global.

Os países altamente industrializados são responsáveis pelo acúmulo histórico e gradual na atmosfera de gases de efeito estufa enquanto os países emergentes, em especial a China e a Índia, são responsáveis por grande parte das emissões atuais, devido ao uso de carvão, de que tem grandes reservas, que é o combustível mais poluente.

Diante da crise econômica, os países industrializados resistem em adotar compromissos firmes, definidos, de redução de emissões de gases, enquanto os grandes Estados emergentes não desejam aceitar compromissos que afetem o seu custo de produção relativo, nem fazer com que sua segurança dependa, de forma excessiva, de suprimentos externos.

No centro do império, nos Estados Unidos, há resistência em aceitar compromissos e até mesmo as conclusões dos estudos científicos que afirmam que o aquecimento global e, portanto, a mudança climática têm sua origem nas atividades humanas de geração de energia, do transporte, de construção e do aquecimento residencial. Por outro lado, a exploração do gás de xisto, que alguns afirmam ter sérias consequências ambientais, pode torná-los um grande exportador de gás a custos muito baixos, fazendo a indústria americana mais competitiva e país autossuficiente.

O progresso científico e tecnológico acelerado se verifica em duas áreas vitais: na tecnologia da informação e na automação. A primeira, que inclui os sistemas de computadores e de satélites, transforma radicalmente todos os setores de produção civil e militar, a competição entre empresas e sociedades e a correlação de poder militar entre Estados. A tecnologia da informação transforma igualmente as relações sociais e afeta, inclusive, as atividades criminosas de todo gênero. A automação das atividades produtivas altera os mercados de trabalho e afeta os sistemas educacionais de formação de mão de obra, tornando-os menos “próximos” do sistema produtivo.

A automação, a miniaturização e a colocação no espaço de armas permite compensar a desvantagem numérica de tropas, estabelecer uma vantagem tecnológica militar esmagadora e angariar maior apoio ou menor rejeição da opinião pública a intervenções militares da metrópole imperial em regiões periféricas rebeldes.

A biotecnologia e a engenharia genética tem enorme impacto sobre a saúde e a agricultura. As necessidades de consumo de alimentos de enormes populações em Estados como a Índia e a China, onde se encontra um terço da humanidade terão forte impacto sobre as áreas atuais de produção e sobre





os fluxos de comércio mundial na medida em que esses Estados procurem diversificar seus fornecedores.

A biotecnologia transforma o processo produtivo, conferindo novas características aos alimentos e permitindo produzir em áreas até agora inóspitas e que, assim, podem deixar de sê-lo. O avanço tecnológico e a mudança climática poderão fazer com que alguns países subdesenvolvidos produtores tradicionais de alimentos venham a ser suplantados por novas áreas de produção, situadas inclusive, em países desenvolvidos.

Os efeitos da biotecnologia e da engenharia genética no tratamento de doenças tradicionais, a possibilidade de substituição de órgãos humanos e a cultura de órgãos farão com que a expectativa de vida nas sociedades avançadas aumente de forma significativa, ultrapassando a barreira dos cem anos. A emergência de uma raça de super-homens que tem acesso às mais modernas e mais caras técnicas da medicina irá se contrapor à situação de saúde, de assistência médica e de saneamento nas áreas urbanas periféricas pobres e miseráveis e na continua incidência de doenças tropicais, pouco conhecidas e pesquisadas. Há efeitos contraditórios do avanço tecnológico sobre a situação de saúde da população em países desenvolvidos e periféricos, tais como o efeito conjugado da internet, dos jogos eletrônicos, de televisão e do *fast food* sobre a epidemia de obesidade e suas consequências médicas, tanto físicas como psíquicas.

A esfera social e ideológica

A violência entre os Estados e dentro de cada sociedade caracteriza a situação mundial. As tentativas de subjugar as “províncias” que se rebelam em diversos graus, é o cotidiano da política internacional conduzida pelo império americano. Nas sociedades nacionais, a criminalidade, o tráfico de drogas, de armas, de órgãos de pessoas e seus vínculos transnacionais se juntam à violação permanente dos direitos das minorias raciais, das mulheres, dos homossexuais, dos imigrantes. O consumo gerado pelo individualismo, pela luta incessante pelo sucesso, pela instabilidade social, gera a produção e o tráfico de drogas, a violência e a corrupção que o envolvem e a desagregação familiar.

Na sociedade moderna, o regime de exploração depende do espetáculo. A sociedade espetacular gera o culto da beleza, do sexo, do corpo, dos esportes, do luxo, do consumo, da riqueza; organiza uma série ininterrupta de eventos e cria celebridades a serem admiradas pelas massas em seu estupor, que são “renovadas” a cada dia. A diversão das massas através dos meios de comunicação, de televisão e da internet desmobiliza a massa de oprimidos e





torna trivial e até admirável a riqueza suntuária, exibicionista e celebrada lado a lado com a pobreza extrema. As utopias e as teorias de reorganização social a partir do diagnóstico de injustiça estrutural básica e de exploração são desmoralizadas diariamente.

A característica ideológica central do sistema mundial organizado sob a égide do império americano é o individualismo. A liberdade individual é apresentada na sociedade americana como o valor máximo, tanto na esfera da política como na economia. O indivíduo, suas preferências, suas emoções, seus preconceitos e sua família, pelo menos até a idade adulta dos filhos, são o centro de suas preocupações.

No sistema político, em que a cada cidadão corresponde um voto, acredita-se na soberania do indivíduo, em teoria e na retórica. Na prática, a democracia é substituída pela plutocracia, o governo do dinheiro, com sua capacidade de influir sobre a propaganda eleitoral nos meios de comunicação e de financiar as enormes despesas de campanha. O indivíduo, na busca de sua felicidade, que procura encontrar no enriquecimento, é estimulado a não participar de atividades políticas, apresentadas sempre como corruptas e corruptoras e que devem ser deixadas aos cuidados das elites.

Na economia, o individualismo se apresenta como a crença no poder supremo do consumidor responsável pela demanda pelos produtos e que, pelo exercício de suas escolhas soberanas e livres, orientaria os investimentos, recompensaria ou puniria as empresas que soubessem, ou não, melhor atender a seus desejos. Na prática, a publicidade intensa leva o consumidor a adquirir bens “nefastos”, tais como bebidas alcoólicas ou bens inúteis ou supérfluos, e cria pela propaganda ostensiva e subliminar as preferências e as demandas do consumidor. As megaempresas multinacionais, através de suas decisões de localização de investimentos, de produção, de comércio, afetam a economia de forma muito mais decisiva do que o consumidor isolado, que consome o que os meios de comunicação lhe apresentam pela publicidade.

A metrópole imperial procura, através de suas megaempresas, generalizar para o mundo o padrão de consumo americano, altamente predatório e perdulário. A uniformização dos hábitos de consumo é essencial para a maximização dos lucros de empresas que operam em escala global. A indústria automobilística, centro da sociedade e da economia americana, tem efeitos devastadores tais como o uso excessivo de recursos naturais e de combustíveis fósseis, o culto à velocidade e suas consequências letais. A indústria de alimentos procura transformar os hábitos alimentares em todos os países, o que afeta a saúde de milhões de pessoas na periferia colonial. A indústria de





cosméticos e o culto à beleza e ao sexo, através de campanhas maciças de publicidade, criam e difundem ideais uniformes de beleza para as sociedades mais díspares.

A ideia de individualismo, de supremacia do indivíduo sobre a sociedade, está vinculada a um conceito de felicidade que a identifica com a satisfação consigo mesmo, com sua vida, com seu status social. Jeremy Bentham, filósofo inglês do século XVIII, ao especular sobre a felicidade de uma sociedade considerou que esta seria a soma das felicidades dos indivíduos. Como felicidade social seria impossível de mensurar, argumentou que a felicidade individual decorreria dos bens que o indivíduo tem para consumir, dos bens que possui, da soma monetária dos bens que possui; que quanto maior fosse a riqueza, maior a felicidade do indivíduo; quanto maior a riqueza de uma sociedade, maior seria a felicidade média dos indivíduos. O aumento da produção passa a ser o indicador de aumento da felicidade social e o aumento da renda *per capita*, o indicador do aumento de felicidade média em uma sociedade. A teoria de Bentham se encontra, implícita, nas teorias dos economistas clássicos e se reflete na preocupação permanente nas sociedades modernas com o aumento da produção.

O enriquecimento, o sucesso financeiro, o acumular de bens, passa a ser na metrópole do império o objetivo a ser alcançado; objetivo ratificado pela religião protestante em suas origens, ao considerar que o êxito nos negócios era sinal da graça divina e que este êxito garantiria a salvação, enquanto a pobreza seria sinal da ausência de graça e, portanto, sinal de condenação e em si mesma condenável.

Todos os bens têm um valor monetário e a acumulação de bens, de capital, se torna o objetivo da vida e o indicador de sucesso. No império, se cultuam os multimilionários e cada homem tem sua medida em dinheiro. A alienação dos trabalhadores em relação ao que produzem também se verifica nas demais classes em relação ao dinheiro.

Em nível mundial e nas sociedades nacionais, o individualismo se opõe ao coletivismo, ao socialismo, que por sua vez considera que os indivíduos antes de serem indivíduos são parte da sociedade e que sem a sociedade não existe indivíduo. A apropriação histórica da terra e de seres humanos por um grupo de indivíduos leva, nos diversos sistemas sociais e econômicos, à exploração da maioria. À medida que se desenvolvem as forças produtivas e as tecnologias de produção, esta exploração se torna mais intensa, e as assimetrias sociais maiores. O socialismo, ao defender a propriedade coletiva, social, dos meios de produção, dos bens de capital, retira dos exploradores seu instru-





mento de exploração, de acumulação de capital. Este é o ponto central da disputa ideológica e política que tem a ver com o papel do Estado na sociedade capitalista moderna e no centro do império.

Na sociedade da metrópole imperial, o papel do Estado é fundamental. A retórica das classes hegemônicas condena o Estado que, na prática, é o instrumento das mesmas classes hegemônicas para assegurar seu domínio político e militar na metrópole e em suas relações com as “colônias”. Nestas, os respectivos Estados garantem o domínio das classes hegemônicas locais sobre a sociedade, sobre as massas, enquanto o Estado organiza as relações entre as classes hegemônicas da periferia e as da metrópole. A revolta das classes hegemônicas ou mesmo de setores oprimidos de uma colônia periférica contra a metrópole somente pode se realizar pelo Estado periférico e por essa razão a política da metrópole visa o enfraquecimento do Estado nos países periféricos, nas “colônias”.

Os Estados Unidos são a principal potência ideológica do mundo na medida em que são os maiores produtores de “interpretações do mundo” veiculadas através de filmes, seriados de TV, noticiários, revistas de ciências sociais, livros científicos e de ficção e em que sua cultura é a mais difundida em todos os continentes. São os Estados Unidos os principais produtores de ciência e tecnologia, como indica o número de patentes registradas, de artigos científicos publicados e o número de prêmios Nobel recebidos, assim como são o país que atrai o maior número de estudantes estrangeiros, em diferentes níveis do ensino, do secundário (programas de intercâmbio) ao pós-doutorado, tanto civis como militares, nas áreas de ciências exatas e humanas, aos quais transmitem sua visão do mundo.

A esfera cultural e das comunicações

Ninguém viveu o passado, ninguém vive o presente em toda a sua multiplicidade, ninguém vive o futuro. A mídia constrói o passado, o presente e o futuro e a construção do imaginário social é fundamental para manter a hegemonia da metrópole imperial e esta construção é feita na esfera cultural.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos proclamam a liberdade de imprensa e de comunicação entre as sociedades como valores absolutos que não podem ser sujeitos a nenhuma regulamentação social, porque esta liberdade é essencial para a difusão de sua cultura.

O domínio do império somente é possível se as sociedades das “colônias” reconhecerem a superioridade cultural da nação americana, porém não só esta superioridade cultural, mas também a sua superioridade política, econômica,





científica e militar. No conceito de superioridade civilizacional do império se encontra oculta a ideia de supremacia de raça. Não corresponde necessariamente ao racismo como prática, mas à convicção de superioridade que justifica o domínio político. A partir dessa convicção incutida nos próprios cidadãos americanos e difundida em todo o mundo, se organiza o sistema cultural do império. Sua primeira etapa são os institutos de língua, em seguida, os programas de intercâmbio de jovens estudantes e, finalmente, os programas de bolsas de estudo para universitários. A este sistema se vincula o sistema de difusão de informações e de imagens, de visão do mundo e da sociedade.

No sistema imperial, as comunicações têm importância fundamental. O império exerce sua dominação pela persuasão, pela intimidação, pela pressão, pela força. O ideal para o império é que as elites e as sociedades das “colônias”, dos Estados nacionais, estejam persuadidas da superioridade dos Estados Unidos, de que os interesses difundidos por eles correspondem aos melhores interesses de humanidade, da comunidade internacional, de todos os Estados, e que estes interesses são defendidos não por razões egoístas, mas sim desinteressadas, em proveito de todos, em prol da paz, do progresso, da felicidade, da harmonia universal.

O sistema ideológico do império se defrontou durante décadas com a visão socialista do mundo, da sociedade, da política e da economia. O sistema ideológico imperial foi tão vitorioso que convenceu os dirigentes soviéticos de sua inferioridade e conseguiu que estes mesmos dirigentes promovessem a desintegração territorial da União Soviética e sua conversão ao capitalismo.

Essa disputa ideológica está sempre presente nas relações da metrópole com cada uma de suas “colônias”, em um embate permanente entre a afirmação da cultura e das ideias, e da visão de cada sociedade e a visão imperial. Interessa ao império exercer seu domínio pela persuasão, sem ter de fazer recurso à intimidação, à pressão, à punição e finalmente à força, pois não seria possível exercer o domínio pela força em todas as regiões do mundo ao mesmo tempo. A disputa entre império e “colônias” é uma disputa pelos corações e pelas mentes.

A primeira etapa desta disputa é a de interpretação do mundo, do seu passado, de seu presente, de seu futuro. As universidades realizam o trabalho cotidiano de análise de informações e de elaboração de explicações e de visão de cada situação internacional. A segunda é a transmissão aos organismos internacionais dessa visão, de cuja elaboração também eles, por vezes, participam. Em seguida, a difusão desses diagnósticos, dessas visões e das propostas de ação política de todo o tipo se faz através dos meios de comunicação.





Os meios de comunicação são gigantescas empresas de informação, de entretenimento, de diversionismo político e de publicidade de consumo, aberta ou disfarçada. Aos jornais, às revistas, aos livros, ao rádio, à televisão se somou agora a internet.

O império acredita que suas megaempresas de comunicação, publicidade e diversão, em um ambiente de livre competição, prevalecerão sobre quaisquer empresas semelhantes de qualquer outro país, inclusive devido à força dos vínculos com o sistema econômico que as alimenta. Garantir a liberdade de ação e de opinião para esses conglomerados de comunicação é objetivo prioritário da política da metrópole em relação a qualquer “colônia”, de qualquer nível. É através do sistema de comunicação que se constrói o imaginário dos indivíduos e das classes hegemônicas em cada Estado, o que será decisivo para a sua cooperação com as iniciativas de política imperial americana, em nível bilateral ou global.

A esfera religiosa

Em cada sociedade nacional, o individualismo, a competição, a insegurança no emprego, na família e no cotidiano, fazem com que os indivíduos procurem o consolo da religião para suas dúvidas e angústias. As religiões, vinculadas a certos Estados têm, por outro lado, enorme influência sobre o sistema mundial moderno. A título de exemplo, a Igreja Católica, a partir do pontificado de João Paulo II, Karol Wojtyła, de origem polonesa, teve papel relevante na ação política americana de desintegração dos regimes socialistas da Europa Oriental.

O sistema do império se encontra vinculado às crenças judaico-cristãs-evangélicas cuja profunda convicção religiosa de superioridade está, de forma geral, vinculada à ideia de povo eleito, de excepcionalidade; e assim se colocam diante do islamismo, do confucionismo e do budismo. As consequências desta visão religiosa, que tem a ver com o supremacismo racial, são notórias em especial no Oriente Próximo e no confronto entre Israel e países muçulmanos.





ALGUNS TEMAS ATUAIS

Os grandes temas da política internacional encontram-se entrelaçados e apresentam aspectos de natureza política, econômica, militar, científica, tecnológica e ambiental, e afetam, com maior ou menor intensidade, a sociedade e o Estado brasileiro. Nesta seção serão tratados alguns temas de impacto significativo, os quais consideramos que devam receber maior atenção.

A GLOBALIZAÇÃO

A globalização, entendida principalmente como o fenômeno de formação de uma economia global, corresponde ao processo político, econômico e militar de expansão do capitalismo em busca de oportunidades de investimento nas quais recursos naturais e mão de obra mais baratos e mercados mais amplos permitam lucros maiores. Significativa parte dos acontecimentos políticos, principalmente a partir da Revolução Industrial, tem como fundamento tal processo de expansão e dominação econômica.

O primeiro período de expansão do capitalismo, na atual conformação política geográfica do mundo atual, transcorre de 1492 a 1748 e corresponde ao desenvolvimento do capitalismo mercantil, à formação dos Estados nacionais e dos impérios coloniais até o início da Revolução Industrial, cujo marco é a invenção da máquina a vapor, por James Watt. Este período é marcado por inovações políticas, tais como a Reforma Protestante, a Paz de Westfália e a definição dos princípios dos Estados nacionais; por inovações tecnológicas, tais como a imprensa e o uso eficiente da pólvora, o desenvolvimento da cartografia, da bússola e da técnica de construção de embarcações a vela.

O segundo período do processo de globalização transcorre de 1748 até 1914 e corresponde ao desenvolvimento e expansão do capitalismo industrial.



Na Europa, a Revolução Francesa, o fim dos privilégios feudais na França, a difusão de seus ideais liberais por Napoleão na Europa e a vitória britânica em 1815; a reação conservadora da Santa Aliança e a emergência do sistema de equilíbrio de poder, sob a hegemonia britânica. No final do século XIX, ocorre a unificação alemã e seu desenvolvimento industrial e tecnológico, com sérias consequências para o processo de formação da economia global. Nas Américas, ocorre a independência americana e mais tarde a consolidação de seu território, através de guerras aos índios, da conquista dos territórios mexicanos, da aquisição de territórios aos europeus, da consolidação de sua zona de influência no Caribe e na América Central. As guerras napoleônicas e a invasão e ocupação de Espanha e Portugal levam à independência das colônias espanholas e portuguesa nas Américas e à declaração da Doutrina Monroe, afirmando a hegemonia americana nas Américas. Na África, a Conferência de Berlim realiza a partilha dos territórios africanos entre os europeus, principalmente entre a França e a Inglaterra. A revolução nos meios de transportes, com as ferrovias e a navegação a vapor, nas comunicações com o telégrafo, na economia com a introdução da energia elétrica e a liderança na expansão industrial consolida a hegemonia inglesa, após a derrota da França, levando à formação do império colonial britânico e à *Pax Britannica*.

O terceiro período do processo de globalização transcorre de 1914 a 1945. A Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917, a Grande Depressão de 1929 e a Segunda Guerra Mundial desintegraram geograficamente a economia mundial capitalista em termos de comércio e fluxos de capital financeiro e de investimento além de arrasar as estruturas produtivas do continente europeu e do Japão.

O quarto período do processo de globalização tem início com o fim da Segunda Guerra Mundial e a vitória dos Aliados, em realidade a vitória americana e soviética, sobre os países do Eixo e se encerra com o primeiro choque do petróleo em 1973. Ao final da Segunda Guerra, os Estados Unidos impuseram-se como a maior economia capitalista, a mais poderosa potência militar, a potência líder em ciência e tecnologia, e com o maior poder ideológico e cultural, enfrentando o desafio da União Soviética e dos países da Europa Oriental, e da China a partir de 1949, enquanto as antigas grandes potências europeias estavam ou derrotadas e ocupadas militarmente ou em situação de grande dependência em relação aos Estados Unidos. Estes, ao mesmo tempo em que enfrentavam o desafio político e ideológico soviético, reorganizaram o sistema político mundial, com a criação das Nações Unidas, e o sistema econômico, com a criação do FMI e do Banco Mundial, além de promover a reorganização e reconstrução da economia europeia através do Plano Marshall





e do início da construção política e jurídica do que viria a ser a Comunidade Econômica Europeia que se transformaria, mais tarde, em União Europeia.

Este período do processo de globalização corresponde aos chamados Trinta Anos Gloriosos, de 1945 a 1973, expressão usada para designar a grande expansão do capitalismo até o primeiro choque do petróleo, que quadruplica os preços do barril. É o período de hegemonia do pensamento e das políticas keynesianas, de fortalecimento das legislações do trabalho e previdenciárias, de construção do chamado Estado de Bem-Estar Social, de expansão econômica extraordinária, devida à reconstrução europeia e japonesa, e de afirmação do prestígio do capitalismo como sistema econômico.

O quinto período do processo de globalização, de 1973 a 1980, corresponde a um período de desafios para as economias avançadas capitalistas, em que ocorre o primeiro choque do petróleo que leva à situação de estagflação nas economias capitalistas avançadas, em especial nos Estados Unidos; à derrota no Vietnã e seu impacto sobre a sociedade americana; à Revolução fundamentalista no Irã; ao segundo choque do petróleo; e à reciclagem dos petrodólares.

Os eventos no Irã e a situação econômica interna americana levam a vitória de Ronald Reagan e a um novo período do processo de globalização que se estenderia de 1980 a 2008, quando iniciou a atual crise internacional.

Os choques do petróleo de 1973 e de 1979 acarretaram graves desequilíbrios comerciais para as economias periféricas importadoras de petróleo e, mais tarde, com a alta extraordinária dos juros nos Estados Unidos, a crise de dívida externa desses países e sua renegociação nos termos do Plano Brady, sob a égide dos organismos financeiros internacionais e dos bancos públicos e privados dos países credores, desenvolvidos e capitalistas. A renegociação das dívidas externas dos países periféricos faria com que estes viessem a aceitar as chamadas “condicionalidades”, cujos objetivos eram semelhantes àqueles defendidos e impulsionados pelos países credores capitalistas que também lideravam as negociações comerciais multilaterais no âmbito do Gatt.

Na etapa moderna que decorreu de 1980 a 2008, a globalização é essencialmente o processo de reorganização das economias capitalistas, com o abandono ideológico do keynesianismo e a adoção entusiasta do neoliberalismo, que se tornaria, pela incessante e intensa propaganda, o “pensamento único”, de reincorporação das economias ex-socialistas ao sistema capitalista, primeiro dos países da Europa Oriental e da Rússia, sob a égide do FMI, e depois dos setores das economias dos países periféricos na América Latina, na África e na Ásia, que se encontravam fora do alcance das empresas multinacionais, através da imposição de políticas de abertura comercial e financeira, de privatização e desregulamentação, comandada pelos Estados Unidos, seus



aliados e as megaempresas multinacionais. O desenvolvimento acelerado da tecnologia de microprocessadores, da tecnologia dos computadores e dos satélites teve enorme impacto sobre esta etapa recente da globalização, em especial no setor financeiro, permitindo neste caso a emergência de um mercado verdadeiramente global e instantâneo.

Os governos de Ronald Reagan (1981-1989) e Margaret Thatcher (1979-1990) tiveram importância crucial neste período do processo de globalização. Adotaram políticas de desregulamentação da economia, de flexibilização da legislação antitruste, de redução dos programas sociais, de revisão das leis trabalhistas e, ao mesmo tempo, passaram a pressionar firmemente todos os Estados, desenvolvidos ou não, a adotarem políticas semelhantes que deveriam favorecer o livre jogo das forças de mercado, o que exigiria a abertura de mercados para bens e investimentos e uma legislação favorável ao capital multinacional. Seus sucessores, tais como George H. Bush (1989-1993), Bill Clinton (1993-2001) e George W. Bush (2001-2009) prosseguiu com as linhas gerais desta estratégia até que surge a crise de 2008, quando se inicia, em 2009, o mandato de Barack Obama, em que, na realidade por outras razões, outros meios e outro contexto internacional, tal estratégia tem continuidade.

Esta fase do processo de globalização teve diferentes aspectos. Nas economias desenvolvidas, ocorreu sua desregulamentação, a demolição das estruturas do Estado de Bem-Estar Social, a redução dos impostos sobre os ricos, a enorme concentração de renda, a privatização de empresas na Europa, enquanto surgia uma nova agressividade política e econômica dos Estados Unidos, com a expansão dos gastos militares, de financiamento de movimentos contrarrevolucionários na América Central, de aplicação de retaliações econômicas unilaterais aos países cujas políticas, segundo o julgamento unilateral dos Estados Unidos, “prejudicassem” os interesses americanos.

Nos dois últimos períodos do processo de globalização econômica – 1980 a 2008 e de 2008 até hoje – teve extraordinária importância o esforço político dos Estados Unidos à frente das grandes potências capitalistas para lograr a elaboração e a consolidação jurídica de normas internacionais que assegurassem a abertura dos mercados de bens e de serviços, a liberalização total dos fluxos de capital, a desregulamentação das economias, a privatização e a proteção do capital estrangeiro, enfim a plena liberdade de ação para as megaempresas multinacionais.

Assim, esses períodos do processo de globalização, ao contrário do que apregoam os economistas neoliberais, nada têm de natural, mas resultou e resulta, isto sim, da ação dos Estados Unidos, com o auxílio de seus aliados altamente desenvolvidos, para abrir mercados para suas megaempresas pro-





dutivas ou financeiras, através de ações punitivas bilaterais, da negociação em nível multilateral e em nível bilateral e regional de acordos de livre comércio.

O processo de construção de acordos que consolidem os privilégios dos Estados altamente desenvolvidos verificou-se em nível multilateral através das negociações da Rodada Uruguai, no Gatt, e depois com a Rodada Doha no âmbito da OMC; na esfera regional, pela incorporação de Estados menores a esquemas de integração como é o caso do processo de expansão geográfica da União Europeia; na esfera bilateral, com a celebração de acordos de livre comércio e de acordos de promoção e proteção de investimentos, e mais recentemente com as negociações – que se realizam em ambiente de grande sigilo – da Transpacific Partnership e do acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e a União Europeia, sendo que este último poderá vir a estabelecer regras que obrigarão os demais Estados a cumprir padrões neles estabelecidos para poderem comerciar com estes países.

O processo de reorganização da economia mundial teve tal força que os Estados ex-socialistas da Europa Oriental, inclusive a Rússia, viriam a ingressar na OMC e no FMI assim como viria a ocorrer com a China.

No processo de liberalização da economia mundial, de desarme dos países subdesenvolvidos em termos de capacidade de implementar políticas de desenvolvimento, a desregulamentação do setor financeiro teria extraordinário alcance e grande impacto na geração e na difusão da crise que se iniciou em 2008.

A desregulamentação da economia dos países capitalistas altamente desenvolvidos, e mesmo de países periféricos, levou à financeirização da economia real, no sentido de que as megaempresas multinacionais passaram a investir nos mercados financeiros, atraídas pelas altas taxas de lucro, em curto prazo, oferecidas pelas instituições financeiras em seu interesse de “passar adiante” os títulos derivativos que manufaturavam, avaliavam e vendiam.

O processo de globalização é profundamente afetado pela crise econômica internacional e, em especial, pela emergência da China e de outros Estados como a Índia.

Tanto a China como a Índia, onde se encontram um terço da população mundial e cujas economias estão em rápida expansão, constituem as últimas fronteiras geográficas do capitalismo das megaempresas multinacionais em sua expansão, assim como outras economias de dimensão potencial menor como o Brasil e a África do Sul.

O objetivo da política internacional conduzida pelos Estados Unidos da América em sua condição de maior economia do globo, de maior potência militar, ideológica, cultural, científica e tecnológica, é manter sua hegemonia no sistema internacional, através do controle de todos os Estados submetidos



a sua influência política, econômica e militar, e do enfrentamento com novas e velhas potências que procuram manter certa autonomia e disputam sua hegemonia, ainda que em situações pontuais, tais como a Rússia, a União Europeia e a China. O processo de globalização é uma das esferas em que se desenvolve a ação estratégica americana.

Para os grandes Estados periféricos subdesenvolvidos seus objetivos na política internacional, isto é, nos temas em que estão envolvidos, quer queiram ou não, pela ação dos Estados Unidos e das grandes potências é criar as melhores condições possíveis para seu desenvolvimento, evitar compromissos jurídicos que reduzam sua capacidade de articular políticas de desenvolvimento, diversificar ao máximo suas relações econômicas, políticas e militares, evitar regras que dificultem a transferência de tecnologia de qualquer natureza, fortalecer sua capacidade dissuasória de defesa contra qualquer Estado, defender os princípios de não intervenção e de autodeterminação, em especial diante das novas teorias de intervenção humanitária e de direito de proteger, assim como opor-se a qualquer política de “*regime change*”, qualquer que seja o pretexto.

Na consecução desses objetivos, Estados periféricos têm de se articular com outros grandes Estados semelhantes e com os de suas regiões, qualquer que seja sua dimensão, com quem tem de agir na esfera internacional em defesa dos interesses de sua região face às grandes potências e, em especial, face aos Estados Unidos, a potência imperial.

O processo de globalização, em suas múltiplas facetas, é irresistível e a ele não se pode opor uma política de autarquia. A questão crucial colocada é de como harmonizar a participação na economia global com as exigências do desenvolvimento nacional de uma economia periférica, vulnerável e de grande potencial como o Brasil.

Na atual fase do processo de globalização, os grandes atores são os Estados altamente industrializados, em especial os Estados Unidos – em sua ação de construir um quadro jurídico internacional de normas econômicas favoráveis à atuação de suas megaempresas – e as próprias megaempresas multinacionais em seu afã de organizar, de acordo com seus métodos de operação, as atividades econômicas nos territórios que estão sendo incorporados à economia global com o objetivo de exportar e importar bens para esses territórios e para neles investir para produzir para o mercado local e para eventualmente exportar, tudo com a finalidade de maximizar os lucros, o que significa reivindicar vantagens tributárias e financeiras e regulamentação leniente, inclusive para ingresso e saída de capitais, tudo em um quadro geral de crise econômica prolongada, sem perspectiva de recuperação à vista.





A esses atores se deve juntar a República Popular da China, com sua política de expansão de investimentos de suas megaempresas internacionais, de procura por novos fornecedores de matérias-primas minerais e de produtos agrícolas, tudo sob o amparo de extraordinárias reservas monetárias, superiores ao PIB da maior parte dos países, e que tem propósitos estratégicos semelhantes aos dos Estados Unidos, isto é, abrir mercados para seus bens, ter acesso às fontes de matérias-primas e realizar investimentos.

Assim, diante da política decidida e determinada desses atores o Brasil tem de adotar as seguintes políticas para não ser definitivamente engolfado em um processo de globalização que cristalice sua situação de país subdesenvolvido e inerme:

a) evitar assumir compromissos jurídicos que reduzam a capacidade de ação do Estado brasileiro para organizar e implementar políticas vigorosas de desenvolvimento e de plena utilização dos fatores de produção em seu território;

b) disciplinar a atividade das megaempresas multinacionais, de qualquer nacionalidade, em seu território, delas exigindo firme colaboração para reduzir a vulnerabilidade externa pelo aumento de exportações para promover a industrialização integrada da economia nacional e o desenvolvimento tecnológico, inclusive utilizando para tal o poder de compra e o poder financeiro do Estado brasileiro;

c) estimular fortemente o desenvolvimento científico e tecnológico, expandindo e fortalecendo os centros de pesquisa existentes, a formação da mão de obra científica e tecnológica no território nacional e atraindo pesquisadores estrangeiros para trabalhar no Brasil;

d) utilizar o poder de compra e o poder financeiro do Estado para modernizar e tornar competitiva a indústria instalada no Brasil;

e) articular sua ação com outros grandes Estados, em especial com a China, a Índia e a Rússia;

f) articular sua ação internacional e sua política de desenvolvimento, em especial industrial, com os Estados de sua região.

REFLEXÕES SOBRE A CRISE ECONÔMICA: RAÍZES E CAUSAS

No centro das finanças americanas, um minúsculo grupo de pessoas era capaz de tomar emprestadas centenas de bilhões de dólares dos bancos sem que nem os bancos, nem as agências reguladoras dos bancos tivessem a menor ideia do quanto eles tinham tomado emprestado, ou o que estavam fazendo com os recursos. (C. R. Morris, *The two trillion dollar meltdown*, 2008)





Introdução

A crise financeira e econômica mundial ainda não atingiu com maior força a economia, a sociedade e o Estado brasileiro. Porém, como tudo indica que a recuperação da atividade nas economias industrializadas tradicionais será lenta – fala-se em prazos de décadas para a sua plena normalização –, é provável que em algum momento futuro, e não tão longínquo, apesar de todas as medidas que vem sendo tomadas, a crise venha a atingir, com força, o Brasil. É assim cada vez mais importante discutir suas verdadeiras raízes e causas.

A crise econômica mundial iniciou-se em julho de 2007, quando dois fundos, com estimados dez bilhões de dólares em ativos, baseados em hipotecas, da firma Bear Stearns, quebram, em Nova York, e se verifica que não era possível calcular o verdadeiro valor de seus ativos e o pânico tomou conta. A crise que então dá seus primeiros sinais e revelou-se plenamente em 2008 com a falência da Lehman Brothers – uma das firmas mais tradicionais de Wall Street –, terá extraordinárias consequências políticas, econômicas e sociais.

Há seis anos que as economias capitalistas tradicionais vêm crescendo a taxas muito baixas, como é o caso dos Estados Unidos, ou até se contraindo, resultado da queda de investimento e da demanda, e do consequente desemprego em massa que as atingem. O número de desempregados em todo o mundo é de 250 milhões e as taxas de desemprego na Europa chegaram, em alguns países, a mais de 20%, sendo especialmente mais elevadas para a população até 25 anos de idade.

À medida que a China continua a crescer a taxas elevadas, ainda que inferiores à média anual de 10% dos últimos 30 anos, com enorme demanda por produtos primários e com extraordinárias exportações de manufaturados, e à medida que as taxas de crescimento são significativas nos países de periferia chinesa e em países como a Índia, o Brasil, e a Rússia, o crescimento da economia mundial como um todo permanece razoável.

Apesar de vários países subdesenvolvidos da periferia, como o Brasil, que não desregulamentaram seus setores financeiros e mantiveram certa capacidade de realizar políticas de investimento, diretamente pelo Estado ou pelo estímulo a empresas privadas, ainda não terem sido atingidos mais duramente, a crise tem grande possibilidade de alastramento à medida que a China, devido à redução da demanda por suas exportações na Europa e nos EUA, venha a reduzir sua demanda por minérios e também por produtos agrícolas.

As economias europeia e americana patinam em uma situação em que os sinais positivos são seguidos, pouco após de anunciados, por índices negativos e assistimos a uma gradual transferência do centro dinâmico da economia mundial para a China (e suas economias nacionais periféricas). A emergência





da China como a segunda maior potência econômica, maior potência comercial e grande potência tecnológica e científica, como demonstra o lançamento da missão tripulada chinesa à Lua no momento em que os Estados Unidos desativaram seu programa espacial, corresponderá necessariamente a uma crescente influência chinesa no cenário político e militar mundial, a começar pela Ásia, mas espraiando-se pela África e América Latina.

Assim como ocorreu com a Grande Depressão de 1929, a Grande Crise de 2008 terá enorme importância para a geopolítica mundial. Ela será duradoura devido a suas raízes estruturais e a suas causas conjunturais.

Raízes

As raízes estruturais da crise estão na dinâmica do capitalismo, na sua própria razão de ser, isto é, na disputa dos capitalistas entre si e contra os trabalhadores pela maximização do lucro, que permite a acumulação de riqueza, a qual lhes dá poder sobre bens e indivíduos.

No capitalismo, a divisão da receita monetária gerada pela venda dos bens produzidos se dá, basicamente, entre assalariados e capitalistas, ou melhor, os capitalistas recebem o total da receita gerada pela venda dos produtos no mercado e pagam os salários que, aliás, já foram antecipados aos trabalhadores.

A renda monetária recebida pelos assalariados é quase que totalmente destinada por eles à aquisição de bens para seu consumo, em cujos preços encontram-se embutidos os impostos.

A parte da receita com a venda dos bens que fica com os capitalistas após o pagamento de insumos, créditos e impostos, isto é, o lucro, em pequena parte é consumida enquanto a maior parte dela deve ser reinvestida na expansão de seu capital em busca de novos lucros.

O sistema capitalista tem natureza intrinsecamente especulativa. Os capitalistas, ao planejarem investir a parte não consumida de sua receita, têm a expectativa, isto é, “apostam” que receberão, com a venda dos bens ou das atividades (serviços) que vierem a produzir, mais do que investiram, isto é, que terão lucro. Caso contrário, caso não tenham os capitalistas tal expectativa de lucro, não farão o investimento.

Os capitalistas, ademais, somente fazem um novo investimento na expectativa de que os trabalhadores e os consumidores em geral venham a consumir aquele aumento de produção de bens a preços que permitam a realização de lucro, isto é, de que haja mercado para os bens a serem produzidos com o novo investimento.

O crescimento demográfico que amplia o mercado interno, isto é, que aumenta o número de trabalhadores que procuram adquirir bens e serviços,



constitui um estímulo a novos investimentos. A redução do crescimento demográfico nas economias modernas faz com que o acesso a novos mercados no exterior se torne um objetivo estratégico para criar novas expectativas de lucros. A violenta expansão imperialista no passado foi feita em grande medida para se ter acesso a matérias-primas, mas também para abrir mercados na China, no Japão, na Ásia em geral e na África. Nos tempos atuais, a abertura “pacífica” (quando não ocorre resistência maior dos Estados cuja economia será “aberta”) de mercados dá-se pela negociação de acordos de redução de barreiras ao comércio e aos investimentos. Esses processos de abertura de mercados e a revolução tecnológica nas comunicações, nos transportes e na tecnologia da informação contribuíram para a expansão do capitalismo e para a formação de uma economia global, desregulamentada.

Por outro lado, à medida que surgem novos produtos, ou produtos antigos com características novas, como tem sido recentemente as sucessivas gerações de telefonia celular, os consumidores são estimulados incessantemente pela publicidade a consumi-los, a demandá-los, a se manterem na “vanguarda” como “consumidores modernos”.

Daí a importância da pesquisa tecnológica que permite criar novos produtos e, de outro lado, a necessidade de um esforço intenso e permanente de publicidade para manter ou criar demandas novas e ampliar os mercados nacionais e externos.

De toda forma, em um determinado mercado nacional, os trabalhadores não podem absorver toda a produção. O total de sua receita monetária, dos seus salários, de sua massa salarial, é inferior, por definição, ao valor total gerado pela venda da produção.

Este fato independe da existência de novos produtos ou de produtos melhores; ele decorre, de um lado, da apropriação pelos capitalistas de uma parte da receita obtida com a venda dos produtos e, de outro, da pressão que mantém baixos os salários – definidos pela oferta e demanda no mercado de trabalho e não pela produtividade – que tendem a ser apenas suficientes para a reprodução da mão de obra, em níveis socialmente definidos pela luta política e cujo símbolo é o salário mínimo.

A crise somente não se instala, isto é, a superprodução e o desemprego não ocorrem, na medida em que os capitalistas prosseguem investindo sua parte, seus lucros, a parte de sua receita monetária que não consomem.

O sistema de crédito além de permitir aos trabalhadores consumirem mais do que recebem como salário no curto prazo, financia parte dos investimentos dos capitalistas. O sistema de crédito adia a explosão da grande crise de superprodução (não as crises menores endêmicas, que ocorrem periodi-





camente e geram destruição de valor e desemprego), mas não pode resolver aquele desequilíbrio básico.

Assim, o sistema capitalista está sempre à beira de crises de superprodução, principalmente quando a população não cresce ou cresce lentamente, ou quando o avanço tecnológico não faz surgir novos produtos, como foi no passado o caso das ferrovias, da petroquímica e do automóvel, ou quando não surgem ou não são mais possíveis grandes conflitos militares – ainda que conflitos localizados sejam possíveis, como o caso do Iraque e do Afeganistão – que contribuam para estimular a produção de armas e gerar empregos. O militarismo estimula o investimento em bens de capital e na pesquisa e desenvolvimento tecnológico, e as encomendas militares na economia americana são decisivas para a indústria naval, para a aeronáutica, para a indústria de comunicações. Assim, a emergência de novos mercados e a perspectiva de novos conflitos localizados são fundamentais para adiar a crise. Nos chamados “mercados emergentes” há grandes oportunidades de investimento (isto é, de realização de grandes lucros) devido ao subdesenvolvimento da economia, às deficiências de infraestrutura, à escassez de produção local concorrente, e aos salários mais baixos. Há, nesses mercados estrangeiros, extraordinárias expectativas de lucro capazes de superar as incertezas, o desconhecimento, a aversão a investimentos em mercados distantes e “exóticos”.

Uma das formas de minorar ou de adiar a crise é a taxaço pelo Estado, sempre tenazmente resistida pelos capitalistas, de parte significativa dos lucros e a promoção de sua redistribuição aos trabalhadores através de programas sociais para que estes consumam mais do que recebem com seus salários e da realização de obras de infraestrutura que são, em si mesmas, novas possibilidades de investimento que abrem novos mercados geográficos dentro do próprio país. Todavia, a taxaço e os gastos do Estado que ela torna possíveis são insuficientes para reativar a economia, principalmente quando a renda está se concentrando. Apesar do *New Deal*, de Roosevelt, e do conjunto de todas as despesas civis do Estado americano, mais de 20% dos trabalhadores americanos ainda estavam desempregados em 1938.

A massa de lucros não absorvida pela taxaço do Estado permanece nas mãos dos capitalistas e quando esses não encontram oportunidades de lucros considerados suficientes em investimentos produtivos, dedicam-se à especulação financeira.

Tal especulação constitui apenas a compra e venda de papéis que representam ativos, direitos, ou apostas em variadas situações na expectativa de valorização ou desvalorização dos papéis ou da realização, ou não, de certos eventos. A oscilação de preços é essencial ao capitalismo, pois os papéis so-



mente são comprados se houver expectativa de lucro. Se não houver oscilação de valores, não há como realizar lucros no mercado financeiro.

A complexidade da estrutura dos papéis transacionados no mercado e o cálculo de sua rentabilidade pode ser extrema, mas não retira deles sua natureza essencial que é a aposta na variação do valor de ativos, de direitos e na ocorrência de eventos. George Soros, um dos maiores e mais bem sucedidos especuladores, declarou que “existem tantos (derivativos) e alguns são tão herméticos que o risco envolvido pode não ser adequadamente compreendido até mesmo pelo investidor mais experimentado e eu, supostamente, sou um deles”.

Quando os capitalistas não identificam investimentos (gastos) que consideram lucrativos (mesmo no setor financeiro) preferem manter seus ativos líquidos, aplicados em ouro, em moeda, em títulos do Estado. A não realização pelos capitalistas de gastos em novos investimentos produtivos leva à redução da demanda por bens de capital, por insumos e mão de obra.

Esta redução de demanda faz com que os estoques de bens se acumulem e haja redução da produção. O desemprego no setor da produção de bens de capital reduz a receita recebida pelos trabalhadores deste setor e sua demanda por bens de consumo. Assim, a redução de demanda se propaga do setor de bens de capital e de insumos para o setor de consumo e produção de bens de consumo. E a redução de demanda por bens de consumo diminui as expectativas de investimentos lucrativos (inclusive no setor de produção de bens de consumo) e provoca nova queda de demanda no setor de bens de capital. Os estoques de bens se acumulam e leva à queda de preços, à deflação e ao aumento da capacidade ociosa das instalações de produção.

A tendência estrutural do capitalismo nos países altamente desenvolvidos é a estagnação devido à escassez de novas oportunidades de investimentos e de grandes inovações, à maturidade da infraestrutura, ao baixo crescimento demográfico, à “dificuldade” de novos grandes conflitos. Porém, há novos mercados como a China e outros mercados de grande população como a Índia, onde os baixos salários, a tributação atraente, a legislação ambiental leniente e os incentivos ao capital fazem brilhar expectativas de lucros extraordinários.

A economia americana devido à escassez de investimentos torna-se cada vez mais dependente do consumo para crescer. Com a baixa taxa de poupança e com a participação decrescente dos trabalhadores no total da renda, era indispensável expandir o crédito. E o crédito dirigia-se ao setor financeiro e à especulação.

Causas conjunturais da crise

A causa conjuntural de uma crise pode ser o esgotamento ou a desaceleração de ondas de inovação (e de seus efeitos sobre a demanda, o mercado



e as expectativas de lucro) que assim reduz as oportunidades e as expectativas de investimento lucrativo (e especulativo) ou o esgotamento de tentativas de, através do crédito, ampliar a demanda da massa de consumidores para além de sua capacidade presente de pagamento.

As atividades de especulação entre capitalistas, isto é, a compra e venda de papéis, não leva necessariamente a crise, mas sim a transferências de capital que decorrem dos resultados das “apostas” que fazem em papéis ou em moedas ou em ativos fixos, como imóveis. Em 1975, 19 milhões de ações eram negociadas diariamente na Bolsa de Nova York. Em 1985, este volume chegou a 109 milhões de ações, e, em 2006, às vésperas da crise, atingiu 1,6 bilhão de ações por dia, com um valor de 60 bilhões de dólares. As transações nos mercados cambiais, que eram de 18 bilhões de dólares por dia em 1977, passaram a 1,8 trilhão de dólares por dia.

A crise atual originou-se no setor financeiro dos Estados Unidos, profundamente desregulamentado e globalizado. Fatores importantes para a propagação geográfica da crise foram o processo de globalização, que integrou os sistemas financeiros dos países altamente desenvolvidos e as políticas de liberalização que desregulamentaram o setor. A extensa desregulamentação do setor financeiro permitiu a emergência e a existência de instituições financeiras não sujeitas a qualquer legislação e controle, os chamados *hedge funds*, controlados por grandes bancos, que tinham ativos no valor de 1,2 trilhão de dólares, em 2006, e eram responsáveis por metade das transações diárias nos EUA. A desregulamentação do setor financeiro nos EUA fez com que no início da crise, em 2007, somente 25% dos empréstimos ocorressem em setores regulados quando 20 anos antes este índice era de 80%.

A especulação financeira que levou à crise de 2008 teve sua origem no setor imobiliário americano. O valor das hipotecas atingiu nove trilhões de dólares em 2005, 69% do produto doméstico bruto dos Estados Unidos e as operações fraudulentas de corretoras, bancos, fundos de investimento, agências de *rating* e auditoras eram facilitadas pela expansão do crédito. O financiamento de hipotecas *subprime* (ou seja, de alto risco) cresceu de 141 bilhões em 2001 para 625 bilhões de dólares em 2005, o que correspondia a mais de 20% do total das hipotecas. Os *Credit Default Swap* (CDS), uma forma de contrato de seguro, tornaram-se um dos mais importantes instrumentos financeiros, passando de um trilhão em 2001 para 45 trilhões de dólares em 2007. Os principais clientes das agências de *rating* eram os grandes bancos e como os *Collateralized Debt Obligations* (CDO) eram muito negociados, as agências classificavam os títulos de forma exagerada para “agradar” os bancos. Dos títulos nos CDO, 80% eram baseados em hipote-



cas, cerca de 70% estavam abaixo do *rating* máximo e metade pelo menos eram *subprime*.

A crise atual de crédito originou-se na política de expansão monetária iniciada por Alan Greenspan, presidente do *Federal Reserve Bank* (FED) para enfrentar pequenas crises. As seguidas operações de expansão do crédito de forma cada vez mais excessiva por parte do FED e a criação de instrumentos de crédito para segmentos cada vez mais amplos e mais pobres da população, tendo como garantia seus ativos, em especial imobiliários, mas também automóveis, e sua utilização na criação de derivativos estão na base da crise.

Por outro lado, os altos níveis de consumo nos EUA tornaram-se possíveis graças ao acúmulo de reservas nos Bancos Centrais e nos Fundos Soberanos de terceiros países sob a forma de títulos do Tesouro americano. Em 2007, as reservas em poder dos Fundos Soberanos atingiam 7,6 trilhões de dólares, 15% do produto bruto mundial e mais de 60% da poupança global. A maior parte dos dólares em poder de estrangeiros encontrava-se na China, no Japão e nos países exportadores de petróleo.

Os bancos criaram títulos denominados derivativos e o valor total dos derivativos era dez vezes maior do que o produto bruto mundial em 2005 e sua base principal eram de hipotecas *subprime*, isto é, feitas a indivíduos que, no extremo, eram chamados de *ninja* (*no income, no jobs, no assets*). Os bancos, inclusive através dos *hedge funds*, venderam esses derivativos a investidores individuais ou coletivos (fundos de pensão etc.). Os *hedge funds* são veículos de investimento não regulamentados e não supervisionados que atendem a instituições e a capitalistas e prometem extraordinários retornos. As agências de *rating* avaliavam esses derivativos por valor muito acima do real, o que permitia grande intensidade de transações. As empresas de auditoria, de fato vinculadas a bancos, auditavam de forma altamente positiva esses bancos e suas carteiras de papéis, o que permitia sua aquisição pelos fundos de pensão.

A remuneração dos executivos das instituições financeiras (formais ou paralelas) dependia do número de transações que realizavam, e este do volume de negócios que, por sua vez, dependia da avaliação dos títulos.

Nos anos 2000, as remunerações de banqueiros e de administradores de *hedge funds* chegavam a ser, comumente, de centenas de milhões de dólares por ano. Enquanto isto ocorria, a concentração de riqueza avançava. Entre 1980 e 2006, o decil superior da população nos Estados Unidos aumentou sua participação na renda nacional americana de 35% para 49%. Porém, os 1% do 1% superior aumentou sua participação para 3,9% de toda a renda. Esses 15 mil contribuintes declaravam uma renda média anual de 30 milhões de dólares em 2006.



Em 2001, o 1% mais rico da população americana detinha 1,9 trilhão de dólares em ações e títulos, o mesmo que os restantes 99% da população; em setembro de 2006, os 60 americanos mais ricos possuíam 630 bilhões, com um aumento de 10% sobre 2005.

A expansão da dívida e a especulação permitiram extrair cada vez mais recursos da população, dos trabalhadores e da classe média baixa através de expedientes como a expansão do crédito para o público e a empresas; empréstimos para pessoas de baixa renda em condições muito desfavoráveis; e o aumento da dívida das empresas, o que forçava demissões. Esta situação viria a explodir a partir da inadimplência das hipotecas *subprime* que levou ao colapso do valor dos derivativos e, por sua vez, à fragilização dos bancos, das corretoras e dos fundos que detinham esses títulos em suas carteiras.

A crise no setor financeiro veio também a afetar o setor real da economia devido ao fenômeno de “financeirização”, ou seja, de envolvimento das empresas produtivas com o setor financeiro através da compra de derivativos. Outro fenômeno importante foi a “matematização” das operações financeiras, através da construção de modelos altamente complexos para “estruturar” os títulos derivativos e para realizar operações de decisão de investimentos, que tendem a ser totalmente inadequados em situações de “stress”.

Os governos continuam não tendo como conhecer a situação de cada banco em termos de volume de ativos tóxicos em suas carteiras, isto é, de derivativos de difícil cálculo de valor e sem mercado, o que afeta todo o sistema interbancário e também a confiança dos capitalistas em aplicar seu capital através dos bancos, ou de tomar empréstimos junto a eles para investimentos produtivos.

As corretoras de valores e os fundos que compram e vendem ativos para os capitalistas, assim como para as demais instituições financeiras, ficaram desmoralizados com a crise devido a seu envolvimento fraudulento em operações de mercado.

Na economia moderna, o sistema financeiro é essencial para financiar os novos investimentos das empresas e investir a poupança dos capitalistas (e a poupança dos pequenos poupadores). A fragilização econômica e a perda da credibilidade das instituições financeiras afeta gravemente o funcionamento da economia.

A crise financeira que se originou nos Estados Unidos, em Wall Street, o reduto dos 1% mais ricos da população americana, se estendeu a Estados europeus que contraíram, às vezes por meio de operações fraudulentas, empréstimos acima de sua capacidade de endividamento ou acima das (previsíveis) possibilidades de pagamento em caso de ocorrência de uma crise. Os megabancos multinacionais emprestaram aos Estados sem maior preocupação com



sua capacidade futura de pagamento confiante de que, em última instância, os próprios Estados iriam honrar os compromissos com recursos obtidos junto a organismos internacionais tais como o FMI, em uma situação denominada *moral hazard*.

Assim, há Estados europeus que, antes da eclosão da crise, tinham plena capacidade fiscal para saldar seus compromissos, mas que com a diminuição da atividade econômica, em decorrência da diminuição da demanda externa por suas exportações ou de redução do ingresso de turistas, foram vitimados pela redução da arrecadação de impostos e pelo aumento dos gastos sociais com seguro desemprego etc., o que os deixou em situação de crise fiscal cada vez mais profunda, sem recursos para pagar os empréstimos contraídos junto aos megabancos – muitas vezes estrangeiros.

Os Estados ficaram subitamente inadimplentes e com crescentes dificuldades para obter recursos no mercado para enfrentar seus compromissos; ademais de estarem presos pelos compromissos, assumidos em tratado, quanto aos níveis de déficit orçamentário e de endividamento público. Ficaram sujeitos assim à intervenção da chamada “troika” (Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia) para obter recursos para enfrentar seus compromissos e às condicionalidades impostas pela troika em termos de política econômica, que têm efeitos recessivos e agravam a crise.

A estratégia, de natureza pró-cíclica, adotada pela União Europeia considera que o equilíbrio fiscal através da redução dos gastos do Estado e do aumento dos impostos, assim como a redução dos salários, levará à melhoria das perspectivas de lucro e, assim eventualmente, à retomada dos investimentos pelas empresas.

Assim, configura-se uma situação de elevado desemprego e de falência principalmente de pequenas e médias empresas, considerando que as megasempresas sempre têm a possibilidade de investir em mercados em expansão no exterior, tais como a China e outros países emergentes.

Nos Estados Unidos, apesar do desequilíbrio fiscal, o governo optou por uma estratégia anticíclica, que procura compensar com investimentos do Estado, inclusive militares, com a redução dos juros e com o aumento de recursos para “salvar” os bancos, estimular seus empréstimos e superar a aversão dos capitalistas e suas instituições em fazer investimentos e assim recuperar os níveis de emprego, de produção e de lucros.

Os juros reais nos países desenvolvidos chegaram a níveis negativos enquanto nos EUA foram injetados trilhões de dólares na economia por meio da compra de títulos aos bancos, o que continua a ocorrer à média de 85 bilhões de dólares por mês.





Os Estados Unidos não intervieram vigorosamente nos bancos e não tiveram capacidade para impor uma regulamentação mais estrita e eficiente ao setor financeiro no que diz respeito à transparência de suas atividades, a limites para alavancagem, à remuneração excessiva de executivos, e a taxa de desemprego permaneceu elevada assim como continua baixa e irregular a taxa de crescimento da economia.

A atual crise nas economias capitalistas tradicionais altamente desenvolvidas tem difícil solução em médio prazo.

Na última grande crise, que foi a Grande Depressão de 1929, a maior parte das atividades das grandes empresas de cada país desenvolvido ocorria em nível nacional, tanto do ponto de vista do comércio como dos investimentos, enquanto na periferia colonial havia apenas pequenas empresas e algumas poucas grandes empresas estrangeiras. As megaempresas multinacionais ainda não haviam surgido na economia mundial.

Desta forma, apesar da resistência ideológica e política dos capitalistas (e das classes hegemônicas de que participam em posição de destaque) a qualquer intervenção do Estado na economia, somente após quatro anos de fracasso das políticas liberais executadas pelo governo de Herbert Hoover (1929-1933) e diante da persistência de níveis de desemprego muito elevados, pôde o governo Franklin Roosevelt (1933-1945) obter apoio suficiente para criar e expandir os gastos do Estado em programas de infraestrutura e redistribuir ou transferir recursos para os trabalhadores desempregados através do seguro desemprego e de programas sociais, nas áreas de saúde, educação etc.

A crise de 1929 somente chegaria ao fim na eclosão da Segunda Guerra Mundial com o recrutamento militar da mão de obra, a conversão para fins bélicos da indústria, e a enorme expansão dos gastos militares, pois em 1938 a taxa de desemprego nos Estados Unidos ainda encontrava-se em nível superior ao de 1930.

Hoje, as grandes empresas dos países altamente desenvolvidos são megaempresas multinacionais, com operações produtivas em muitos países. Do ponto de vista de cada megaempresa multinacional, o que importa é o resultado global de suas operações e não o resultado de suas operações nas unidades em seu país de origem.

As políticas desenvolvidas pelo governo chinês, a partir de 1978, permitiram que as megaempresas multinacionais operando na China tivessem lucros que compensassem perdas em seus países de origem e, ao mesmo tempo, levariam às altas taxas de crescimento da economia chinesa.

Por esta razão, as megaempresas multinacionais não exercem hoje pressão sobre os governos de seus países de origem para interferirem diretamente



na economia, cuja regulamentação em qualquer setor temem, mas que seria indispensável para reorganizar o setor financeiro, realizar investimentos públicos e reduzir o desemprego. Aliás, o desemprego elevado, a ameaça de “delocalização” e a política dos governos gera uma pressão que reduz os salários, enfraquece os sindicatos, elimina benefícios sociais e, assim, aumenta a margem de lucros dessas empresas em seus países de origem.

Neste sentido, de um lado, na Europa, as políticas pró-cíclicas de austeridade que visam o equilíbrio fiscal e de resgate dos bancos concentram a renda (o que agrava as causas estruturais da crise), aumentam o desemprego e a instabilidade social e aprofundam a crise sem conseguir a retomada dos investimentos. De outro, nos Estados Unidos, a política de injetar moeda na economia e de redução a quase zero da taxa de juros tampouco tem logrado reativar a economia devido à desconfiança dos capitalistas em investir. A prolongada retração na Europa e o crescimento modesto nos Estados Unidos levará inevitavelmente à redução das exportações e da demanda chinesas por importações, e à mudança de sua estratégia de desenvolvimento, o que viria a afetar as economias periféricas produtoras de matérias-primas, como é o caso do Brasil.

Após a crítica generalizada às políticas neoliberais – em especial à liberalização geral do setor financeiro antes tão louvada –, aos banqueiros, executivos, investidores, instituições que provocaram a crise e dela se beneficiaram e aos governos que as promoveram, a reação dos movimentos em muitos países de desempregados, trabalhadores e atingidos pela crise, houve certa recuperação ideológica do neoliberalismo, divulgada pela grande mídia internacional e a brasileira, procurando afirmação, novamente, como a única estratégia econômica capaz de superar a crise e promover o desenvolvimento na periferia.

No caso da periferia é compreensível, na medida em que o neoliberalismo defende acirradamente a abertura dos mercados periféricos aos investimentos e às exportações dos países altamente industrializados, tudo apresentado de uma forma geral e benéfica para a humanidade e a economia mundial.

A crise econômica e as políticas adotadas nos Estados Unidos e na Europa para enfrentá-la têm efeitos contraditórios sobre o Brasil. Em primeiro lugar, elas criam uma abundância de capital financeiro no mercado que chega ao Brasil em busca de investimentos lucrativos e pressiona permanentemente pela revisão e pela flexibilização dos marcos regulatórios e das políticas de estratégia econômica de desenvolvimento de um governo progressista.

Tal ingresso de capital estrangeiro tem resultado principalmente na aquisição de empresas nacionais, inclusive e cada vez mais no setor de serviços, sem nenhuma restrição ou disciplina, o que significa a criação de fontes per-





manentes de saída de recursos em moeda forte, ou seja, em dólares ou euros, para importar bens (como é o caso da saúde) ou para remeter lucros.

A escassez relativa e permanente de recursos do Estado para investimento, devido à sua incapacidade de combater a evasão fiscal; a dificuldade de cobrar a dívida ativa da União, que atinge mais de 500 bilhões de reais; a dificuldade política de aumentar a carga tributária e torná-la menos regressiva; e o insucesso das políticas de estímulo à ampliação da capacidade instalada das empresas, inclusive estrangeiras, através da desoneração de impostos, fazem com que a política de atração irrestrita do capital estrangeiro seja vista como uma “porta de saída” para a dificuldade de retomada do crescimento, sem falar do desenvolvimento.

Em segundo lugar, a abundância no ingresso de divisas decorre da política americana de *quantitative easing*, isto é, de emissão de dólares, que faz com que o dólar se deprecie e o real se valorize, o que favorece as importações e dificulta as exportações. A facilidade de importar bens já de preço baixo ou que se beneficiam de programas de estímulo às exportações, como é o caso dos americanos, e a dificuldade de exportar para mercados em crise, leva ao déficit comercial brasileiro.

A compensação do déficit comercial pela expansão do ingresso de capitais é ilusória, pois tal ingresso gera fontes futuras de saída, sem que contribua para a geração de divisas futuras e presume um fluxo permanente de ingressos superior à saída.

Os governos dos Estados capitalistas altamente desenvolvidos diante do relativo fracasso de suas políticas anticíclicas, no caso do Estados Unidos, ou pró-cíclicas, no caso da União Europeia, em recuperar os níveis de investimento em suas economias nacionais passaram a adotar políticas vigorosas de estímulo à exportação, tendo o governo americano anunciado sua meta de dobrar suas exportações em cinco anos, ao mesmo tempo em que multiplicava medidas protecionistas em defesa de seus níveis internos de emprego. Ora, as exportações desses países para o Brasil são compostas principalmente por produtos industriais. O Brasil viu assim o seu tradicional superávit com os Estados Unidos transformar-se em déficit, tendo o mesmo ocorrido em seu comércio com os países europeus.

Um comentário final: a crise poderá vir, ao contrário do que muitos profetizaram, fortalecer a União Europeia ao forçar, com o sofrimento de trabalhadores e dos Estados periféricos, mediterrâneos e latinos, da União Europeia, a unificação das políticas tributárias e orçamentárias, e assim fortalecer o poder e comando supranacional da Comissão Europeia, sob a liderança ou hegemonia da Alemanha.



NOTAS ESPARSAS SOBRE A CHINA, A NOVA FRONTEIRA DO CAPITALISMO

Deixem a China dormir, porque, quando ela acordar, o mundo inteiro tremerá!
Napoleão Bonaparte, 1817

O futuro é brilhante, mas o caminho é tortuoso.
Mao Zedong, 1966

... realizar a transformação de Made in China por Created by China.
Hu Jintao, 2011

94

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a emergência da China é o mais importante fenômeno contemporâneo do sistema econômico e político mundial. Assim, é importante refletir sobre o processo que transformou a China de uma república popular comunista, até radical na linha de combate ao imperialismo capitalista, em um país de peculiar regime político comunista e de economia crescentemente capitalista, integrada ao sistema econômico internacional.

Antes, é importante considerar algumas das características geopolíticas da China; com 9,5 milhões de km² e 1,4 bilhão de habitantes, ela é o maior país do mundo. Ela foi o maior país do mundo em termos de PIB até 1820, quando iniciou o seu contato com as grandes potências e o seu declínio, que se encerrou em 1949, com a vitória da Revolução Comunista.

No início do século XIX, o PIB chinês correspondia a um terço do PIB mundial e em 1950 tinha se reduzido a 5% deste PIB. A China tem 22.100 km de fronteiras terrestres com 14 países sendo, depois da Rússia, o país no mundo com o maior número de vizinhos. Quatro dos seus vizinhos são potências nucleares: a Rússia, a Índia, o Paquistão e a Coreia do Norte. A fronteira sino-russa é de 4.300 km, uma das mais extensas do mundo e foco de tensões militares entre os dois países durante longo período. A fronteira sino-indiana é de 3.380 km e foi objeto de disputa em certos trechos que levaram, em duas ocasiões, a guerras entre os dois países e ainda ocorrem escaramuças entre as forças armadas dos dois países na região.

O litoral da China atinge 14.500 km, em frente aos Mares Amarelo, da China e do sul da China, onde se encontram diversos Estados importantes, tais como as duas Coreias, o Japão, as Filipinas, a Indonésia e o Vietnã, e a ilha de Formosa, entre os quais há disputas de fronteiras de zonas econômicas exclusivas e de territórios. Dois terços do território chinês consistem de desertos ou regiões de grande altitude, onde se encontra a cadeia do Himalaia.



A população chinesa se concentra, por estas razões, na região nordeste e na costa leste e sul, em torno dos grandes rios que atravessam seu território de oeste para leste. Só recentemente a participação da população urbana chinesa superou a população rural. A densidade demográfica média do país é de 136 hab./km², porém a densidade regional é extremamente elevada no leste e no sudeste. Apesar de existirem na China 56 etnias, 92% é da etnia Han.

O solo chinês, em especial nas regiões banhadas pelos grandes rios Yang-Tse e Amarelo, é fértil e a China é grande produtora agrícola e pecuária. Ela tem 9% da terra arável mundial e 21% da população mundial, e a renda de sua população tem crescido continuamente e, portanto, sua demanda por alimentos.

Em termos de terra arável *per capita*, a China tem um terço da média mundial e seus recursos de água doce *per capita* são um quarto da média mundial. Tais recursos estão sendo crescentemente afetados pela degradação dos solos e a contaminação dos aquíferos das principais bacias hidrográficas prejudicando, assim, a produtividade e a produção agrícola chinesa. O volume de recursos minerais (verificados) chineses corresponde a um terço dos recursos minerais mundiais.

A integridade territorial é um ponto fundamental para a China em decorrência de períodos em sua história em que ocorreu a fragmentação do país em distintos reinos em luta; aos tratados desiguais, que instituem a extraterritorialidade, com as grandes potências no período de 1830 a 1910; e da ocupação japonesa de parte importante do território chinês entre 1929 e 1945.

A reintegração de Taiwan – onde refugiaram tropas de Chiang Kai-shek, em 1949 –, ao território da China é, portanto, um ponto essencial e sensível da política exterior chinesa; sua Constituição afirma que “Taiwan é parte do território sagrado da China”.

Em 1949, com a ascensão do Partido Comunista ao poder, pela primeira vez em sua história moderna, a China continental encontrou-se unificada por um governo central efetivo.

O período maoista (1949-1976) foi importante para desenvolver a infraestrutura industrial e tecnológica necessária para que a China pudesse transformar-se em importante ator da economia mundial.

A taxa média de crescimento do PIB chinês entre 1950 e 1976 atingiu 4,7 % ao ano, igual ou superior às taxas verificadas nas demais regiões do mundo. Mais importante do que o crescimento econômico elevado, foi o sucesso do regime maoista em construir o estoque de capital, a capacidade técnica e a infraestrutura que permitiria a extraordinária “performance” econômica chinesa a partir de 1979.



A expectativa de vida para os que nascem neste país aumentou de 30,6 anos para 70,3 anos entre 1960 e 2000, um indicador que sintetiza a melhoria das condições de vida e da capacidade de trabalho da população chinesa. A taxa de analfabetismo na China reduziu-se de 47,1 % em 1970 para 9,1 % em 2000, um indicador importante da melhoria da capacidade técnica da população.

O Grande Salto para Frente, tentativa radical de promoção do desenvolvimento industrial e agrícola chinês, iniciou-se em 1958 e os responsáveis pela sua execução foram Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, igualmente responsáveis, na época, pela propaganda do Partido Comunista.

A industrialização requeria conhecimentos técnicos que estavam concentrados em um pequeno grupo de intelectuais e de peritos, tipicamente, originários de famílias que, antes da Revolução Comunista, eram capitalistas e grandes proprietários rurais. Quando o Partido Comunista Chinês (PCC) atingiu o poder, ele atraiu pessoas que viram a filiação partidária como um caminho para alcançar o poder e obter privilégios materiais.

Em 1957, os trabalhadores e camponeses eram menos numerosos no PCC do que os “intelectuais”. Ao final dos anos 50, o PCC tinha evoluído de um partido revolucionário para um partido que incluía muitos carreiristas preocupados com poder pessoal e enriquecimento. Quando estes alcançaram a maioria das elites, conseguiram consolidar seus privilégios e poder, surgindo uma nova classe de burocratas, tecnocratas e capitalistas privilegiados.

Neste contexto, a liderança do PCC se dividiu gradualmente em dois grupos. O primeiro, liderado por Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, afirmava que a principal contradição na China não era entre classes sociais, mas entre um sistema socialista avançado e forças sociais produtivas atrasadas e que, por esta razão, o PCC não deveria focar sua ação na luta de classes mas, sim, em promover o desenvolvimento econômico.

Com o fracasso do Grande Salto para Frente (1957-1960) em fazer “avançar as forças produtivas”, Liu Shaoqi e Deng Xiaoping abandonaram sua estratégia ultrasquerdista e adotaram uma posição pragmática.

Contra a facção revisionista liderada por Liu e Deng, Mao Zedong argumentava que havia uma disputa entre o “caminho socialista” e o “caminho capitalista”, e que havia o perigo de uma restauração capitalista na China.

Depois de fracassarem várias de suas tentativas de revolucionar por dentro o PCC, Mao apelou diretamente para os trabalhadores, camponeses e estudantes para que se rebelassem contra os “capitalistas” que controlavam o PCC.

A Revolução Cultural despertou grande oposição dentro das forças armadas, da burocracia, da tecnocracia e dos intelectuais, gerando um período de grande turbulência social.



Com a morte de Mao, em setembro de 1976, Hua Guofeng, o novo Secretário Geral do Partido, prendeu os líderes maoistas radicais, com o apoio dos “velhos quadros” e de Deng Xiaoping, que, de fato, controlava o sistema político chinês e que por ter chefiado uma grande parte do Exército durante a Revolução, tornou-se o líder de maior influência nas forças armadas chinesas.

Em 1979, Deng Xiaoping iniciou a reforma econômica, com a criação da primeira Zona Econômica Especial (ZEE), aberta ao capital estrangeiro, em Shenzhen, uma vila de 30 mil habitantes e que hoje abriga algumas das maiores empresas do mundo, próxima de Hong Kong.

O ressentimento dos “intelectuais” contra a Revolução, em especial contra a Revolução Cultural era forte e seu desprezo pelos trabalhadores e camponeses não era, muitas vezes, sequer dissimulado.

Os “intelectuais” favoreciam as relações de mercado na expectativa de obter maiores privilégios materiais e maiores salários, trabalhando para empresas multinacionais. Muitos deles clamavam abertamente por uma política de ampla privatização e pela adoção de um sistema capitalista de livre mercado.

Após a disputa entre as três correntes em que se dividia o PCC, a de Zhao Ziyang, chamados “reformistas radicais”, a favor da liberalização total e ampla privatização através de uma “terapia de choque”; a ala esquerda, chamada de conservadores pela imprensa ocidental, liderada por Chen Yun, veterano líder comunista; e a de Deng Xiaoping, que, apesar de formalmente aposentado, detinha a posição vital de presidente do Comitê Central Militar.

Após a rebelião de estudantes, na primavera de 1989, que culminou com o episódio da Praça da Paz Celestial e com a repressão do Exército, os intelectuais derrotados e as elites políticas e burocráticas dominantes construíram uma aliança a favor da “reforma e abertura”.

Em janeiro de 1992, tendo assegurado o apoio do Exército para uma política de “reforma e abertura”, Deng Xiaoping fez uma histórica viagem ao sul da China em que clamou pela transformação do país em direção a uma “economia socialista de mercado”.

O XIV Congresso do Partido Comunista confirmou o objetivo de uma economia socialista de mercado e pela primeira vez assumiu o compromisso de uma reforma dos direitos de propriedade, legitimando a privatização das empresas estatais e das cooperativas coletivas.

Dezenas de milhões de trabalhadores urbanos foram demitidos e os que retiveram seus empregos foram privados dos seus direitos socialistas tradicionais, tais como estabilidade no emprego, seguro médico e aposentadoria garantida.

O desmantelamento da economia rural coletiva e dos serviços públicos rurais de saúde e educação forçou centenas de milhões de camponeses a irem



para as cidades onde se tornaram trabalhadores migrantes, isto é, uma enorme força de trabalho à disposição das empresas multinacionais e dos capitalistas chineses pelos menores salários possíveis e as piores condições de trabalho.

Em 1991, Jiang Ziem, Secretário Geral do PCC, anunciou em discurso a teoria dos “três representantes”: o Partido Comunista deveria representar as forças produtivas mais avançadas, as forças culturais mais avançadas e as mais amplas camadas da população, o que permitiu o ingresso de capitalistas no Partido, seja através de “recrutamento”, seja por vontade própria. Na prática isto significava a rejeição oficial da teoria leninista do Partido Comunista como a vanguarda do proletariado (na luta contra a burguesia). O “pensamento importante” dos “três representantes” está incorporado à Constituição chinesa como um princípio que permite guiar a China rumo ao “socialismo com características chinesas”.

A abertura gradual de zonas econômicas, dentro de uma política de importações e exportações livres e de regulamentação das atividades das empresas multinacionais, estimulou um fluxo permanente de ingresso maciço de capital estrangeiro que contribuiu para um enorme *boom* das exportações.

A extraordinária e regular migração de capital (e tecnologia) dos países altamente desenvolvidos para a China comunista decorreu de uma combinação de baixos custos ambientais, de mão de obra e tributários; um conjunto de circunstâncias que, garantida a estabilidade política, permitia e permite expectativas de lucro elevado. A região do delta do Rio das Pérolas, na Província de Guangdong, concentra 30% dos investimentos estrangeiros e exportações e 10% do PIB, entre Cantão, Shenzhen e Zhuhai, as duas zonas econômicas especiais ao lado de Hong Kong e de Macau.

A participação da China, em termos percentuais, no total dos fluxos internacionais de investimento direto estrangeiro cresceu de 0,11% em 1980, quando se iniciam as reformas “liberalizantes” na China, até atingir 8,5% em 2010.

A estratégia chinesa em relação ao capital estrangeiro tinha como objetivo fortalecer suas indústrias nacionais e expandir seu conhecimento tecnológico; assim, a China impôs condições ao investimento estrangeiro tais como a obrigação de se associarem (*joint ventures*) a empresas chinesas e de realizarem pesquisa tecnológica no país. O capital estrangeiro foi dirigido para ampliar a capacidade instalada na China enquanto que em outros países ele se destinou à compra de empresas locais. Para as empresas estrangeiras, produzir na China é a única forma de ter acesso ao mercado chinês. Em 2011, elas eram responsáveis por 25% do total da produção industrial para consumo doméstico.

Há sete principais grandes efeitos da emergência econômica da China. O primeiro é que foi ampliado de forma extraordinária o “exército de reserva”



global de força de trabalho barata. Segundo, que as megaempresas puderam reduzir os seus custos salariais de produção realocando suas unidades produtivas, suas fábricas, para a China. Em terceiro lugar, que as empresas nos países altamente industrializados puderam levar seus trabalhadores a aceitar piores condições de trabalho ameaçando transferir suas fábricas (eliminando empregos, portanto) para a China. O quarto efeito foi que as exportações chinesas de produtos manufaturados a preços muito baixos contribuíram para manter baixa a inflação nos países desenvolvidos. Em quinto lugar, à medida que aumentou a parcela da China no PIB global, ela contribuiu para a aceleração do crescimento mundial, no período anterior à crise. Em sexto lugar, a China acumulou grandes reservas de divisas e, ao aplicá-las em títulos americanos, financiou o déficit em conta corrente dos Estados Unidos. Em sétimo lugar, o elevado nível de investimento levou a uma extraordinária demanda por energia e matérias-primas e, portanto, à sustentação de elevados preços internacionais para estas.

Os déficits em conta corrente dos Estados Unidos criavam demanda para o resto do mundo, ajudavam a absorver o excesso de capacidade global de produção e permitiam a muitos países perseguir políticas de crescimento com base nas exportações. Esses déficits permitiam também aos países emergentes acumular grandes reservas monetárias e assim a não temer fugas de capitais e a poder executar políticas expansionistas.

Se for mantido por muito tempo, na China, o elevado nível de investimento, ele gerará um excesso de capacidade instalada de produção maior do que pode absorver a demanda global e maior do que pode ser suportado pela oferta global de matérias-primas, e a China estará ameaçada de uma séria crise econômica.

Para evitar a crise, a economia chinesa terá de ser reorientada para dar maior ênfase à demanda doméstica, ao mercado interno; e o consumo terá de subir até atingir uma parcela maior do PIB chinês, o que deverá levar a uma maciça redistribuição de rendimentos do capital para o trabalho e uma mudança na estrutura social chinesa.

Entre os grandes Estados, a China e a Índia têm as piores dotações de recursos naturais em relação a suas respectivas populações; assim se a China (ou a Índia) almejar o status de poder hegemônico ou mesmo se almejar dar a toda sua população um nível de vida semelhante ao que gozam hoje em média os cidadãos dos países desenvolvidos, ela terá de “explorar” os recursos do resto do mundo, isto é, dos Estados da periferia, em grande escala. Esta estratégia a conduzirá a confrontações e a disputas com os Estados Unidos e com a Europa Ocidental que já agem desta maneira, inclusive no Brasil.



A questão ambiental é um desafio ao crescimento continuado e sustentável da China. Ela é o maior emissor de gases de efeito estufa do planeta, com 22% do total, seguida pelos EUA que emite 18%. Sete das dez cidades mais poluídas do mundo estão na China e a cada ano a poluição do ar causa mais de 300 mil mortes. Os elevados índices de poluição decorrem do fato de que o país depende do carvão para 70% de seu consumo de energia, e o carvão é o combustível fóssil que mais emite gases de efeito estufa.

A China declara seguir uma estratégia de “alto crescimento com baixo carbono” e neste sentido tem realizado um grande esforço para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa através do uso crescente da energia nuclear, sendo que estão em construção 35 novas usinas nucleares, e do desenvolvimento da energia eólica e solar que, todavia, por limitações de natureza técnica, não podem substituir as fontes de energia não renováveis de forma eficiente em termos de custo e de regularidade.

A energia limpa é uma das prioridades do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia 2020, não somente porque a China é o maior emissor, em termos absolutos, de gases de efeito estufa (mas não em emissões *per capita*, em que os primeiros são os Estados Unidos), mas porque ela será uma das maiores indústrias mundiais em 2020, com negócios estimados em mais de um trilhão de dólares.

Em termos de energia solar, é o principal produtor mundial de painéis fotovoltaicos, com quase 60% da produção mundial, voltada principalmente para o mercado internacional de exportações.

A economia chinesa cresceu a uma taxa média anual superior a 10%, enquanto os países desenvolvidos, em conjunto, cresciam a uma taxa média anual inferior a 3%. A participação do setor industrial no PIB chinês era de 40% em 1990 e atingiu 49% em 2009. Diversificou sua produção industrial de forma significativa sendo que a parcela dos setores intensivos em tecnologia no valor adicionado pelo setor manufatureiro atingiu 42% em 2009.

A participação no produto industrial do mundo cresceu de 3% em 1990 até atingir 19,8% em 2010, tornando-se assim a maior nação manufatureira do mundo, seguida pelos Estados Unidos com 19,4%.

Tornou-se o maior país importador e exportador do mundo. Suas exportações representavam quase 4% do total mundial em 2000, e atingiram 11% em 2010; enquanto suas importações, que eram de 3% do total em 2000, chegaram a 9% do total mundial em 2010. De 2010 até hoje, a participação chinesa nos mercados mundiais só fez aumentar.

A relação entre o comércio exterior chinês (importações mais exportações) e o PIB, um indicador de “abertura” da economia, aumentou de forma significativa, passando de 13% em 1980 para 51% em 2010.



A China tem expandido a presença e a ação de suas megaempresas com investimentos em países tanto da periferia subdesenvolvida como altamente desenvolvidos, muitos voltados para garantir o suprimento futuro de matérias-primas.

Em 2012, oito dos nove membros do Comitê Permanente do Bureau Político do Partido Comunista eram formados em engenharia e têm, em consequência, uma visão clara da importância do progresso tecnológico para o desenvolvimento do país e para sua capacidade de competir internacionalmente.

O Plano Nacional para o Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia coloca ênfase na inovação local, ou “inovação com características chinesas”, a ser conduzida principalmente pelas empresas estatais em setores estratégicos.

De outro lado, o acesso ao mercado interno chinês fica mais dependente da transferência de tecnologia pelas empresas multinacionais, que tem a obrigação de localizar parte das atividades de seus programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no território chinês. O objetivo do Plano é elevar as despesas em *Research and Development* (R&D) até atingir 2,5% do PIB em 2020. Para alcançar seus objetivos, a China pretende concentrar esforços em 11 áreas prioritárias, entre elas energia, proteção ambiental, nanociências, biotecnologia, aeronáutica e defesa.

Os salários reais na China têm crescido a taxas superiores a dois dígitos, principalmente após os conflitos trabalhistas antes e depois da redução de crescimento econômico que ocorreu em 2008-2009. Os salários dos trabalhadores urbanos chineses cresceram a uma taxa de 33% nos últimos três anos.

O aumento de custos do trabalho, da terra e de energia tornaram ainda mais necessário o esforço em ciência e tecnologia para sustentar o crescimento e ao mesmo tempo “subir” na escala de valor, isto é, produzir bens mais sofisticados e complexos.

A ciência e a tecnologia já faziam parte do programa das “quatro modernizações” anunciado por Deng Xiaoping quando subiu ao poder em 1979, mas o verdadeiro “salto à frente” em tecnologia somente iniciou-se a partir de 2000.

A percentagem de jovens inscritos em universidades aumentou, entre 2000 e 2008, de 11% para 35%, e o número de graduados cresceu de 1,7 milhão para sete milhões. Dos estudantes, 39% concentram seus estudos na área científica em comparação com 5% nos Estados Unidos. Há 700 mil estudantes graduados por ano em engenharia na China, em comparação com 80 mil graduados por ano nos Estados Unidos. A participação na população ativa de indivíduos com título universitário é de 26%, igual ao percentual que se verifica nos países da zona do euro. Em 2011, o número de estudantes chineses no exterior era de 340 mil, 15 vezes mais do que em 1999.



Entre 2000 e 2010, as despesas com ciência e tecnologia na China passaram de 0,8% para 1,75% do PIB, e o número de pessoas engajadas em pesquisa atingiu 2,8 milhões. A participação da China no total mundial de despesas com ciência e tecnologia atingiu 12%, logo após a Europa com 23% e os Estados Unidos com 34%.

As aplicações para obtenção de patentes pela China mais do que triplicou entre 2006 e 2011, representando 9% do total mundial, depois da Alemanha com 10%, o Japão com 21% e os Estados Unidos com 27%. Em termos de publicação de artigos científicos, a China participa com 20% do total mundial, logo abaixo dos Estados Unidos.

Um aspecto importante do sistema de inovação chinês é que o grosso da pesquisa é realizada pelas empresas, mas principalmente pelas empresas estatais, responsáveis por cerca de 80% das despesas em pesquisa do setor empresarial.

REFLEXÕES SOBRE A AMÉRICA DO SUL E SUA INTEGRAÇÃO

A América do Sul

Existe um paradoxo desafiador na América do sul: um continente extremamente rico em recursos naturais, em energia, em potencial agrícola, em biodiversidade e em água, mas no qual se encontram sociedades que exibem níveis extraordinários de pobreza e de exclusão ao lado riqueza excessiva e ostentatória.

Até hoje, a América do Sul é um arquipélago de sociedades separadas pela geografia e pela herança de políticas coloniais que as isolavam, opunham umas às outras e que as vinculavam exclusivamente a suas metrópoles, Madri e Lisboa, o que afeta os esforços de conferência política e econômica no continente no presente.

A América do Sul é um continente rico em recursos naturais, tanto em seu solo como em seu subsolo, distribuídos de forma desigual entre os países que o integram. As reservas de minérios, as fontes de energia, as terras aráveis, a água e a biodiversidade constituem riqueza aproveitada de forma incompleta e muitas vezes predatória.

Sua exploração não está organizada para atender estruturas produtivas avançadas e grandes mercados internos, mas para suprir a demanda de mercados tradicionais – formados desde os tempos da colônia – que hoje assumem, por vezes, formas quase neocoloniais. Sobre essas riquezas do solo e do subsolo, em um território de 18 milhões de km², vivem e trabalham 400 milhões de sul-americanos, em permanente mestiçagem, a partir de suas origens



africanas, indígenas, europeias e asiáticas, com sua pujante cultura e com sua unidade linguística ibérica.

A intensidade da miscigenação nas sociedades da América do Sul gera rara emergência de manifestações agressivas de racismo e de discriminação, assim como de conflitos de natureza religiosa. Os 400 milhões de sul-americanos encontram-se predominantemente em cidades, em cujas periferias grassam a pobreza, a mortalidade infantil, a violência, as drogas, a desintegração familiar, a subnutrição, o desemprego e o subemprego, as doenças e o analfabetismo. Em contraposição às metrópoles e suas periferias, encontram-se os vazios da Amazônia, dos Andes e da Patagônia, onde populações dispersas têm difícil acesso a bens públicos de toda ordem, tais como hospitais, escolas, esgotos, luz e transporte.

A principal característica das sociedades sul-americanas é o elevadíssimo grau de concentração de renda e de riqueza que nelas predomina. Nos países da América do Sul em que não prevalece a mineração, a agricultura divide-se em quatro grandes setores: a agricultura familiar, muitas vezes de baixa produtividade, orientada principalmente para a subsistência e o mercado interno; a agricultura comercial de grande escala, mecanizada, voltada principalmente para o mercado internacional, e dividida em agricultura tropical e temperada; a pecuária bovina extensiva e a avicultura moderna.

A indústria encontra-se distribuída de forma desigual entre os países da região. Tal fato decorre, em parte, das diferentes dimensões de seus mercados internos e, em parte, da adoção de políticas comerciais neoliberais que dificultaram a emergência e a sustentabilidade de processos nacionais de industrialização, e até os destruíram onde existiam. O baixo nível de consumo *per capita* de energia elétrica na região é importante indicador do baixo nível de industrialização das economias nacionais e do reduzido consumo *per capita* de aparelhos eletrodomésticos.

Uma característica das economias sul-americanas é a pequena densidade e a ineficiência logística e energética dos sistemas de transporte que fazem com que as economias nacionais sejam pouco integradas e a produção e circulação de bens se faça a custos elevados; fatos que, aliados à concentração de renda, contribuem para manter pequeno e pouco dinâmico o mercado interno de cada país e para dificultar a exportação de manufaturados.

Sobre essa infraestrutura econômica e social, e com ela interagindo de forma intensa, há uma superestrutura e uma dinâmica política, em que se entrecrocaram cinco fenômenos: a hegemonia das elites tradicionais, os ressentimentos históricos, a emergência política de movimentos indígenas, a difusa influência americana e a nova presença chinesa.





Até recentemente, ínfimas elites exerciam o controle dos sistemas políticos e econômicos nos países da América do Sul. O elevado grau de concentração de poder político e de controle do Estado garantiu a apropriação por essas elites de grandes parcelas das rendas nacionais.

Na dinâmica política da América do Sul, os ressentimentos históricos entre os Estados têm papel relevante e reemergem diante de divergências do presente, aguçando-as.

A presença americana é fator relevante na vida econômica, política, cultural e social da região. A América Latina e a América do Sul foram sempre consideradas zona de incontestável influência americana, tanto pelos Estados Unidos como pelas grandes potências. Esta é uma convicção arraigada na sociedade, no Estado, na academia e na política americana, desde que o presidente James Monroe enunciou a Doutrina Monroe, em 1823, e os Estados Unidos sempre pretenderam alinhar a América do Sul com suas políticas, primeiro quanto à Santa Aliança, depois em relação à influência inglesa e francesa e, mais tarde, na guerra contra o Eixo. Do ângulo econômico, os Estados Unidos têm como um dos objetivos permanentes de sua política externa criar uma área de livre comércio nas Américas.

Diante das dificuldades e da recusa dos principais países da América do Sul, Brasil e Argentina, em negociar a constituição de uma área de livre comércio nas condições desejadas, os Estados Unidos passaram a expandir sua influência econômica na região por meio de acordos bilaterais de livre comércio, que já celebraram com o Chile, o Peru e a Colômbia. Esses acordos estabelecem limitações às políticas de desenvolvimento e têm, como uma de suas consequências, tornar impossível a formação de uma união aduaneira da América do Sul.

Há uma cada vez mais importante presença econômica, e potencialmente política da China, na região: a presença chinesa é crescente e ocorre principalmente na área do comércio exterior, em que ela se afirma como um dos principais destinos de matérias-primas sul-americanas e como origem de produtos manufaturados de baixo preço.

Em breve, a China deverá se tornar importante investidora na região. A presença comercial, financeira e investidora deste país na América do Sul terá repercussões sobre a influência dos Estados Unidos, política e economicamente, na região.

Um importante fenômeno na cena política sul-americana é a emergência dos povos indígenas, que se concentra nos países andinos e tem especial impacto sobre as políticas de exploração de minérios influenciado a política interna e externa de todos os países da região.





A integração

O desenvolvimento econômico, político e social deve ser o supremo objetivo dos Estados e das sociedades subdesenvolvidas, periféricas, ex-colônias.

O desenvolvimento econômico deve ser entendido como a utilização cada vez mais ampla e eficiente dos recursos naturais, do trabalho e do capital de uma sociedade, que permita alcançar níveis cada vez mais elevados de produção e de consumo e melhor distribuição de riqueza e renda, reduzindo a distância econômica, em termos de renda e nível tecnológico, em relação aos países altamente desenvolvidos, bem como sua vulnerabilidade econômica externa. O desenvolvimento econômico é um conceito distinto de crescimento econômico, que significa o mero aumento do PIB sem transformação estrutural da economia.

O desenvolvimento político significa a transformação de sociedades oligárquicas e plutocráticas, como são em geral as sociedades ex-colônias, através da participação cada vez mais ampla, intensa e cotidiana dos cidadãos na elaboração de leis e normas, na execução de programas de governo e na atividade política, em geral, em uma sociedade. Na esfera internacional, significa a redução de sua vulnerabilidade externa a pressões de toda ordem e a ampliação da capacidade de dissuadir eventual ameaça de agressão armada.

Para ocorrer o desenvolvimento social é necessário verificar uma redução sustentada e célere das disparidades de renda, de propriedade, de poder e de acesso entre a minoria que concentra o poder econômico e político e controla o Estado, e a maioria da população, em diferentes graus de exclusão, na sociedade periférica.

Os esquemas de integração entre países periféricos, subdesenvolvidos e ex-colônias devem ser instrumentos de seu desenvolvimento econômico, político e social. Se nesses esquemas de integração isto não ocorrer, ou se ocorrer para certos Estados e não para outros, se a integração não contribuir de forma equilibrada para a realização destes objetivos, ela não faz sentido e se transforma assim em uma mera figura de retórica.

A integração comercial, econômica e política da América do Sul e da América Latina tem sido um objetivo estratégico, ainda que muitas vezes utópico e retórico, a que se contrapôs a ideia do pan-americanismo e da integração continental.

Muitas foram as iniciativas de integração. Em 1960, foi criada a Associação Latino Americana de Livre Comércio (Alalc) que, em 1980, foi transformada em Associação Latino Americana de Integração (Aladi). A Comunidade Andina (CAN) foi criada em 1968, e o Mercado Comum Centro Americano (MCCA) em 1960. Mais tarde, em 1985, após a redemocratização na Argen-



tina e no Brasil, iniciou-se o processo que levaria à criação do Mercosul, em 1991. De outro lado, foram de importância pioneira as reuniões de Presidentes sul-americanos que levaria mais tarde à criação da Unasur.

A esses esforços de integração no âmbito latino americano, vieram se contrapor, iniciativas de integração continental. Na I Cúpula das Américas, em 1994, os Estados Unidos propuseram a negociação de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) que incluiria a livre circulação de bens; a liberalização dos serviços; a livre circulação de capitais financeiros e de investimentos diretos; a adoção de regras comuns sobre propriedade intelectual, mas que não previa o livre comércio para produtos agrícolas nem a livre circulação de pessoas. A Alca viria a ser sepultada na reunião de Mar del Plata em 2005, pela ação coordenada da Argentina, Brasil e Venezuela.

Em 2004, a Venezuela lançou a Aliança Bolivariana para a América (Alba), em contraposição à Alca, que se propõe à celebração de acordos de comércio e de cooperação econômica entre os países que a constituem: Venezuela, Cuba, Equador, Bolívia, Dominica, Antígua e Barbuda, Nicarágua, São Vicente e Granadinos.

A integração entre Estados e economias na América do Sul pode ser econômica, política e social. A integração econômica pode ser comercial; de políticas econômicas; financeira; do mercado de trabalho; de infraestrutura; em ciência e tecnologia; e da produção industrial. A integração comercial se verifica pela eliminação dos obstáculos à livre circulação de bens e serviços, ou seja, da eliminação dos obstáculos tarifários e não tarifários à circulação (importação e exportação de bens), enquanto pode ou não ocorrer a uniformização da legislação referente a serviços para permitir e facilitar o livre acesso das empresas fornecedoras aos mercados que se integram.

Há vários esquemas de integração comercial, mas aqui interessa a união aduaneira, que é o caso do Mercosul. Na união aduaneira, além da eliminação das barreiras ao comércio entre os Estados membros, se estabelece e se administra uma tarifa externa comum, que apresenta desafios tanto maiores quanto maiores forem as assimetrias econômicas entre os Estados que participam da união.

Devido à tarifa externa comum na união aduaneira, os Estados somente podem negociar e celebrar acordos tarifários em conjunto. A integração comercial de países de dimensão econômica em extremo assimétrica beneficia os países de maior dimensão, acentua os desequilíbrios e dificulta o desenvolvimento econômico daqueles de menor dimensão.

As análises econômicas, ao comparar a evolução do comércio exterior a partir dos Estados, esquecem que o comércio é feito na prática pelas empresas e que no comércio internacional o papel das megaempresas multinacionais é central.





A integração comercial é, assim, profundamente afetada pela participação de megaempresas multinacionais nas economias dos países periféricos que se integram.

Essas megaempresas multinacionais organizam sua produção, seus investimentos, sua pesquisa tecnológica, seu comércio em escala global. A economia, o comércio e a integração em regiões periféricas são, assim, profundamente influenciados pela ação dessas megaempresas multinacionais em decorrência de seus planos globais de ação, cujo objetivo principal não é promover o desenvolvimento das regiões periféricas, mas sim maximizar seus lucros em escala global.

Nesta situação, de presença marcante das megaempresas multinacionais que planejam seu comércio, não há livre comércio entre as economias periféricas que participam de um processo de integração; portanto, os benefícios esperados da integração em termos de diversificação do comércio e de aumento de produção não se verificam plenamente. A uniformização da miríade de diferentes legislações nacionais sobre serviços para privilegiar as empresas instaladas nos Estados que se integram, é processo complexo e que pouco avançou no âmbito do Mercosul. Os Estados membros retêm sua competência normativa para regular os diferentes serviços, não estabelecem preferências entre si e podem conceder tratamento específico e distinto em relação a terceiros países em geral e na OMC.

A integração das políticas econômicas (fiscal, financeira, de crédito, trabalhista, previdenciária, ambiental, cambial, monetária etc.) dos Estados que se integram deveria acompanhar a integração comercial. Quando isto não ocorre, o comércio entre os Estados membros de um esquema de integração comercial é profundamente afetado e distorcido pelas diferenças entre as legislações econômicas que influem sobre as circunstâncias de produção e de comércio das empresas sediadas nos distintos Estados. Todavia, as diferenças de nível de desenvolvimento, as assimetrias de dimensão e a distinta evolução histórica e social tornam extremamente difícil a uniformização, ainda que gradual, das políticas econômicas dos Estados do Mercosul e mais ainda entre os Estados da América do Sul em geral. A integração financeira entre as economias da região poderia avançar através da constituição gradual de um Fundo de Reservas Sul-Americano, e pelo depósito, no Banco do Sul, de parte das reservas desses países que se encontram investidas em títulos nos países desenvolvidos, contribuindo para o crescimento e a estabilidade de suas economias. A integração dos sistemas de crédito poderia avançar caso fosse concedido o acesso às instituições de crédito de qualquer Estado do Mercosul de parte de qualquer empresa de capital nacional dos Estados membros, satisfeitas as con-





dições de garantia, em igualdade de condições com as empresas locais. A integração do mercado de trabalho entre os Estados do Mercosul avançou alguns passos através do acordo de previdência social e do acordo sobre residência. O primeiro permite aos trabalhadores nacionais dos Estados do Mercosul ter acesso aos benefícios dos sistemas previdenciários dos países onde estiverem trabalhando e acumular seu tempo de trabalho em distintos países para fins de aposentadoria; o segundo permite aos trabalhadores adquirirem a condição de residentes permanentes através de procedimentos simples. A integração da infraestrutura, em especial nas áreas de transporte, energia e comunicações, é essencial para a efetiva integração das economias dos Estados que participam de um esquema de integração. Os mercados de produção, de consumo, de investimentos e de trabalho somente podem se integrar plenamente (e alcançar níveis mais elevados de eficiência) se os sistemas nacionais de transporte, energia e comunicações estiverem integrados com os de seus vizinhos. É notório o reduzido grau de integração dessas infraestruturas em âmbito nacional em cada Estado da América do Sul, assim como é característica da região o pequeno número de interconexões entre os sistemas nacionais, inclusive entre os países do Mercosul. Além das questões políticas, obstáculos geográficos importantes entre os países tornam mais difícil a articulação entre os sistemas nacionais de energia, transporte e comunicações, em especial a Cordilheira Andina e a Floresta Amazônica, a orientação dos sistemas de transporte do interior para o litoral, a baixa densidade demográfica e industrial das regiões do interior do continente. A assimetria de dimensões econômicas entre os países da América do Sul, em especial entre o Brasil e os demais, e as assimetrias de nível de industrialização torna essencial a construção da infraestrutura dos países menores para fortalecer suas economias, permitir sua industrialização e sua participação equitativa no processo de integração regional.

A reduzida carga tributária em vários desses países e suas dificuldades de acesso aos mercados internacionais de capital fazem com que a contribuição do Brasil, que vem sendo dada inclusive através do BNDES e de empresas de engenharia, seja essencial para a construção de suas infraestruturas e a redução de assimetrias. Nesse sentido a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) foi iniciativa importante ao estabelecer um mecanismo de contribuições e benefícios assimétricos, para financiar, a fundo perdido, obras de infraestrutura. A ampliação desse Fundo, hoje de 100 milhões de dólares, é indispensável. A integração na América do Sul na área de ciência e tecnologia seria de fundamental importância para o desenvolvimento dos países da região. As economias sul-americanas apresentam reduzido dinamismo científico (medido pelo número de prêmios Nobel em ciências exatas, de artigos científicos publi-





cados, pela posição na classificação internacional de seus centros de pesquisa e pelo número de cientistas) e tecnológico, medido pelo número anual de patentes solicitadas e pela reduzida exportação de produtos de alta tecnologia. A integração dos programas nacionais de ciência e tecnologia, cada vez mais dispendiosos em termos de equipamentos crescentemente complexos e de formação de pessoal científico, permitiria reduzir os seus custos e aumentar sua eficiência. A criação de um programa semelhante ao Ciência sem Fronteiras no âmbito do Mercosul e a construção de uma rede de cooperação e de apoio financeiro entre os principais institutos de pesquisa da região seriam medidas de grande importância prática. A integração da produção (às vezes chamada de integração produtiva) na América do Sul se refere muito especialmente à integração industrial, já que seria difícil imaginá-la na agricultura ou na mineração. Há três aspectos importantes neste tema. O primeiro se refere às assimetrias de política econômica (crédito, fiscal etc.) entre os distintos Estados da região que dificultam, por razões operacionais, a fragmentação das estruturas produtivas industriais entre as diferentes economias. O segundo aspecto é a presença, em todas as economias da região, de megaempresas multinacionais que planejam e executam suas políticas de produção, de investimento, de exportação/importação e de pesquisa em nível global. O terceiro é a expansão das empresas brasileiras em direção às economias dos países vizinhos. As megaempresas multinacionais têm privilegiado nos últimos anos os investimentos nas áreas de agricultura e mineração para responder à forte demanda chinesa e aos altos preços das matérias-primas. Por outro lado, protegidas pelas normas da OMC, que dificultam e até impedem os Estados nacionais de disciplinar a atividade das megaempresas em termos de utilização de insumos nacionais, de obrigação de pesquisa no território, de diversificação das exportações em termos de produtos e destinos, essas megaempresas têm ampla liberdade de ação na área industrial. Elas têm privilegiado recentemente investimentos em serviços (saúde, educação) onde não acontece (como ocorre no mercado de bens industriais) a acirrada competição chinesa, com importante reflexo sobre o balanço de pagamentos. Assim, somente a “organização” dos mercados permitirá a integração industrial equilibrada e o próprio desenvolvimento industrial, como acontece com o comércio de produtos automotivos no âmbito do Mercosul que permite a diversificação (em vez da concentração) geográfica das unidades de produção e a expansão do comércio industrial entre os países membros. Caso não existisse o acordo automotivo, a possibilidade de ocorrer a concentração geográfica da produção automobilística em favor da economia maior seria muito grande.

A crescente presença das empresas brasileiras nos países da América do Sul, sem a contrapartida da presença de empresas sul-americanas no Brasil,





decorre do grau mais avançado de industrialização deste país e das dimensões relativas das empresas. A expansão das empresas brasileiras pode apresentar grave desafio político, ao ressuscitar acusações de subimperialismo.

A integração política da América do Sul e do Mercosul é tarefa mais complexa e difícil devido às assimetrias demográficas e econômicas entre os Estados da região e às divergências políticas, históricas e atuais que os separam. A integração política para promover o seu desenvolvimento pode se verificar nas áreas parlamentar; do Executivo; legal-judiciária; de defesa e de comunicação. Na área parlamentar seria necessário atribuir competência legislativa ao Parlamento do Mercosul e definir sua competência em relação à dos Parlamentos nacionais, questão em que as assimetrias de toda ordem entre os Estados criam grandes dificuldades. No âmbito dos Executivos, seria de grande importância promover a articulação entre os distintos Ministérios setoriais nacionais para a discussão de seus programas de trabalho e a identificação de projetos de cooperação, fundamental na área de infraestrutura para a integração. Na área legal-judiciária, seria necessário um esforço de aproximação e harmonização dos códigos, no qual a dificuldade não pode ser menosprezada considerando que os códigos refletem a evolução e as percepções de cada sociedade em termos de relações sociais (de família, de propriedade, de criminalidade etc.) e de sistemas econômicos (comercial, financeiro, meio-ambiente etc.). Todavia, este esforço político é imprescindível para permitir o pleno desenvolvimento econômico e social dos países da região. Na área política, seria importante pensar em dois temas, quais sejam a cidadania sul-americana e a articulação política entre os governos.

A possibilidade de extensão dos direitos de cidadania aos sul-americanos residentes em Estados da região varia de acordo com a dimensão das comunidades de imigrantes, com o número de refugiados e com as relações políticas entre os distintos Estados da região. A extensão dos direitos de cidadania poderia se realizar de forma gradual, a partir do nível municipal. A participação de estrangeiros nos processos eleitorais em alguns países da América do Sul é permitida, inclusive com possível eleição para cargos públicos.

A articulação política entre os governos depende do grau de sua identidade ideológica e pode se referir ao campo de ação regional e ao campo internacional. No campo regional, a articulação política entre os distintos Estados se dá principalmente em torno da questão democrática e da resolução de conflitos específicos, mais ou menos agudos, que emergem periodicamente.

A União das Nações Sul-americanas (Unasul) é a iniciativa mais recente de coordenação política entre os países da América do Sul. Seus principais objetivos são a cooperação e a coordenação política. A Unasul demonstrou sua





eficácia por ocasião da crise política da Bolívia, da crise paraguaia, da tentativa de golpe no Equador, no conflito entre Equador e Colômbia. Recentemente, em 2009, a Conferência de Chefes de Estado da América Latina e do Caribe viria a ser a primeira reunião, sem a participação de outros países, dos presidentes latino-americanos, um marco na história da coordenação política da América Latina, onde foi criada a comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe (Celac).

Tanto no Mercosul como na Unasul, os Estados membros se comprometeram, através de compromissos jurídicos (declarações etc.) a condicionar a participação de cada país nesses esquemas à vigência de regimes democráticos.

No caso de conflitos e divergências entre Estados da região, os demais procuram levar os litigantes a encontrar uma solução pacífica a suas controvérsias, para que estas não venham a transcender o quadro regional e a se colocar na OEA ou nas Nações Unidas, onde seu exame e solução sofreriam a influência dos interesses de potências extra-regionais.

No campo internacional, a integração política se pode dar sob a forma de coordenação de atividades, iniciativas e posições nas negociações em foros internacionais, com o objetivo geral de fazer com que nelas e neles venham a prevalecer normas e programas que atendam a seus interesses em sua condição de países subdesenvolvidos, exportadores de matérias-primas, com vulnerabilidade financeira, com escassez de capital etc. e de fortalecer sua posição e participação na governança dos principais organismos internacionais. Ainda no campo internacional, a coordenação entre os Estados da América do Sul deve visar construir posições comuns sobre temas que afetam a paz, a segurança, a autodeterminação e a não intervenção. A defesa intransigente desses dois últimos princípios, violados sistematicamente pelos Estados poderosos, é essencial para a defesa da soberania dos Estados mais fracos militarmente. A integração na área de defesa deve ter seu fundamento na cooperação entre os Ministérios da Defesa e as Forças Armadas dos países sul-americanos, aliás vinculados às Forças Armadas americanas desde a Segunda Guerra Mundial, por meio da aquisição de material militar, do intercâmbio e treinamento de oficiais, da doutrina estratégica e de operações militares conjuntas.

A cooperação militar na região deu um passo de grande importância com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, no âmbito da Unasul. O Conselho de Defesa criou, pela primeira vez, um foro de diálogo entre as autoridades militares sul-americanas, sem a presença de potências extracontinentais. A cooperação e o diálogo no Conselho permitiriam, apesar de eventuais divergências e suspiciões, reduzir as tensões políticas entre certos Estados membros que podem se transformar em tensões militares e redundar em cor-



ridas armamentistas, que podem envolver toda a região, mesmo os países não diretamente envolvidos. As Forças Armadas sul-americanas são tradicionais importadoras de armamentos, em especial dos Estados Unidos, no valor de dezenas de bilhões de dólares anuais, armas, frequentemente, superadas. A cooperação entre as Forças permitirá o desenvolvimento, de preferência conjunto, da indústria de defesa na região, com repercussões importantes para o desenvolvimento tecnológico da indústria civil. A existência de bases militares norte-americanas na América do Sul e de bases inglesas nas Ilhas Malvinas, ocupadas ilegalmente pela Grã-Bretanha, e em outras ilhas no Atlântico, assim como a presença de navios de guerra e de submarinos equipados com armas nucleares afetam a situação estratégica na região e a cooperação entre as autoridades militares da América do Sul.

A questão dos meios de comunicação, de sua democratização e de sua diversificação é central para a política de promoção da integração dos países sul-americanos. A formação do imaginário das elites dirigentes (e das elites em geral) e da população sobre as perspectivas, os benefícios e os desafios da integração regional é essencial para a tomada de decisões dos governos sobre projetos de integração regional em comparação com as propostas de promover a inserção, sem limites, no processo de globalização, organizado e promovido pelas megasempresas multinacionais e pelos Estados onde têm elas as suas sedes.

Uma das mais graves características da América do Sul, talvez a principal, sejam as disparidades sociais alimentadas por mecanismos tradicionais e modernos de concentração de poder econômico e político; sem reduzi-las com firmeza e vigor, será impossível construir uma grande economia regional, regimes democráticos e justos, economias nacionais prósperas e dinâmicas.

A integração em nível social pode contribuir, pela força do intercâmbio de experiências e da cooperação técnica e financeira dos países mais ricos e desenvolvidos a programas de redução das desigualdades e vulnerabilidades sociais nos países menores, para o desenvolvimento econômico, político e social de cada país da região e da região como um todo.

Ao finalizar, é preciso sempre lembrar que na América do Sul ocorre uma disputa política e ideológica entre duas visões do continente e consequentes estratégias de integração. De um lado, a tradicional estratégia norte-americana, com seu objetivo permanente de integrar economicamente as Américas e de incluir definitivamente toda a região em sua área de influência política. Esta estratégia americana se fundamenta nos princípios do neoliberalismo que considera o desenvolvimento econômico (e social) decorrente do livre jogo das forças de mercado e que, para que tal ocorra, é necessário reduzir ao máximo a ação do Estado na economia através de políticas de abertura comercial





e financeira, de desregulamentação da economia, de privatização, de rigoroso equilíbrio fiscal, de redução da carga tributária, de liberdade absoluta para o capital estrangeiro, de rígido controle da inflação, princípios sintetizados no Consenso de Washington e aplicados pelo FMI, bancos internacionais e governos de grandes potências credoras quando da renegociação das dívidas externas e que são defendidos e reiterados até hoje. A estratégia americana de formação de uma economia global sob sua hegemonia se desenvolve em nível mundial, através da OMC; em nível regional através de acordos, como foi a negociação da Alca e o acordo com a América Central, o Cafta, e em nível bilateral os acordos com o países sul-americanos, tais como o Chile, a Colômbia e o Peru. A Aliança do Pacífico é apenas mais uma nova etapa desta estratégia, assim como a *Trans Pacific Partnership* e o anunciado acordo de livre comércio entre União Europeia e Estados Unidos, de difícil concretização, em especial devido às dificuldades na área de agricultura e à crise internacional. Estas iniciativas são difundidas pela mídia regional globalizada no Brasil e nos países do Mercosul como “oportunidades” que não podemos “perder” de nos integrarmos na economia mundial em transformação.

A política americana, executada na América Latina através dos acordos chamados de “livre” comércio, leva em realidade à desindustrialização e à desnacionalização dos países sul-americanos que os celebram, a baixas taxas de crescimento econômico, à dependência tecnológica, ao desequilíbrio nas contas externas e ao agravamento das disparidades sociais, situação hoje disfarçada, em certos de seus aspectos, pela forte demanda chinesa por matérias-primas da região.

De outro lado, a estratégia dos países que integram o Mercosul – em contraposição não explícita à americana – reconhece a necessidade de ação do Estado para reduzir as disparidades sociais, para promover a aceleração do desenvolvimento, para fortalecer o capital nacional, para explorar de forma correta os recursos naturais, para desenvolver a indústria e gerar emprego em um mundo em profunda crise econômica e transformação estrutural, com a emergência da China. A Alba – notável iniciativa venezuelana, assim como o Banco do Sul e a Telesur – é um esquema de cooperação econômica entre os países que dela participam, sem maiores objetivos no campo de integração econômica comercial. E é em tudo compatível com o Mercosul.

Finalmente, o objetivo mais urgente e importante da política de integração e de desenvolvimento da América do Sul é acelerar a incorporação da Bolívia, do Equador, da Guiana e do Suriname ao Mercosul, de forma equilibrada e flexível, que garanta seu desenvolvimento nacional. A emergência da China como principal importador de produtos agrícolas e de minerais da região e



como um dos principais exportadores de produtos industriais para cada país da América do Sul, e cada vez mais importante investidor, além do impacto que tem sobre as economias nacionais sul americanas em termos de alocação de recursos para investimento no setor primário, de controle de inflação, de estímulo às importações e desestímulo às exportações de bens industriais, tem profunda influência sobre o processo de integração regional sul-americana e do Mercosul. Quanto mais se especializarem os países na produção de bens primários para atender à forte demanda chinesa (que deve permanecer por muito tempo), quanto menor for a oferta exportável de bens industriais, devido à desindustrialização, quanto maior a demanda por bens industriais chineses de baixo custo, menores as possibilidades de intercâmbio comercial entre os países da região e menores os estímulos à integração econômica e política.

Esta “invasão” dos mercados sul-americanos de produtos provenientes da China, mas também dos Estados Unidos e da União Europeia, decorre da política desses países que procuram enfrentar a crise econômica pela expansão de suas exportações e pela emissão de moeda que acarreta sua desvalorização nos mercados cambiais, o que aumenta o estímulo a suas exportações e a redução de importações provenientes dos países sul-americanos.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A política externa tem, como fundamentos permanentes, a situação geopolítica brasileira; como aspectos transitórios as características políticas, econômicas, militares e sociais do Brasil; e como diretrizes gerais os princípios do artigo 4 da Constituição Federal.

O primeiro aspecto geopolítico decorre do fato de se localizar o Brasil no continente americano, onde se encontra a maior potência do mundo, e de, pelas suas características de dimensão de território, de população e de potencial, aparecer como o único Estado com possibilidade de rivalizar com os Estados Unidos em influência neste continente.

O segundo aspecto geopolítico é a enorme assimetria de território, de população e de produção entre o Brasil e cada um dos demais países da América do Sul, Central e do Caribe – o México se encontra geográfica, política e economicamente na América do Norte –, o que é um fator estrutural de desequilíbrio em suas relações com estes países.

O terceiro aspecto geopolítico é o fato de o Brasil ter 14.700 quilômetros de fronteiras com dez Estados vizinhos, incluindo a França dos 12 que tem a região, e de ter 7.500 quilômetros de litoral em face do Atlântico Sul e da África, onde se encontram 22 países, e uma extensa plataforma continental e Zona Econômica Exclusiva, com importantes recursos minerais e pesqueiros.





A quarta questão geopolítica é o fato de o Brasil pertencer à bacia hidrográfica do Amazonas, cujos rios que a formam estão em território de Estados vizinhos, e a sua embocadura no Brasil, e à bacia hidrográfica do Prata, cujos rios que a formam se encontram no Brasil e a embocadura em território estrangeiro.

A primeira característica política atual é a ascensão, pela via democrática, de um partido progressista, o Partido dos Trabalhadores (PT), a parte dos organismos do Executivo, com minoria no Congresso e com forte oposição, não declarada, no Poder Judiciário e no Ministério Público.

A segunda característica política brasileira é a enorme e crescente influência do poder econômico, inclusive estrangeiro, no processo eleitoral, nos três Poderes do Estado e nos meios de comunicação, no qual se realiza o embate político cotidiano.

A primeira característica econômica é a crescente presença oligopólica de megaempresas multinacionais na economia brasileira, com forte impacto sobre as diferentes contas do balanço de pagamentos, sobre o nível de preços e sobre o processo de modernização tecnológica.

A segunda característica econômica brasileira é a vulnerabilidade externa comercial que decorre da pequena diversificação da pauta exportadora em termos de produtos e de mercados e a crescente participação de produtos primários nesta pauta. A terceira é a crescente desnacionalização da economia, que atinge cada vez mais o setor de serviços, e a desindustrialização causada pela valorização do câmbio e pelo grande influxo de dólares.

A quarta consiste no reduzido dinamismo tecnológico das empresas instaladas no Brasil, sejam elas brasileiras ou multinacionais, e a pequena alocação de recursos para pesquisa pelo setor privado, com efeitos sobre a competitividade internacional.

A quinta característica econômica é a precariedade e a inadequação da infraestrutura de transportes, centrada no modal rodoviário, de energia e comunicações, a crescente imobilidade urbana e o déficit de energia, em termos de oferta e de demanda potencial *per capita*.

A principal característica militar do Estado brasileiro é o seu desarmamento, fortemente induzido pelas grandes potências, com o assentimento e a cooperação de setores das classes hegemônicas tradicionais brasileiras, assumido pela adesão a tratados internacionais, em especial no caso de armas de destruição em massa, mas também sobre armas convencionais, de difícil denúncia apesar desses tratados não serem de nenhuma forma cumpridos pelas grandes potências.

A segunda característica militar brasileira é a pequena alocação de recursos orçamentários para programas estratégicos nas áreas nuclear, espacial



e cibernética em relação à extensão de suas fronteiras e litoral e às dimensões de seu território, de sua população, de seu espaço terrestre, aéreo e marítimo e da importância de suas instalações críticas.

A terceira são os ressentimentos e o distanciamento entre as Forças Armadas e a sociedade civil devido às memórias do regime civil-militar autoritário de 1964 a 1985, que contou com amplo apoio, para sua instalação e operação, das classes hegemônicas brasileiras.

A primeira e principal característica social do Brasil é a permanência, apesar dos programas sociais dos últimos anos, de enormes disparidades regionais e sociais de natureza econômica, política, cultural e tecnológica entre, de um lado, uma ínfima minoria da população que concentra a propriedade, a renda e o poder e, de outro, a enorme massa dos excluídos, uma crescente população de trabalhadores com melhor nível de renda e uma pequena classe média.

A segunda disparidade social decorre do elevadíssimo grau de concentração da propriedade rural e urbana e de títulos e ações, da tributação regressiva, da evasão fiscal praticada pelas grandes empresas e pelos ricos, fenômenos que resultam em grande concentração de renda quando se considera não apenas a renda do trabalho, mas também juros, lucros e aluguéis.

A terceira característica social é a discriminação de origem étnica, especialmente em relação aos afrodescendentes, de gênero e de orientação sexual, o que resulta em elevados índices de violência física.

A quarta é a multiplicação desordenada, muitas vezes financeirizada, de seitas religiosas, em especial evangélicas, com forte conotação conservadora e às vezes com manifestações de intolerância religiosa.

Uma quinta característica social (e política) é a concentração da propriedade dos meios de comunicação, sua forte identificação com partidos políticos conservadores, vinculados às classes hegemônicas tradicionais e a influência cultural estrangeira em competição desleal com a produção cultural brasileira, em toda a mídia, da televisão ao rádio, à imprensa, à edição de livros e revistas, ao cinema, à internet, tudo reforçado pela alocação das verbas publicitárias e culturais do Estado, que reforça o oligopólio da mídia.

Os princípios que devem reger a formulação e a execução da política exterior brasileira foram definidos, pela primeira vez em nível constitucional, pela Constituição Federal de 1988. O seu artigo 4 diz:

Artigo 4. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;





- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

A política externa de um país ex-colonial, subdesenvolvido, periférico em um sistema internacional que se caracteriza historicamente pelo imperialismo e pela concentração e articulação de poder entre as grandes potências, é determinada, em grande medida, pelo padrão de sua inserção na economia e na política mundial.

Os episódios que se desenrolam e que são descritos na história da política externa de um país são apenas as manifestações decorrentes da conformidade das elites hegemônicas com este padrão de inserção (como foi o episódio de adesão do Brasil ao TNP) ou de sua tentativa de transformar tal padrão de modo a enfrentar circunstâncias e fatos imprevistos, como foram os choques do petróleo, ou a aumentar a autonomia do país no contexto do sistema internacional.

Os episódios da política externa brasileira, tais como a expansão e consolidação do território; as relações de Portugal (e do Brasil como colônia) com a Inglaterra e com a Espanha; a inserção internacional de acordo com o modelo liberal na divisão internacional do trabalho na condição de economia escravocrata, latifundiária, produtora primária agrícola; as tentativas e o programa bem-sucedido de industrialização nos períodos Vargas e Kubitschek e nos governos militares; e, finalmente, a política externa no governo Lula, têm sua explicação nesta dinâmica de conformidade ou de contestação do padrão de inserção internacional e com a correlação de forças no sistema internacional.

A América do Sul é a principal área geográfica de ação da política externa brasileira. Esta prioridade se justifica politicamente pelo número de vizinhos e extensão das fronteiras; pela semelhança de desafios de desenvolvimento econômico e social; pela importância de formar um bloco regional de Estados, em um mundo cada vez mais multipolar, para atuar nas negociações internacionais; pela importância e a qualidade do comércio com a região; pela



ampliação de mercados para investimentos; pela importância de cooperar para a construção de um entorno geográfico pacífico e próspero favorável ao desenvolvimento brasileiro; pelas assimetrias e pelos ressentimentos de origem histórica, sempre latentes; para preservar a América do Sul da presença militar de potências extracontinentais.

Nessa prioridade de ação, tem importância especial a atuação no Mercosul e as relações com os Estados que o integram, em especial como instrumento de redução de assimetrias. Incorporar países da América do Sul, que não assinaram acordos de livre comércio com países extrarregionais, ao Mercosul que são a Bolívia, o Equador, o Suriname e a Guiana, é objetivo de elevada importância, assim como contrarrestar as campanhas internas e externas de opinião que visam o enfraquecimento e desintegração do Mercosul, a fragmentação da América do Sul e o isolamento do Brasil.

No contexto da política externa brasileira tem especial importância a Unasul como instrumento de coordenação política diante de temas e situações internacionais, de solução de controvérsias sem a ingerência de potências extracontinentais, de cooperação econômica em diferentes áreas através de seus Conselhos de ministros, de proteção da democracia na região.

A prioridade de ação do Brasil na América do Sul se justifica também pela presença militar estrangeira, desde as bases americanas na Colômbia à presença (ilegal) britânica nas Ilhas Malvinas e em bases em ilhas do Atlântico Sul, portanto, próximas ao litoral brasileiro.

Como extensão da prioridade geográfica conferida à América do Sul, o Brasil atribui prioridade à sua política na América Central e no Caribe, tendo em vista sua importância na OEA e nas negociações internacionais de todo gênero, como Estados soberanos que são, independente de sua dimensão, e cujo apoio é de extremo interesse para o Brasil como se verificou nas eleições para Diretor Geral da FAO e da OMC.

Assim, o Brasil aumentou sua presença diplomática no Caribe, inclusive anglófono, com a instalação de embaixadas, execução de programas de cooperação técnica e de financiamento para viabilizar a construção de obras de infraestrutura, como o porto de Mariel em Cuba e obras na República Dominicana.

A cooperação para a construção da infraestrutura da América do Sul, através de financiamentos do BNDES a empresas brasileiras de engenharia para possibilitar sua participação em concorrências internacionais nos países da região configura o instrumento prioritário de ação ao lado do reconhecimento das assimetrias entre o Brasil e os países do Mercosul a serem enfrentadas pela operação e expansão do Focem. A principal obra financiada pelo Focem, com uma contribuição voluntária do Brasil de mais de 300 milhões de



dólares, foi a construção da linha de transmissão entre Itaipu e Assunção que transformará a economia paraguaia.

O Brasil tem extraordinários superávits comerciais crônicos com diversos países da América do Sul e um padrão de comércio desequilibrado, o que tem reflexos políticos negativos. O padrão de comércio do Brasil com a região é o inverso do que se verifica no comércio brasileiro com a China e a Europa já que 90% das exportações brasileiras para a América do Sul é composta por produtos industriais enquanto que as importações brasileiras são principalmente de produtos primários.

A política de aproximação e de cooperação econômica com os países africanos, em especial da África Ocidental, é a segunda prioridade geográfica da política externa brasileira que se justifica por razões políticas, econômicas e históricas.

A África é um continente com 54 Estados, sendo 49 deles subsaários, e 22 dos quais situados em face ao Atlântico Sul, na África Ocidental. A participação desses Estados nas negociações internacionais em que a cada Estado corresponde um voto, sem considerar sua dimensão, é crucial para a defesa e promoção dos interesses brasileiros, desde as negociações de natureza econômica, comercial e financeira, às ambientais sobre mudança climática, diversidade e megadiversidade, inclusive sobre a reforma do Conselho de Segurança que jamais poderá ocorrer sem a participação ativa dos Estados africanos.

O Brasil divide com a Argentina, o Uruguai e os países da África Ocidental a responsabilidade em garantir que o Atlântico Sul seja uma zona de paz, sem a presença militar, inclusive nuclear, de grandes potências e que seja também uma zona de cooperação, inclusive militar, entre os países das duas regiões.

A África é um grande mercado para produtos manufaturados de média tecnologia, o que significa um grande mercado em expansão para a indústria brasileira, inclusive devido à crescente demanda africana decorrente da expansão da produção e da exportação de petróleo.

A semelhança de desafios econômicos e sociais entre o Brasil e a África, em campos tais como a agricultura de cerrado/savana, a construção da infraestrutura, a educação de grandes massas, a saúde preventiva e o combate a epidemias como a AIDS, a luta contra a pobreza, além do êxito de muitos programas brasileiros nesses campos e a possibilidade de prestar cooperação técnica sem condicionalidades ou contrapartidas econômicas ou políticas tornam o Brasil um parceiro de grande interesse para os países africanos.

Assim como os países africanos, o Brasil foi uma colônia sem ter sido jamais colonizador, é um país que recebeu enorme contribuição da África para a construção de sua economia e de sua cultura, para a formação de uma so-





cidade multirracial. O Brasil, que hoje é o segundo maior país do mundo em população de origem africana, considera ter uma dívida ética com a África.

O Brasil organizou, com a Nigéria, a primeira conferência África-América do Sul que se revelou importante oportunidade para o fortalecimento (e até estabelecimento) de laços políticos e econômicos entre os países das duas regiões, antes distanciados. Desde então se realizaram duas conferências afro-sul-americanas.

O Oriente Próximo e o Oriente Médio são áreas de grande potencial e importância para a política externa brasileira, inclusive porque ali se encontram os principais centros de tensão política internacional em que se confrontam as grandes potências, tais como o conflito Israel-Palestina, a ocupação do Iraque e do Afeganistão, a confrontação entre Estados Unidos e Irã, o conflito na Síria, e os novos regimes no Magreb.

De um lado, o Brasil é chamado a tomar partido nestas disputas, inclusive por pressão das grandes potências e de seus aliados, e, de outro, os princípios da política externa brasileira e nossos interesses permanentes em defesa da não intervenção e da autodeterminação fazem com que tenhamos de condenar qualquer uso da força não autorizado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em terceiro lugar, o Brasil tem em seu território, como parte integrante e integral de sua população, amplos contingentes populacionais de origem judaica e árabe, tanto cristãos como muçulmanos, que convivem de forma pacífica, o que contribui para o desenvolvimento e para a estabilidade política e social, sem que ocorram manifestações de racismo ou discriminação.

Finalmente, os países do Oriente Próximo e do Oriente Médio são grandes mercados potenciais para o Brasil assim como uma possível fonte de investimentos devido aos grandes recursos que detêm resultado dos altos preços do petróleo e da sustentada demanda chinesa.

O Brasil organizou a primeira conferência Países Árabes-América do Sul a que já se seguiram duas outras, apesar da resistência inicial dos Estados Unidos e de Israel, e que se revelaram importantes ocasiões para estreitar os laços entre os países das duas regiões.

O Brasil desenvolveu, com a Turquia, importante iniciativa para a solução pacífica da confrontação entre Estados Unidos e Irã, em que este país apesar de ter atendido às exigências americanas, não logrou aceitação por parte dos Estados Unidos e das potências ocidentais.

A Ásia, que era uma área geográfica importante para a política externa brasileira devido à cooperação financeira e técnica com o Japão, aos grandes contingentes de população brasileira descendente de japoneses e à atual mi-





gração temporária de trabalhadores brasileiros para o Japão, veio a ser mais importante na medida em que a China se tornou a principal potência exportadora e importadora do mundo e que, em breve, se tornará a principal economia, com extraordinário dinamismo tecnológico e científico; formando em torno da China uma zona informal de influência chinesa, através de uma rede de acordos preferenciais e de investimentos.

A projeção externa da economia chinesa em busca de novos fornecedores de produtos minerais e agrícolas e de mercados para suas exportações industriais torna inevitável uma crescente influência política chinesa em nível mundial e eventuais choques com os interesses americanos, de início na Ásia do Sudeste e mais tarde na África e em outras regiões, em especial na América do Sul, considerada pelos Estados Unidos sua área de influência e de hegemonia incontestável.

Assim, tornou-se de grande interesse para o Brasil as suas relações com a China, tanto bilaterais como no âmbito multilateral das Nações Unidas e dos Brics, como potencial investidor no Brasil nas áreas de mineração, da agricultura, dos transportes e em especial da transformação industrial de produtos primários. Por outro lado, sua natureza de competidora com o Brasil nos mercados sul-americanos (e africanos) e de criadora de novas fontes de produção de bens hoje exportados pelo Brasil para a China (minério de ferro, soja etc.) aumenta esta importância.

É urgente desenvolver uma verdadeira e recíproca estratégia de longo prazo para nossa política externa em relação à China como parceiros de desenvolvimento industrial e não como meros parceiros comerciais em uma relação comercial típica de centro-periferia.

A diversificação de exportações brasileiras para a Ásia (e para outros mercados) exige uma política industrial e de comércio exterior que estimule as megaempresas multinacionais instaladas no Brasil a cooperar intensamente com este objetivo já que não se pode esperar que esta diversificação ocorra pelo livre jogo das forças de mercado ou pela utópica participação de pequenas e médias empresas na expansão das exportações brasileiras.

A transformação e a modernização da política brasileira em relação aos Estados Unidos e às potências europeias, em especial a Alemanha, a França e a Grã-Bretanha, têm como princípio a ideia de construir relações ativas e altivas, com base na reciprocidade e no respeito aos princípios de não intervenção e de autodeterminação.

Ao contrário do que se diz, as relações com a Europa e os Estados Unidos se têm diversificado nos últimos anos, com grande expansão do comércio bilateral, inclusive com superávits para os Estados Unidos e a União Europeia, resultado de suas políticas monetárias e de seus programas vigorosos



de expansão de exportações. No campo da política, há um reconhecimento crescente, ainda que algo relutante, do direito e do dever de o Brasil participar da discussão e da solução de grandes temas internacionais.

Os Estados Unidos são a principal potência econômica, política, militar, cultural, tecnológica e ideológica mundial e sua atuação se apresenta como hegemônica e imperial a partir do conceito da excepcionalidade americana, que tudo permite e justifica, desde os assassinatos seletivos, as invasões ilegais até à espionagem indiscriminada, apoiada no sistema dos chamados *Five Eyes*: os Estados Unidos, a Inglaterra, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, não por acaso os cinco domínios brancos, herdeiros da hegemonia britânica do século XIX.

Os vínculos entre os Estados Unidos e o Brasil são de extraordinária importância (ainda que candente) para o Brasil e de pequena importância para os Estados Unidos. Estes vínculos são tradicionais, assim como aqueles com as potências europeias, nos mais diversos campos, do comércio aos investimentos, da tecnologia à cultura, militares e políticos.

Desta forma, requerem estes vínculos grande atenção para impedir que se configurem como relações tradicionais de centro e periferia, inclusive para se obter o reconhecimento das grandes potências do direito e da capacidade do Brasil de diversificar suas relações políticas, econômicas, militares, culturais e tecnológicas com todos os países, sejam eles aliados ou não das grandes potências, submissos ou rebeldes, e de agir nas questões internacionais de acordo com seus princípios e em defesa de seus interesses.

O Brasil procura, com essas potências altamente industrializadas e poderosas militarmente, persuadi-las a rever suas políticas agrícolas protecionistas que prejudicam e restringem o comércio exterior brasileiro e estabelecer com elas programas de transferência de alta tecnologia, quando a isto se dispõem, como ocorreu no passado com a Alemanha, no caso do programa nuclear; com a Itália no caso da aeronave AMX; e recentemente com a França no programa de construção do submarino a propulsão nuclear.

A política exterior brasileira nos organismos multilaterais visa a promover sua reforma para aumentar a participação dos países subdesenvolvidos em cargos de direção, em articular a atuação dos países subdesenvolvidos nas negociações que se realizam no âmbito desses organismos para lograr normas as mais favoráveis possíveis ao seu desenvolvimento e a ampliar sua autonomia no quadro das relações com as grandes potências.

Nos organismos multilaterais, o Brasil procura defender, com firmeza, a paz e a justiça contra a força e o arbítrio; a solução pacífica de controvérsias; a não intervenção a não ser quando autorizada pelo Conselho de Segurança; a autodeterminação dos povos que, juntamente com a não intervenção e o



respeito às fronteiras, são os princípios básicos que permitem a convivência internacional pacífica entre Estados soberanos.

O Brasil defende a reforma do Conselho de Segurança para torná-lo mais representativo da comunidade internacional e, portanto, para tornar mais legítimas suas decisões. Para aprovar a reforma de qualquer artigo da Carta da ONU são necessários dois terços dos votos dos Estados membros na Assembleia Geral, portanto, 129 votos, na primeira etapa, e depois no processo de sua ratificação, além de dois terços de ratificações, são necessárias entre elas as ratificações dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. Esta circunstância político-jurídica, além daquelas de natureza econômica, contribuem para justificar uma política global bilateral de cooperação com todos os Estados, qualquer que seja sua dimensão e importância e qualquer que seja seu regime político.

A reivindicação do Brasil de ter um assento de membro permanente no Conselho é uma reivindicação histórica que remonta à Liga das Nações, e ao período de negociações antecedente à Conferência de São Francisco, em 1945, que aprovou a Carta das Nações Unidas, momento em que o Brasil teve o apoio inicial do presidente Roosevelt, mas não o dos Estados Unidos.

O uso de sanções ou da força contra qualquer Estado é proibida pela Carta das Nações Unidas, exceto quando autorizada pelo Conselho de Segurança, por nove votos nesses incluídos os votos dos cinco membros permanentes. Todos os membros das Nações Unidas, inclusive o Brasil, são obrigados a cumprir as decisões do Conselho, a custeá-las e a colaborar em sua implementação, com elas concordem ou não.

Assim, o Brasil é obrigado a cumprir o que não decidiu e pode, no futuro, ver sanções do Conselho serem adotadas contra seus interesses ou mesmo pode vir a ser delas alvo, quando sua atuação internacional for mais destacada. A participação no Conselho é, pois, um objetivo essencial de política externa e para tal é necessário politicamente, mas não juridicamente, ter o apoio dos países da América do Sul. A participação do Brasil em forças de paz das Nações Unidas, inclusive no Haiti, deve ser vista no contexto da política de um Estado que está pronto a assumir suas responsabilidades internacionais.

É no âmbito das Nações Unidas e de suas agências especializadas ou vinculadas que se realizam as grandes conferências internacionais, inclusive sobre muitos temas que no passado eram de alçada nacional, e para os quais se elaboram as normas será serem adotadas pelos Estados que subscreverem os acordos alcançados.

A participação do Brasil nessas conferências e negociações, a exemplo da Rodada de Doha e das conferências ambientais, é essencial para fazer com





que as normas negociadas sejam as mais convenientes para seus interesses – em articulação com os Estados subdesenvolvidos, como ocorreu com a formação do G-20 na OMC, cujos interesses forem próximos aos nossos – o que não significa ser obrigado a subscrever os tratados que resultarem dessas negociações quando o resultado final não for conveniente para o Brasil. A reforma do sistema financeiro internacional que terminou por se concentrar na revisão da distribuição de cotas de votação dos países no FMI e no Banco Mundial e, portanto, do controle do poder de decisão, é de grande importância; nessas negociações o Brasil atua como membro do G-20 financeiro que reúne as principais economias do mundo e que, em certo momento, parecia vir a substituir o G-8.

Há conferências de âmbito regional, como as do Mercosul e as da Unasul, assim como de caráter inter-regional de grande interesse para o Brasil e às quais os princípios acima se aplicam. Vistas as grandes áreas de ação geográfica, universais e regionais, é de interesse resumir os principais temas da política internacional e a posição brasileira nestes temas.

O principal tema é o do desenvolvimento político, econômico, militar e social. O objetivo supremo de qualquer sociedade e de qualquer Estado deve ser promover seu desenvolvimento de forma a reduzir a distância que o separa dos países mais desenvolvidos e mais poderosos e a reduzir sua vulnerabilidade diante deles.

Assim, o objetivo supremo da política externa é criar condições internacionais que favoreçam, ou que não obstaculizem, o desenvolvimento do Brasil em todos estes aspectos.

As relações e negociações econômicas internacionais se dividem em relações e negociações com países altamente desenvolvidos; com Estados ditos emergentes ou grandes Estados da periferia; e com Estados menos desenvolvidos ou tão desenvolvidos quanto o Brasil.

No caso dos países altamente desenvolvidos é preciso atentar que estes Estados estão preocupados em preservar suas posições de privilégio na economia internacional, em abrir mercados para seus bens, capitais e tecnologia, sem esmorecer, e que procuram proteger os setores de suas economias que consideram mais frágeis, tais como a agricultura e aqueles setores mais estratégicos. As negociações com estes países devem visar abrir mercados para nossas exportações, proteger setores industriais da economia brasileira para permitir seu desenvolvimento, disciplinar o capital multinacional que vem investir no Brasil em busca de lucros significativos e lograr efetiva transferência de tecnologia.

No caso dos grandes Estados da periferia, o Brasil se associa a eles em dois grupos: Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) e Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics), com o objetivo de coordenar posições comuns em temas





relevantes de política internacional e de organizar mecanismos de cooperação para o desenvolvimento, tais como o Banco dos Brics, os mecanismos de comércio em moeda local e a cooperação científica e tecnológica.

A articulação no âmbito dos Brics e do Ibas é essencial em um mundo que se caracteriza pela formação de grandes blocos de países, como a União Europeia e sua rede de acordos ACP; os Estados Unidos e os Estados a eles vinculados por tratados de livre comércio; e a China e os países em sua área de influência.

Um dos aspectos fundamentais do processo de desenvolvimento é a questão da ciência e tecnologia.

A tecnologia tem como objetivo, no campo civil, introduzir métodos e máquinas mais eficientes capazes de aumentar a capacidade competitiva das empresas e, portanto, seu lucro. No campo militar, a pesquisa tecnológica procura descobrir métodos mais eficientes de produzir armas mais letais.

As pesquisas civis e militares se encontram relacionadas, pois muitos dos bens civis têm aplicações militares, como nas áreas de metalurgia, de ótica, de informática e tantas outras; os resultados das pesquisas militares muitas vezes têm aplicações em áreas civis como, por exemplo, a aeronáutica.

A pesquisa científica tem como objetivo descobrir e aprofundar o conhecimento das leis da natureza, sem preocupação econômica imediata, e são assim financiadas pelos Estados e não pelas empresas. Todavia, o conhecimento dessas leis é essencial para o processo de pesquisa tecnológica que, ao se realizar, interage necessariamente com o estoque de conhecimentos científicos.

A ciência e a tecnologia, ao serem os fatores de aumento da competitividade econômica e militar, são consideradas atividades estratégicas pelas empresas e pelos Estados que procuram, por esta razão, restringir, de todas as formas, o acesso ao conhecimento de sua realização e de seus resultados, adotando medidas de segurança e sigilo estrito e promovendo a adoção de normas legais nacionais e internacionais na área de patentes cada vez mais favoráveis aos produtores de tecnologia, que dificultam e impedem a reprodução de resultados das pesquisas.

Um objetivo da política externa deve ser, portanto, procurar impedir a consagração de normas que restrinjam a difusão do conhecimento científico e tecnológico e, em segundo lugar, procurar negociar acordos de efetiva transferência de tecnologia quando ocorrer a aquisição de bens civis ou militares pelo Estado ou quando da realização de investimentos no Brasil.

Os esforços realizados na área de fármacos e do licenciamento compulsório de patentes assim como o acordo com a França para a construção do submarino de propulsão nuclear são exemplos desta estratégia.



A questão da degradação ambiental, devido ao fenômeno de mudança climática, a questão da energia fóssil e da energia renovável e a questão de desenvolvimento sustentável são temas interligados.

A mudança climática acarreta o aquecimento global que decorre do acúmulo na atmosfera de gases que impedem a passagem para o exterior de raios solares refletidos pela superfície da terra e provocam assim um efeito “estufa”. Os principais gases de efeito estufa são o CO₂ e o metano, sendo que as partículas de CO₂ levam mais tempo para se desintegrar e são assim as principais responsáveis pelo fenômeno.

O aquecimento global contribui para agravar fenômenos catastróficos, tais como inundações e furacões, e mudanças climáticas graduais que atingem a agricultura, provocam desertificação mais rápida, afetam a fauna e a flora e provocam o descongelamento de calotas polares e de picos nevados, o que afeta os regimes hidrológicos das bacias dos rios. O aumento do nível dos oceanos contamina os lençóis freáticos e atinge populações litorâneas que habitam zonas de pequena elevação acima do nível do mar.

O acúmulo de gases de efeito estufa é um processo histórico que se inicia com a Revolução Industrial e que decorre da utilização de combustíveis fósseis como o carvão e mais tarde o petróleo que, ao serem queimados, emitem CO₂.

Os países altamente industrializados são, portanto, os principais responsáveis históricos e atuais pela emissão de gases de efeito estufa a partir da sua queima em termoeletricas para a geração de energia, pelo seu uso para aquecimento residencial e para a produção de cimento.

A mudança climática e sua causa, o aquecimento global, são fenômenos globais e que, portanto, não podem ser resolvidos isoladamente por nenhum Estado e sua solução depende de medidas globais.

As principais negociações sobre mudança climática se verificam no âmbito do Protocolo de Kyoto que estabelece metas de redução de emissão de gases por país para impedir que se ultrapasse o chamado limiar de aumento de dois graus na temperatura global da Terra. Os Estados Unidos, principal responsável histórico e emissor de 17% dos gases hoje emitidos, não subscreveram o Protocolo e têm programas nacionais de redução de emissões. A União Europeia subscreveu o Protocolo e têm metas de redução de emissões.

O Brasil sustenta o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, pelo qual os países altamente industrializados assumiriam compromissos mais rígidos de redução em tempo mais curto e específico enquanto os países em desenvolvimento não teriam metas obrigatórias.

Os países altamente industrializados desejariam que os subdesenvolvidos assumissem compromissos precisos e importantes de redução de emis-





sões, em especial os grandes emissores como a Índia (4%) e a China (16%) do total de emissões globais.

A redução do ritmo de aquecimento global e, portanto, da mudança climática e de suas consequências, depende da substituição dos combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia, tais como a fotovoltaica (luz solar) e a eólica (ventos), e também a energia nuclear.

Tanto a energia fotovoltaica como a eólica são fontes intermitentes, sazonais e limitadas a certas regiões. A energia nuclear sofre grande oposição popular em certos países e todas elas têm custos mais altos de geração e de distribuição do que a energia de origem fóssil.

A substituição de combustíveis fósseis por fontes alternativas nas matrizes energéticas dos países altamente industrializados é especialmente difícil em um período de crise econômica global e de grande competição por mercados.

O Brasil subscreveu o Protocolo de Kyoto e participa das negociações ambientais em coordenação com a China, a Índia e a África do Sul, formando o grupo de países chamado Basic, e adotou legalmente metas voluntárias de emissão de gases pela redução do desmatamento, principal causa de emissão no Brasil, que tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, baseada na hidroeletricidade.

O Brasil se encontrará diante de um grande desafio no âmbito das negociações ambientais. De um lado, possui uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, grande capacidade de produção de biocombustíveis renováveis, de energia eólica e fotovoltaica e, de outro lado, se apresenta como futuro grande produtor e exportador de petróleo.

A globalização é o processo de formação de uma economia global, sem obstáculos ao comércio de bens e de serviços, com irrestrita circulação de capitais de todo tipo, com firme redução do papel do Estado na economia e com a desregulamentação das atividades das empresas.

Este processo se inicia com a expansão do capitalismo mercantil e a dissolução gradual do feudalismo na Europa, com a Descoberta das Américas e do caminho marítimo para as Índias e com a formação dos Estados nacionais e dos Impérios coloniais, e se acelera com a Revolução Industrial e a revolução nos meios de transporte.

Na primeira metade do século XX, o processo de formação de uma economia global se interrompe com a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Bolchevique, a Grande Depressão, a Segunda Guerra Mundial, a Revolução Chinesa e a descolonização.

Após a Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos, em competição com a União Soviética, reorganizam, agora juridicamente, as bases deste processo



com a criação das Nações Unidas, do FMI, do Banco Mundial (então Bird) e do Gatt, e com o estímulo à desagregação dos antigos impérios coloniais.

A ativa e agressiva política neoliberal americana e inglesa a partir de Reagan e Thatcher deu grande impulso à reorganização da economia global com a desregulamentação do setor financeiro, a flexibilização da legislação antitruste, as “condições” de renegociação das dívidas externas dos países sub-desenvolvidos, e a implementação das “regras” do Consenso de Washington. A desintegração da União Soviética e sua adesão ao capitalismo através da adoção do programa de choque do FMI, e mais tarde do ingresso no FMI e na OMC; a abertura da China, a partir de 1979, aos investimentos das megasempresas multinacionais com a criação das Zonas Econômicas Especiais, e seu ingresso no FMI e na OMC consagraram a adoção do capitalismo como modelo econômico global.

A partir das crises do petróleo de 1973 e 1979, inicia-se a etapa de reincorporação de territórios ao sistema econômico capitalista global desde as economias ex-socialistas até as economias africanas, asiáticas e latino-americanas que tinham estabelecido regimes de economia mista, com setores reservados ao Estado ou ao capital nacional e, portanto, fora do alcance das megasempresas multinacionais, que são os principais atores e motores da formação da economia global.

A desregulamentação, a privatização das empresas estatais, a abertura comercial e financeira, adotadas em decorrência da pressão externa dos organismos internacionais e de grandes potências, a expansão do chamado “pensamento único”, a convicção de dirigentes e economistas neoliberais, (e muitas vezes de esquerda, os socialdemocratas) nos acordos de livre comércio e em compromissos “livremente” assumidos no âmbito da Rodada Uruguai do Gatt, que criou a OMC, foram instrumentos poderosos de reorganização da economia global, sob a égide dos princípios do neoliberalismo.

O Brasil e a política externa brasileira, diante do processo de globalização, terminaram, na prática, por adotar uma atitude de prudência no que foi auxiliado pelas circunstâncias da política interna brasileira, como o *impeachment* do presidente Collor que retardou a implementação do programa neoliberal, e a resistência de setores favoráveis ao desenvolvimento autônomo da economia brasileira, que se opuseram às negociações da Alca. Assim, apesar da vontade de dirigentes políticos, de economistas e da grande imprensa não foi possível desregulamentar totalmente o setor financeiro, apesar de abri-lo aos bancos multinacionais; foram mantidos certos bancos estatais, como o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa. Apesar do programa de privatização, foram mantidas empresas estatais, como a Petrobras, alvo de um processo



aberto e às vezes sub-reptício de privatização e de desnacionalização, como foi o caso da Vale do Rio Doce e empresas do setor elétrico do período FHC. A não desregulamentação completa do setor financeiro, a manutenção de grandes bancos estatais e de algumas grandes empresas que não foram privatizadas permitiram melhor resistir aos primeiros impactos da crise que se inicia em 2008, como consequência do processo de globalização.

O governo brasileiro, apesar do clamor de economistas conservadores e da mídia a favor de medidas de austeridade fiscal para combater a crise econômica, diante da crise adotou uma política econômica anticíclica, passando a estimular fortemente a demanda e os investimentos, em especial através dos bancos estatais, enquanto sofria com a “avalanche” de dólares no mercado cambial devido à política americana de expansão monetária, causada pela aquisição de títulos tóxicos aos bancos, em uma tentativa de “limpar” suas carteiras, restaurar a confiança e promover investimentos.

O fenômeno da globalização, que é uma característica inerente do capitalismo, deverá permanecer, com a reestruturação de megaempresas, concentração do capital, oligopolização de mercados, penetração em novos mercados e incorporação de novos consumidores; enquanto a crise, que é um fenômeno conjuntural, e em especial nos países desenvolvidos, deverá permanecer devido à expansão da economia chinesa, a mais nova e dinâmica fronteira do capitalismo mundial.

As atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, tais como os campos de concentração, as experiências com seres humanos, o Holocausto, os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, a morte de 20 milhões de russos, levaram à negociação e à adoção pelas Nações Unidas, de Declarações Universais de Direitos Humanos, a primeira sobre temas políticos e a segunda sobre temas econômicos, a que se seguiram a negociação e adoção de numerosas convenções internacionais sobre direitos da mulher, da criança, de minorias etc.

Com o tempo, a defesa dos direitos humanos deixou de ser apenas um ideal altruísta e se tornou também um poderoso instrumento da política exterior americana. Esta nova faceta dos direitos humanos tomou impulso durante a Presidência de Jimmy Carter, que a adotou junto com a não proliferação, como tema central de seu governo, voltando-se inicialmente contra os países socialistas e mais tarde contra os regimes ditatoriais da periferia.

Todavia, apesar de sua reiterada devoção à causa dos direitos humanos, os Estados Unidos não subscreveram grande número de convenções internacionais sobre estes direitos, tais como a que criou o Tribunal Penal Internacional e as convenções interamericanas de direitos humanos.



Apesar de se apresentarem como paladinos dos direitos humanos, os Estados Unidos justificam a prática da tortura, da *rendition* e dos assassinatos seletivos; desrespeitam as convenções de Genebra sobre direito da guerra e usam o argumento dos direitos humanos para intervir nos assuntos internos de outros Estados, aos quais acusam de violadores desses direitos, sob o amparo das teorias de intervenção humanitária e do “direito de proteger” populações civis contra seus próprios governos.

O Brasil defendeu a criação do Conselho de Direitos Humanos na ONU que deve apresentar relatórios sobre todos os países para substituir a tática de “politização” dos direitos humanos pela elaboração de relatórios apenas sobre determinados países, como ocorria na Comissão de Direitos Humanos, na ONU.

A intervenção humanitária é articulada para “proteger” a população de um país contra seu próprio Estado. A preparação de intervenções humanitárias se inicia com operações de agências de subversão, de ONGs, de grupos “rebeldes” infiltrados, com o fornecimento de armas a esses grupos que provocam incidentes com o objetivo de criar “mártires”, falsos ou verdadeiros. Este fenômeno ocorreu nos países da “primavera árabe” em que grupos fundamentalistas religiosos radicais, com apoio ocidental, mobilizaram a população e a mídia internacional contra governos laicos, não necessariamente antiocidentais, como ocorre hoje na Síria.

O terrorismo é um fenômeno político que causa enorme apreensão nos países altamente desenvolvidos e nas grandes potências, e se caracteriza pelo número expressivo de vítimas, ainda que em geral não superior a dezenas, que podem ser civis ou militares, com o uso de explosivos e de armas não sofisticadas.

O terrorismo pode ser de Estado, isto é, praticado por Estados, ou pode ser praticado por indivíduos, integrantes ou não de organizações. O terrorismo de Estado ocorre quando um Estado ataca as populações civis de outro com o objetivo de semear o pânico e fazer com que a população se coloque contra seu próprio governo e faça com que este ceda diante do agressor externo.

O terrorismo privado é praticado, em geral, por organizações terroristas em protesto e luta contra a ocupação de território por forças armadas estrangeiras ou é o resultado da ação de indivíduos desequilibrados mentalmente.

Apesar da enorme preocupação com o terrorismo em países ocidentais e de sua exploração midiática para fins políticos, 80% dos atentados terroristas ocorrem em território de países muçulmanos e 95% de suas vítimas são muçulmanos.

Os Estados Unidos procuram classificar qualquer organização que resista e que se oponha à ocupação do território de seu país por forças armadas americanas, como ocorre, por exemplo, no Iraque, como organização terroris-



ta, e publicam periodicamente listas destas organizações assim como procuram associar ao terrorismo organizações de resistência a governos que os EUA apoiam, como por exemplo as Farc, na Colômbia.

O Brasil é periodicamente acusado de tolerar a presença de organizações terroristas em seu território, em especial na Tríplice Fronteira com o Paraguai e a Argentina, na região de Foz do Iguaçu, sem que os delegados americanos na chamada reunião Três+Um apresentem qualquer prova.

O Brasil considera que a convivência pacífica, em seu território, de grandes comunidades judaicas e árabes, de origem cristã e muçulmana, a política de não aceitar a caracterização de organizações como o Hezbollah e o Hamas como terroristas, a defesa da Resolução 242 do Conselho de Segurança sobre a ocupação ilegal de territórios palestinos por Israel, o reconhecimento pelo Brasil da Autoridade Palestina como Estado com direito à representação nas Nações Unidas e o equilíbrio na questão árabe-Israel são as melhores garantias para evitar atividades e ações terroristas no Brasil.

A Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética após a Segunda Guerra Mundial, com episódios de grande tensão, como o bloqueio de Berlim e a questão dos mísseis em Cuba, com fases de *containment* e de *détente*, os conflitos na periferia do sistema mundial durante a descolonização e a superestimação do poder militar, econômico e político soviético, serviam de justificativa para a realização de investimentos no setor industrial-militar e a acumulação de armas de destruição em massa e de armas convencionais tanto pelos Estados Unidos como pela União Soviética.

Com a desintegração desta última, sua adesão ao capitalismo e sua política de cooperação com os Estados Unidos, esta justificativa deixou de existir e surgiram, à época, argumentos utópicos sobre como aproveitar os “dividendos da paz” para promover o desenvolvimento da periferia.

Os atentados de 11 de setembro permitiram justificar amplos investimentos militares, a invasão de países como o Afeganistão e o Iraque, a aprovação de legislação restritiva dos direitos civis (humanos) nos Estados Unidos, em especial a Lei Patriota, e o fortalecimento de agências de espionagem, como a NSA, e de agências de subversão.

Na chamada “guerra contra o terror”, o Brasil, condenando os atos terroristas e deplorando suas vítimas, sempre reafirma sua posição de que as origens do terrorismo se encontram no subdesenvolvimento e na pobreza, na exclusão social, na ocupação ilegal de territórios e na intervenção de forças armadas para derrubar governos e impor “modelos” políticos e econômicos.

A transformação do sistema econômico chinês e a emergência da China são o principal fenômeno econômico e político das últimas três décadas.



A República Popular da China ao abrir, gradual e disciplinadamente, seu território aos investimentos das megaempresas multinacionais provocou a maior migração de capitais e de tecnologia dos países altamente desenvolvidos para um país periférico em busca de mão de obra barata e disciplinada e dos benefícios de uma legislação ambiental leniente.

A China cresceu à taxa média de 10% ao ano desde 1979, tornou-se a principal economia importadora e exportadora do mundo e em breve deverá ultrapassar os Estados Unidos em termos de PIB absoluto.

O desenvolvimento científico e tecnológico da China também é notável, sendo que o número de engenheiros formados por ano na China ultrapassa em muito o dos que se formam em qualquer outro país.

O governo chinês, em suas declarações públicas, afirma reiteradamente que seu desenvolvimento é pacífico, que a China ainda é um país subdesenvolvido e que procura a paz em suas relações com todos os países.

A China, apesar de ter grandes recursos naturais e de ser importante produtor agrícola, não possui em seu território reservas suficientes de minérios para atender à demanda de sua indústria, e tem igualmente de importar produtos agrícolas em enormes quantidades. As importações chinesas têm sido um importante fator para manter elevados os preços das matérias-primas e, de certa forma, devido aos baixos preços de suas exportações industriais, para reverter os termos internacionais de troca.

Por outro lado, a China se tornou grande produtora e exportadora de bens industriais, dos mais simples aos mais complexos, a preços em extremo competitivos.

Desta forma, a China se tornou um dos três principais parceiros comerciais de cada país da América do Sul e se torna cada vez mais um importante investidor nesses países.

Há duas consequências desta expansão chinesa. Em primeiro lugar, ela contribui para um processo acelerado de desindustrialização nos países da América do Sul. Em segundo, os capitais, tanto nacionais como estrangeiros, passam a se dirigir principalmente para investimentos nas áreas de agricultura e mineração onde não só não enfrentam a concorrência chinesa como se beneficiam da sustentada demanda da China.

Mas há dois outros aspectos importantes da expansão chinesa na América do Sul. A China vem procurando diversificar suas fontes de suprimento de minérios e de produtos agrícolas, através de contratos de garantia de suprimento e de compra de terras, o que poderá gerar um desvio de comércio e uma queda dos preços internacionais de produtos primários devido ao aumento da sua oferta. Em segundo lugar, ela aparece como grande competidor





do Brasil nos mercados sul-americanos e africanos de produtos industriais e também como concorrente em licitações para a construção de grandes obras de infraestrutura. Nesse aspecto, a China contribui para enfraquecer os estímulos à integração entre os países da América do Sul e, portanto, o Mercosul. Este país se tornará um ator político cada vez mais importante na Ásia, à medida que se ampliam os acordos preferenciais comerciais com países vizinhos e se realizam investimentos chineses, e também em outras regiões, como será o caso da África e da América Latina, à medida que seus laços econômicos se estreitam com cada país dessas regiões.

Os Estados Unidos decidiram recentemente reorientar o foco de sua política externa para a Ásia e isto tem a ver com a expansão da influência chinesa na região e com o desejo americano de reafirmar sua condição de “país asiático”.

A China vem procurando estreitar suas relações bilaterais econômicas e políticas com a Rússia – grande produtora e exportadora de minérios, com a celebração de contratos de fornecimento de longo prazo e, assim diminuir sua dependência dos países do Oriente Próximo, onde a influência americana é notável e a situação política permanentemente instável, sem perspectiva de solução – e regionalmente no âmbito da Organização de Xangai e dos Brics.

Nas relações econômicas do Brasil com a China, o comércio apresenta uma estrutura de tipo tradicional centro-periferia, sem disciplina ou interferência do Estado; o Brasil não procura coordenar uma posição comum dos países sul-americanos produtores e exportadores de matérias-primas frente à China; e o Brasil procura atrair, de forma discreta, investimentos chineses para a infraestrutura, porém sem procurar estimular investimentos chineses para a transformação industrial em seu território de produtos que exportamos para a China.

As relações políticas do Brasil com a China se desenvolvem principalmente no âmbito dos Brics, em que a questão do Banco dos Brics, do Fundo de Reservas e dos mecanismos de comércio em moeda local tem grande importância. Brasil e China coordenam suas posições nas negociações para a reforma do sistema financeiro internacional no âmbito do G-20 e no contexto de crises internacionais, em defesa dos princípios de não intervenção e de autodeterminação. Na questão da reforma do Conselho de Segurança, a China nada tem a opor à candidatura brasileira, mas é relutante em relação à reforma devido principalmente à sua oposição ao ingresso do Japão, que os Estados Unidos, por seu lado, consideram essencial.

A cooperação científica e tecnológica Brasil-China no programa de lançamento de satélites CBERS foi considerada, em certo momento, o principal programa de cooperação entre países subdesenvolvidos. Devido ao atraso do programa espacial brasileiro e ao avanço chinês nesta área, com o lançamento





de satélites com foguetes próprios e projetadas estações orbitais, e de envio à Lua de um astronauta chinês, o programa bilateral deixou de ter relevância para a parte chinesa.

Há outros temas relevantes para a política externa brasileira, mas os que foram tratados anteriormente foram considerados de importância especial.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto/Unesp, 1996.
- ASHWORTH, W. *A Short History of the International Economy since 1850*. Londres: Longman, 1975.
- BALDWIN, D. A. *Economic Statecraft*. Oxford: Princeton University Press, 1985.
- BATISTA Jr., P. N. *O Brasil e a economia internacional*. São Paulo: Campus, 2005.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOMFIM, M. *A América Latina, males de origem*. Rio de Janeiro: Top-Books, 1993.
- BOORSTIN, D. J. *The image: A Guide to Pseudo-Events in America*. New York: Macmillan, 1987.
- CARDOSO, F. H., Faletto, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México: Siglo Veintiuno, 1969.
- CASTRO, J. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CERVO, A. *et al. História do Cone Sul*. Brasília: UnB, 1998.
- CHANCELLOR, E. *Salve-se quem puder: uma história da especulação financeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



- CHANG, H. J. *Chutando a escada*. São Paulo: Unesp, 2004.
- COSTA, D. *Estratégia Nacional*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- COUTO E SILVA, G. *Conjuntura política nacional, o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- MORRIZ C. R. *The two trillion dollar meltdown*. London: Public Affairs, 2008.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEUTSCH, K. W. *The nerves of government*. New York: The Free Press, 1966.
- ESTRELLA FARIA, J. A. *O Mercosul: princípios, finalidade e alcance do Tratado de Assunção*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1993.
- FAORO, R. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- FERNS, H. S. *Gran Bretanã y Argentina en el Siglo XIX*. Buenos Aires: Solar Hachelte, 1931.
- FERRER, A. *La Economía Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- FRIEDMAN, M. *Capitalism & Freedom*. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- GALBRAITH, J. K. *The New Industrial State*. New York: Signet Books, 1968.
- GARCIA, E. V. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Contraponto, 2006.
- GILPIN, R. M. *The political economy of international relations*. Princeton, MA: Princeton University Press, 1987.
- GUIMARÃES, A. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GUIMARÃES, S. P. *Quinhentos anos de periferia*. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRGS, 1999.
- _____. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- HOBSBAWN, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNTINGTON, S. P. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Touchstone, 1997.
- JACQUES, M. *When China Rules the World*. New York: Penquin Books, 2012.



- JAGUARIBE, H. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- JOHNSON, C. *The sorrows of empire*. New York: Henry Holt and Company, 2004.
- KELSEN, H. *The law of the united nations*. New York: Praeger, 1966.
- KENNEDY, P. *The rise and fall of the great powers*. New York: Vintage Books, 1989.
- LANDAU, R.; ROSENBERG, N. (orgs.). *The positive sum strategy*. Washington, D.C.: National Academy Press, 1986.
- LANDES, D. S. *The unbound prometheus*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1969.
- LÊNIN, I. V. *Imperialism the highest stage of capitalism*. International Publishing Company, 1969.
- MANHEIN, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MCNEILL, W. H. *The pursuit of power*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- MILLER, L. H. *Global Order*. Boulder, CO: Westview Press, 1995.
- MINQI, L. *The rise of China and the demise of the capitalist world economy*. New York: Monthly Review Press, 2008.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. *A formação do Império Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *Argentina, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- _____. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização*. São Paulo: Senac, 1999.
- _____. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *Estado nacional e política internacional na América Latina*. Brasília: Editora UnB, 1993.
- _____. *A segunda guerra fria – geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.





- MORGENTHAU, H. J. *°A política entre as nações*. Brasília: UnB/Funag, 2003.
- MURRAY, W., SCALES Jr., R. *The Iraq war*. Harvard: Harvard University Press, 2003.
- MYRDAL, G. *Economic theory and under-developed regions*. New York: Harper & Row, 1971.
- OCDE. *Les Industries stratégiques dans une économie globale: questions pour les années 90*. Paris, 1991.
- PARADISO, J. *Debates y trayectoria de la política exterior argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.
- PARANÁ, D. *Lula, o filho do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- PATRIOTA, A. *O Conselho de segurança após a Guerra do Golfo*. Brasília: Funag, 1998.
- PAUL KRUGMAN. *A Crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. B. *Introduction à l'histoire des relations internationales*. Paris: Armand Colin, 1991.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RUFIN, J. C. *L'Empire et les nouveaux barbares*. Paris: Jean-Claude Lattès, 1991.
- SALOMON, J. J. *Le Destin technologique*. Paris: Balland, 1992.
- SARAIVA, J. F. S. (org.) *Relações internacionais: dois séculos de história*. Brasília: IBRI, 2001.
- SCHILLER, H. I. *Communication and Cultural Domination*. New York: M. E. Sharpe, 1976.
- SCHOULZ, L. *Beneath the United States: A History of US Policy toward Latin America*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- SCHUMPETER, J. A. *The theory of economic development*. New York: Oxford University Press, 1961.
- SCHURMANN, F. *The logic of world power: an inquiry into the origins, currents and contradictions of World politics*. New York: Pantheon Books, 1974.





- SILVA, L. I. L., AMORIM, C., GUIMARÃES, S. P. *A política externa e o Brasil*. Brasília: IPRI/Funag, 2003.
- SIMONSEN, R. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1978.
- STEPAN, A. *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SPENCE, JONATHAN D. *The search for modern China*. New York: W. W. Norton, 1999.
- STIGLITZ, J. *Globalization and its discontents*. Londres: Penguin Books, 2002.
- THOMPSON, G., HIRST, P. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TOCQUEVILLE, A. *Democracy in America*. New York: Doubleday and Company, 1969.
- TUNSTALL, J. *The media are american*. New York: Pantheon Books, 1974.
- WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WILLIAMSON, J. *The progress of policy reform in Latin America*. Washington, D. C.: Institute for International Economics, 1990.

BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

- BENDER, P. *L’Amérique Nouvelle Rome*. Buchet Chastel, 2005.
- CLAUSEWITZ, C. *On War*. Princeton: Princeton University Press, 1832.
- FOSTER, J. B., MAGDOFF, F. *The great financial crisis*. New York: The Monthly Review Press, 2009.
- GROTIUS, H. *O direito da guerra e da paz*. Ijuí: Editora Unijui, 1625.
- HARDT, M. e NEGRI, A. *Empire*. London: Harvard University Press, 2000.
- HART, B. H. L. *Strategy*. New York: Praeger, 1954.
- HARVEY, D. *O Enigma do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- HOBSON, J. A. *Imperialism*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1902
- HOUGHTON, J. *Global warming*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- LIST, F. *Système national d’ économie politique*. Paris: Gallimard, 1857.





MILLS, C. W. *The power elite*. Oxford: Oxford University Press, 1956.

POLANYI, K. *The great transformation*. Boston: Beacon Press, 1944.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper, 1942.

SPYKMAN, N. J. *America's strategy in world politics*. New York: Harcourt, 1942.



SOBRE O AUTOR

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO (RIO DE JANEIRO, 1939) é um diplomata brasileiro. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (atual UFRJ) em 1963, ingressou no Itamaraty nesse mesmo ano. É mestre em Economia pela Boston University (1969). Foi secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores de 9 de janeiro de 2003 até 20 de outubro de 2009, tendo sucedido Osmar Vladimir Chohfi. Foi ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) do governo Lula. Deixou o cargo em 31 de dezembro de 2010. Em 19 de janeiro de 2011, o embaixador foi designado Alto-Representante Geral do Mercosul tendo como funções a articulação política, formulação de propostas e representação das posições comuns do bloco. Na função, Samuel Pinheiro coordenava a implementação das metas previstas no Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do Mercosul, aprovado em Foz do Iguaçu em 16 de dezembro de 2010. Renunciou ao cargo, contudo, em 28 de junho de 2012. É autor, entre outros, dos livros “O imperialismo, o sistema internacional e o Brasil” (Editora Fundação Perseu Abramo, 2014); “Quinhentos anos de periferia” (UFRGS/Contraponto, 1999) e “Desafios brasileiros na era dos gigantes” (Contraponto, 2006). Foi eleito Intelectual do Ano, em 2006, (Troféu Juca Pato) pela União Brasileira de Escritores.



★ *Projetos* para o Brasil

Coleção *Projetos para o Brasil* e suas respectivas coordenações:

- ★ **A QUESTÃO FISCAL E O PAPEL DO ESTADO**
Amir Khair
- ★ **BRASIL, CRISE INTERNACIONAL E PROJETOS DE SOCIEDADE**
Wladimir Pomar
- ★ **POLÍTICA DE SEGURANÇA: OS DESAFIOS DE UMA REFORMA**
Guaracy Mingardi
- ★ **CONSÓRCIOS PÚBLICOS E AS AGENDAS DO ESTADO BRASILEIRO**
Marcela Cherubine e Vicente Trevas
- ★ **INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E MOBILIDADE TERRITORIAL**
José Augusto Valente
- ★ **MODELOS E ALTERNATIVAS ENERGÉTICAS**
Luiz Pinguelli Rosa
- ★ **PACTO FEDERATIVO, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Carlos Brandão e Hipólita Siqueira
- ★ **REGULAÇÃO DO TRABALHO E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**
José Dari Krein, José Celso Cardoso Jr., Magda de Barros Biavaschi e Marilane O. Teixeira
- ★ **DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E QUESTÃO AGRÁRIA**
Carlos Guilherme A. Mielitz Netto
- ★ **COMUNICAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, DEMOCRACIA**
Desafios brasileiros no cenário da mundialização mediática
Marcos Dantas





★ Projetos para o Brasil

- ★ **POLÍTICA EDUCACIONAL, CIDADANIA E CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS**
Balço de uma década
Pablo Gentili
- ★ **POLÍTICAS SOCIAIS, DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA**
Livro 1 - Economia, Distribuição da Renda e Mercado de Trabalho
Livro 2 - Educação, Seguridade Social, Pobreza, Infraestrutura Urbana e Transição Demográfica
Ana Fonseca e Eduardo Fagnani
- ★ **ESTRUTURA PRODUTIVA E COMPETITIVIDADE**
Fernando Sarti
- ★ **CONTEXTO GLOBAL E O NOVO POSICIONAMENTO BRASILEIRO**
Samuel Pinheiro Guimarães
- ★ **PADRÃO DE ACUMULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO**
Vanessa Petrelli Corrêa
- ★ **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
Vicente Andreu
- ★ **EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA, SISTEMA POLÍTICO E PARTICIPAÇÃO POPULAR**
Leonardo Avritzer
- ★ **CIDADES BRASILEIRAS E A QUESTÃO URBANA**
Nabil Bonduk e Rossella Rossetto





O livro *O imperialismo, o sistema internacional e o Brasil: Reflexões sobre a política internacional* foi impresso pela Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 500 exemplares. O texto foi composto em Berkley no corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g; o miolo foi impresso em papel Pólen Soft 80g.

